

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TOMÁS WINTER PEREIRA

**ANÁLISE ESTRUTURAL DA DESIGUALDADE DE RENDA DO
BRASIL ENTRE 1994 E 2016**

CURITIBA

2017

TOMÁS WINTER PEREIRA

**ANÁLISE ESTRUTURAL DA DESIGUALDADE DE RENDA DO
BRASIL ENTRE 1994 E 2016**

Trabalho apresentado à disciplina de Monografia
como requisito parcial à conclusão do Bacharelado
em Ciências Econômicas, Departamento de Econo-
mia da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Profa. Dra. Carolina Bagattoli

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Tomás Winter Pereira

ANÁLISE ESTRUTURAL DA DESIGUALDADE DE RENDA DO BRASIL ENTRE 1994 E 2016

Trabalho apresentado à disciplina de Monografia como requisito parcial à conclusão do Bacharelado em Ciências Econômicas, Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Carolina Bagattoli
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba , 5 de Outubro de 2017

A sociedade que coloca a igualdade à frente da liberdade irá terminar sem igualdade e sem liberdade.

(FRIEDMAN, 1990)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a estrutura e a intensidade da desigualdade de renda após a implementação do Plano Real no Brasil. A princípio buscamos observar a relação entre densidade populacional, produtividade e PIB (Produto Interno Bruto), bem como a evolução deste último indicador ao longo dos anos no Brasil e em países com diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico. A partir disso, constatamos que o crescimento populacional foi o principal responsável pelo aumento do PIB e que a produtividade não sofreu grandes alterações. Isso se explica devido às condições adversas da conjuntura econômica, tais como: alto desemprego, inflação e taxa de juros. Como resultado, tivemos uma evolução pouco significativa do PIB per capita brasileiro. Atuação e planejamento estatal mostram-se de crucial importância nesta conjuntura, pois na tentativa de melhorar a qualidade de vida da sociedade o Estado arrecada tributos e os emprega em políticas públicas. Neste ponto ressaltamos que o problema da questão tributária não é sua carga, mas a forma de arrecadação, a qual afeta em maior escala àqueles menos favorecidos economicamente. Os serviços públicos, por sua vez, não atendem às demandas essenciais da sociedade sendo, portanto, deficitários. De acordo com as fontes utilizadas neste trabalho, foi nos possível perceber que a desigualdade brasileira é e continua sendo extremamente alta, entretanto, em um período recente observamos uma queda significativa decorrente do aumento da importância da renda do trabalho em detrimento da renda do capital, aliado ao maior enfoque dos gastos governamentais em políticas sociais de distribuição de renda e conseqüentemente queda nos índices nacionais de pobreza.

Palavras-chave: Desigualdade; Desenvolvimento; Tributação; Renda do Trabalho; Renda do Capital

ABSTRACT

This work aims to analyze the structure and the intensity of the income inequality in Brazil, mostly after the implementation of the Real monetary plan. At first, we intended to observe the relationship among population density, productivity and GDP (Gross Domestic Product), as well as its evolution over the years in Brazil and in some countries with different levels of socioeconomic development. From that, we verified that the population growth was the main responsible for the increase of GDP and that the productivity did not suffer great alterations. It is explained due to the adverse conditions of the economic environment, such as high unemployment, inflation and interest rate. As a result, we had a very small evolution in Brazilian per capita's GDP. That is why state planning and action are crucial in this conjuncture because in the attempt of improving the quality of life of the citizens the State collects tributes and it reverts them in public policies. Here, it is important to emphasize that the problem of the taxation system is not its burden, but the Revenue system itself, which affects much more the low-income people. The public policies, on the other hand, do not assist to the essential demands of the society. They are, therefore, unsatisfactory. Accordingly to the used sources, it was possible to notice that the Brazilian social inequality is and it continues being extremely high, however, in a recent period we observed a significant fall in the numbers due to the increase of the importance of the Earned Income to the detriment of the Capital Income, ally to the largest focus of the government expenses in public policies of income distribution, and consequently fall in the national indexes of poverty.

Keywords: Inequality; Development; Taxation; Earned Income, Capital Income

LISTA DE GRÁFICOS

		Página
GRÁFICO 1	Crescimento Populacional Mundial	18
GRÁFICO 2	Evolução Populacional Mundial em bilhões de habitantes	18
GRÁFICO 3	Evolução Populacional Brasileira	20
GRÁFICO 4	Crescimento da Produção Mundial	22
GRÁFICO 5	Crescimento da Produção por Habitante no Mundo	23
GRÁFICO 6	Evolução do PIB Mundial Real	25
GRÁFICO 7	Evolução do PIB real em trilhões de dólares	26
GRÁFICO 8	Evolução do PIB real em trilhões de dólares	26
GRÁFICO 9	Evolução do PIB per capita real em mil dólares	27
GRÁFICO 10	Evolução do PIB per capita real em mil dólares	28
GRÁFICO 11	Taxa de inflação anual desde a revolução industrial	30
GRÁFICO 12	Evolução do Investimento, Poupança, e PIB per capita no Brasil	32
GRÁFICO 13	Evolução da inflação anual e da taxa de juros no Brasil	33
GRÁFICO 14	Evolução da base monetária, das reservas internacionais e da cotação do dólar	35
GRÁFICO 15	Evolução da inflação anual, da meta de inflação e da taxa de juros no Brasil	36
GRÁFICO 16	Taxa de Desemprego no Brasil	37
GRÁFICO 17	Índice do medo do desemprego no Brasil	39
GRÁFICO 18	Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Gênero	40
GRÁFICO 19	Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Escolaridade	41
GRÁFICO 20	Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Renda Familiar	41
GRÁFICO 21	Salário Mínimo Real no Brasil, França e Estados Unidos em dólar	42
GRÁFICO 23	Índice de Desenvolvimento Humano	46
GRÁFICO 24	Evolução da Carga Tributária e do IDH	47
GRÁFICO 25	Evolução da Carga Tributária, IDH e IRBES	48
GRÁFICO 26	A taxa superior de imposto sobre a renda	49
GRÁFICO 27	Composição da carga tributária	51
GRÁFICO 28	Evolução dos Impostos por faixa de Salário Mínimo anual	52
GRÁFICO 29	Evolução das Despesas do Governo Federal e sua Composição frente ao PIB	55
GRÁFICO 30	Evolução das Despesas do Governo Federal com Despesas de Custeio	

LISTA DE TABELAS

		Página
TABELA 1	A taxa de crescimento mundial anual média do PIB	23
TABELA 3	Divisão do Imposto de Renda sobre Pessoa Física no Brasil	50
TABELA 5	Organização das Classes Sociais no Brasil	62
TABELA 6	Desigualdade da Renda do Trabalho em 2015	73
TABELA 7	Desigualdade da Renda do Capital	76
TABELA 8	Desigualdade da Renda Total	79
TABELA 9	Quantidade Percentual de Declarantes por Faixa Salarial no Brasil	81

LISTA DE SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
GDP	Gross Domestic Product
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
DIRPF	Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Aplicado
URV	Unidade Real de Valor
PEA	População Economicamente Ativa
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
PME	Pesquisa Mensal de emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
CNI	Confederação Nacional da Indústria
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
IRBES	Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
RTN	Resultado do Tesouro Nacional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
TN	Tesouro Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAC	Programas de Aceleração ao Crescimento
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SRF	Secretaria da Receita Federal
OMS	Organização Mundial de Saúde
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.2 METODOLOGIA	15
1.3 OBJETIVO	15
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 PANORAMA GERAL – DINÂMICA DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM NA DESIGUALDADE	17
2.1 POPULAÇÃO	17
2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO	21
2.3 INFLAÇÃO, POUPANÇA, INVESTIMENTO E TAXA DE JUROS	28
2.4 DESEMPREGO	37
3 DIREITOS, DEVERES E FUNCIONALIDADES DO ESTADO	44
3.1 ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL	44
3.2 IMPOSTOS	46
3.3 GASTOS PÚBLICOS	54
4 A ESTRUTURA DA DESIGUALDADE	60
4.1 DESIGUALDADE SOCIAL	60
4.2 CLASSES SOCIAIS	62
4.3 INDICADORES SINTÉTICOS	65
4.4 DESIGUALDADE POR PERCENTIS	67
4.5 DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO	73
4.6 DESIGUALDADE DA RENDA DO CAPITAL	75
4.7 DESIGUALDADE DA RENDA	79
4.8 POBREZA	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

O fato de o Brasil ser um país extremamente desigual é um consenso amplamente difundido. Todavia, o que temos de informações concretas a respeito da desigualdade de renda brasileira? Responder a esta indagação é o objetivo central do nosso estudo. Ademais, é mais importante acabar com a pobreza ou combater a desigualdade social? A questão não é retórica nem enseja um falso dilema, uma vez que apesar da desigualdade ser uma variável importante para analisar as condições de vida em determinada localidade, devemos estudar ainda a riqueza total presente nesta localidade. Quanto à pobreza, os dados da população que vive nesta condição traz informações relevantes acerca da qualidade de vida, já que estas pessoas não têm acesso a bens, atividades ou direitos essenciais, como comida, água potável, habitação, trabalho, educação e saneamento básico (SOUZA, 2004).

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Thomas Malthus afirmava que a superpopulação era um problema, uma vez que a produção de alimentos crescia em proporções aritméticas, e a população em proporções geométricas (MALTHUS, 1999) - originalmente escrito em 1798. Para ele, as medidas assistenciais aos menos favorecidos deveriam ser suspensas e a taxa de natalidade deveria ser severamente controlada para que não houvesse o risco de uma catástrofe global decorrente da superpopulação levasse ao caos e a miséria. Porém, o que não foi levado em consideração neste estudo foi a inovação e o desenvolvimento tecnológico, fatores estes em ampla ascensão nas últimas décadas e que possibilitaram um grande aumento na produção de alimentos, atendendo as demandas da sociedade (a questão da fome está ligada ao desperdício e a desigualdade social, mas é fato que a produção mundial de alimentos atende perfeitamente a totalidade da população). Em seguida David Ricardo apresenta sua principal preocupação: com o aumento populacional viria o aumento da demanda por terras, resultando por sua vez no aumento dos seus preços, com os seus proprietários recebendo uma parcela cada vez maior da riqueza (RICARDO, 1982) - originalmente escrito em 1817 - fato este que não ocorreu devido a perda de importância da agricultura na renda mundial, decorrentes do avanço tecnológico acima descrito e do cresci-

mento de importância das indústrias. A influência da tecnologia e da inovação frente à produção foi tema amplamente discutido por Joseph Schumpeter. Ele acreditava que o ato de inovar seria a única maneira de amenizar e resolver os problemas exponenciais que estavam surgindo no mundo, como por exemplo, o crescimento populacional (SCHUMPETER, 1934). Deste modo, o crescimento da população foi um dos fatores responsáveis pela inovação e desenvolvimento tecnológico acima descritos, uma vez que mais pessoas não significam apenas mais bocas para alimentar, e sim mais mão de obra para produzir, mercado consumidor para consumir e mais cabeças para pensar e desenvolver novas técnicas e tecnologias, além de maior especialização.

Em meados do século XIX, chegamos a dois estudiosos com perspectivas opostas acerca do capitalismo, Karl Marx e Simon Kuznets. O contexto da época é de evolução tecnológica em franco progresso, resultando em um maior entendimento de como este fator solucionaria os problemas acima descritos e debatidos. A questão agora estava voltada à compreensão da dinâmica de um capitalismo industrial a pleno vapor. Apesar do crescimento acelerado da renda mundial, não se observava melhorias nas condições de vida dos operários e trabalhadores em geral. De fato, um aumento significativo do poder de compra dos salários ocorrendo apenas no último terço do século XIX (PIKETTY, 2014). O questionamento era para que servia o desenvolvimento industrial, a inovação, o esforço dos trabalhadores se a situação das massas permanecia a mesma com o passar dos anos? Para Marx, o capitalismo beneficiava apenas uma pequena minoria decorrente da exploração da grande maioria e assim, previu ele, no momento em que as massas compreendessem este ponto, haveria uma Crise Geral resultando na derrocada social e econômica do sistema e da burguesia (MARX, 2014) - originalmente escrito em 1867. Diferentemente das previsões apocalípticas a respeito do capitalismo, Kuznets tinha uma perspectiva otimista acerca do amadurecimento do sistema. Ele acreditava que uma economia com distribuição de renda desigual cresceria mais rapidamente do que uma economia com distribuição igualitária de renda, uma vez que comparativamente aos pobres, os ricos poupam maior parcela de sua renda e a poupança é necessária para gerar investimentos e empregos. Assim sendo, apenas no processo inicial da industrialização uma minoria usufruiria do aumento da geração de riqueza e, nos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista este crescimento geraria mais oportunidades às classes baixas, resultando em um ciclo de desconcentração de renda automática, com a totalidade da população desfrutando, ainda que tardiamente, deste crescimento econômico (KUZNETS, 1983).

O início do capitalismo moderno ocorreu na Revolução Industrial, na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e consistiu basicamente no desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de produção, além da crescente divisão do trabalho. Com isso, teve início o processo que levaria ao crescimento exponencial da produção de bens e manufaturas (HOBSBAWM, 2011).

A discussão acerca da baixa qualidade de vida e das precárias condições de trabalho nas fábricas desta época peca ao compará-las com o que temos atualmente. Antes desta revolução a pobreza era praticamente universal, a fome sistêmica e as condições sanitárias inexistentes (OUR-WORLD-IN-DATA, 2017). O trabalho pesado para homens, mulheres e até crianças, e as longas jornadas de trabalho podem parecer absurdas hoje, mas na época significavam um incremento na renda e a possibilidade de atender a mais básica necessidade humana, o alimento. Este período foi responsável por exacerbar o conflito entre o capital e o trabalho, porém, com o passar dos anos e a consolidação do capitalismo, as lutas dos trabalhadores através das greves, buscando melhorar suas condições de vida, se intensificaram.

Na sequência cronológica de grandes acontecimentos mundiais que muito impactaram a situação socioeconômica mundial estão a Primeira Guerra Mundial no início do século XX e a Segunda Guerra Mundial em meados do mesmo século. Além das reconhecidas catástrofes quanto ao número de vítimas, destaca-se o grande impacto econômico por elas gerado, principalmente nos países europeus “palcos” das guerras. Deste, o principal foi a grande destruição do capital privado observado no período, afetando principalmente os mais ricos e tendo como resultado que apenas no início da década de 2010 ele se recuperasse a níveis semelhantes aos anteriores das grandes guerras em porcentagens das rendas nacionais. Devido a estas guerras, a desigualdade de renda se manteve em queda nos países ricos até meados da década de 1970, passando a crescer a partir de então (PIKETTY, 2014).

Nos anos 1970 Amartya Sen começa a se destacar no meio acadêmico com suas publicações acerca do crescimento e desenvolvimento econômico, mas principalmente a economia do bem-estar, a pobreza e a desigualdade, o que o distinguia dos autores voltados estritamente às questões matemáticas. Assim, o autor incorpora à teoria de desenvolvimento uma discussão sobre justiça, definindo como correta, porém incompleta a definição de bem estar dada por diversos autores como sendo a satisfação plena das necessidades básicas, culturais e econômicas. Para incrementá-la, Sen (1992) considera a liberdade para alcançar o bem estar como essencial à uma sociedade, definindo os conceitos de funcionamentos e capacitações como sendo o modo de obter esta liberdade. Funcionamentos são estados e atividades que as pessoas valorizam, sendo relacionados com o bem estar efetivamente alcançado. Alguns exemplos disto são: estar bem nutrido; gozar de plena saúde; ter longevidade; ter felicidade; ter autorrespeito. Relacionado com a liberdade de alcançar o bem estar estão as capacitações, combinações de funcionamentos que refletem as liberdades individuais e possibilitam às pessoas viverem a vida que desejam (KANG, 2011).

No diminuto compartimento em que a economia do bem-estar ficou confinada com a otimalidade de Pareto como o único critério de julgamento e o comportamento auto-interessado como a única base da escolha econômica, o campo para dizer algo interessante em economia do bem-estar tornou-se reduzidíssimo.

(SEN, 2000, P. 49 a 50)

Após a ampla discussão acerca do crescimento produtivo e do desenvolvimento das técnicas para tal, Sen (1973) passa a discutir a economia do bem estar, debatendo para quem a produção deve ser destinada, propondo não uma teoria da justiça, e sim uma concepção de justiça distributiva. Com ela, tenta elucidar de que maneira a igualdade entre os indivíduos deve ser obtida, visto que o bem estar é algo muito próprio, baseado em concepções muitas vezes incomensuráveis, não sendo consideradas as mesmas variáveis, necessariamente, para todos. Em outras palavras, justiça distributiva relaciona a avaliação individual sobre as distribuições de bens positivos (renda, liberdade, cargos políticos) ou negativos (punições, sanções, penalidades) (SAMPAIO L.; CAMINO, 2009). Segundo John Rawls (1971), uma transformação social pode ser considerada socialmente justa se resultar em vantagens para os menos favorecidos. No debate político contemporâneo a justiça distributiva é frequentemente associada às políticas públicas sociais e redistributivas.

Uma das formas de se medir o desenvolvimento humano é através de indicadores sintéticos, sendo o mais conhecido deles o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado em 1990 por Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Ele utiliza critérios como expectativa de vida, renda e educação, visando analisar a qualidade de vida da população estudada, variando entre 0 e 1 (entre 0 e 0,5 baixo, entre 0,5 e 0,8 médio e acima de 0,8 alto). Neste índice, a renda per capita apresenta rendimentos decrescentes, uma vez que para países pobres, a relevância do aumento no PIB frente ao desenvolvimento humano será muito maior do que em um país rico. Segundo o PNUD (2017), o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento, não sendo nem uma representação da 'felicidade' das pessoas, nem indicando "o melhor lugar no mundo para se viver". Há diversos fatores que não são contemplados pelo IDH, entre eles as liberdades individuais, a participação social e política de cada um, a desigualdade social, a sustentabilidade – uma vez que o IDH não aborda questões voltadas à ecologia e, este tema é cada vez mais importante quando queremos avaliar o bem estar. De acordo com Salama e Destremau (2004), o IDH só pode ser significativo se combinado com outros indicadores que também apresentem aspectos do desenvolvimento humano, como o Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice de Gini que buscam mensurar a desigualdade de renda. Apesar disso, o IDH tem como grande mérito trazer o tema do desenvolvimento ao debate, auxiliando as formulações de políticas públicas governamentais destinadas para solucionar as questões sociais mais evidentes de cada país, entre elas a pobreza, a concentração de renda, o desemprego e as condições da saúde e da

educação.

Assim sendo, apesar da desigualdade social não ter sido originada com o advento do capitalismo, esta questão ganhou força com o amadurecimento do sistema, tendo como resultado uma grande diversidade de estudos. No Brasil, estudos acerca do tema tiveram início na década de 1930, mas a análise era dificultada devido a escassez e baixa confiabilidade dos dados. Estes estudos adquiriram robustez apenas na década de 1990, duas décadas após passarmos a dispor de dados sistemáticos acerca da desigualdade (ARRETCHE, 2015) (ALBUQUERQUE, 1994). A teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado afirma que a concentração de renda advinda do modelo primário agroexportador levou ao aumento da demanda por bens industrializados, tendo como resultado o modelo de industrialização por substituição de importações (FURTADO, 1969). Esta industrialização, aliada às baixas condições de vida nos campos e ao não planejamento prévio, acarretou significativas mudanças na distribuição espacial da população brasileira, através da urbanização e do êxodo rural de indivíduos pouco qualificados induzidos pela busca de empregos e melhores condições de vida.

Uma vez que a desigualdade no acesso ao sistema educacional é característica intrínseca da história brasileira (ARRETCHE, 2015) e, para reduzir a concentração de renda é necessário investimento na educação formal e na geração de empregos de forma a aumentar a qualificação e a renda (SOARES, 2010), tivemos como consequência desta migração nas grandes cidades: aumento da pobreza; aumento do número de residentes em ocupações irregulares, conhecidas como favelas; aumento da violência urbana, da poluição e das enchentes; exclusão social e política (FILGUEIRA, 2001). Assim sendo, os efeitos da industrialização e do aumento do PIB ficaram concentrados à uma pequena parcela (IBGE, 2003). Através da análise dos dados divulgados pelas pesquisas domiciliares (únicas disponíveis até 2007), constatamos que de 1976 até o início da década de 1990 a concentração de renda se manteve em níveis constantes (IPEADATA, 2017), ocorrendo em seguida uma queda na disparidade da renda brasileira até o período atual (AZEVEDO, 2007). Os principais motivos para esta queda são: o mercado de trabalho, com o aumento da escolarização refletindo em aumentos contínuos e consistentes no salário mínimo, aposentadorias e pensões, benefício de prestação continuada, seguro desemprego e abono salarial; políticas sociais governamentais, complementando a renda do trabalho; expansão de oportunidades de saúde, moradia e infraestrutura urbana (saneamento básico, mobilidade urbana) (KERSTENETZKY, 2011). Desse modo, no Brasil, o progresso dos grupos de renda mais baixa (principalmente na questão econômica) foi mais intenso do que o dos mais favorecidos, nos levando a acreditar que estamos no caminho da justiça social. O caso brasileiro mostra a importância das políticas sociais governamentais frente à desigualdade (STIGLITZ, 2015) e a importância dos programas de transferência de renda sobre ela (NERI, 2010) e, prin-

principalmente, sobre a pobreza e extrema pobreza (SILVA, 2010).

1.2 METODOLOGIA

Devido a abrangência de estudos existentes acerca do tema, neste trabalho serão utilizadas técnicas de pesquisa bibliográficas e documentais, que buscam explicar um problema através das contribuições teóricas presentes em obras e publicações contemporâneas ou retrospectivas, tendo como objetivo complementá-las (VIANELLO, 2011). As bibliografias utilizadas datam do final do século XXIII até o início do século XXI. Elas foram empregadas de forma a contribuir na apresentação das variáveis e conceitos considerados relevantes, de modo a enriquecer o debate e alcançar o objetivo proposto. Ademais, fez-se uso de dados públicos de órgãos e instituições nacionais e internacionais, como por exemplo o IBGE e o Banco Central para dados da sociedade brasileira e indicadores econômicos, e da Receita Federal e do Ipea para dados acerca da distribuição de riqueza no Brasil. Em 2014 teve início a divulgação da DIRPF (Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física) da Receita Federal, com dados divulgados por percentis da população total declarante. De 2007 a 2014 os dados deste órgão seguiam uma metodologia que não nos permitia mensurar exatamente a discrepância social. Os demais dados disponíveis eram de pesquisas domiciliares realizadas pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), pelo Censo Demográfico ou pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), os quais dependem unicamente da resposta do indivíduo, estando assim sujeitas a falhas por omissão ou desconhecimento e subestimando a riqueza real (SOARES, 2010). Ainda assim fizemos uso desses estudos para alcançarmos a abrangência que desejávamos. Os dados do DIRPF reduzem este tipo de falha e, ainda que imperfeito, acreditamos que transmita melhor a realidade socioeconômica do país. Deste modo, priorizamos o estudo da desigualdade através da divisão por percentil, apesar de reconhecer a importância das demais pesquisas e dos indicadores sintéticos como o Índice de Gini.

1.3 OBJETIVO

Ao efetuarmos este estudo procuramos mapear a evolução da desigualdade de renda no Brasil entre 1994 e 2016. Para isso, consideramos essencial a análise estrutural das principais variáveis que impactam a realidade socioeconômica da população e a dinâmica da desigualdade. Além de analisar como se deu a evolução da desigualdade de renda, buscamos ainda analisar a evolução da renda real, do bem-estar e conseqüentemente da qualidade de vida da população brasileira.

1.4 JUSTIFICATIVA

O tema deste estudo foi definido devido sua importância histórica à economia. Em 2014 foi divulgado o livro de Thomas Piketty, formulado a partir de estatísticas tributárias, principalmente do imposto de renda, para dimensionar e analisar a distribuição de renda, contribuindo para uma proliferação de estudos em vários países. Com ele, o tema voltou ao foco nos debates da ciência econômica e, apesar do Brasil ter ficado de fora deste estudo devido à falta de disponibilidade de dados históricos oficiais, levou a Receita Federal a formular um novo estudo acerca dos dados de acumulação da riqueza no país, a DIRPF, propiciando o acirramento do debate. Por ser recente, estudos e análises que a utilizam são escassos, de modo a considerarmos relevante o estudo que se segue. Os dados apresentados têm início em meados do século XX para que a análise da situação estrutural e, a compreensão do contexto socioeconômico do Brasil no ano de 1994 seja possível. O recorte histórico do objetivo proposto se deu a partir desta data devido ao turbulento cenário pelo qual o país passava, solucionado em parte com a modificação da moeda corrente e a conseqüente alteração de cenário econômico e social. O título escolhido traz à tona uma análise estrutural da desigualdade de renda no país no período escolhido, uma vez que buscamos não nos limitar à apresentação de dados, mas também em levantar algumas das principais variáveis que explicam o contexto socioeconômico do país no período anterior ao recorte histórico escolhido e ao longo dele.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Estrutturamos o trabalho em mais quatro partes além desta introdução. O segundo capítulo apresenta algumas das principais variáveis socioeconômicas que influenciam na desigualdade, como: o crescimento populacional, produtivo e econômico; a inflação; o desemprego e as distintas metodologias aplicadas no seu cálculo. Na sequência apresentamos o papel do Estado frente à justiça social, debatendo acerca da maneira com a qual ele arrecada e aplica os recursos pagos pela sociedade, utilizando prioritariamente as bases oficiais dos órgãos do governo. No capítulo quatro apresentamos a diferença entre a renda do trabalho e a renda do capital (que juntas compõe a renda total) além de dados da evolução histórica da desigualdade social, trazendo ao debate a importância e efetividade das políticas públicas adotadas. Além disso, apresentamos a divisão de classes sociais do país e as principais causas para os resultados observados: aumento da renda média dos pobres, retirada de indivíduos da condição de pobreza e de extrema pobreza. Por fim, descrevemos algumas recomendações de ações governamentais que se podem extrair desta investigação e a importância dos resultados obtidos.

2 PANORAMA GERAL – DINÂMICA DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM NA DESIGUALDADE

Neste capítulo apresentaremos as principais variáveis socioeconômicas que influenciam na desigualdade, iniciando antes do período histórico proposto para enfatizar as adversidades então encontradas, para só então apresentar a evolução recente destas variáveis. Iniciamos apresentando o crescimento populacional, produtivo e econômico brasileiro e mundial, e sua influência sobre o PIB e o PÍB per capita, análise esta exclusivamente monetária. Em seguida apresentaremos a situação socioeconômica do país através da inflação, da poupança, do investimento e da taxa de juros e os impactos positivos do Plano Real e da alteração da moeda. Por fim, discutiremos o nível de desemprego, analisando criticamente as metodologias adotadas pelos institutos que o calculam.

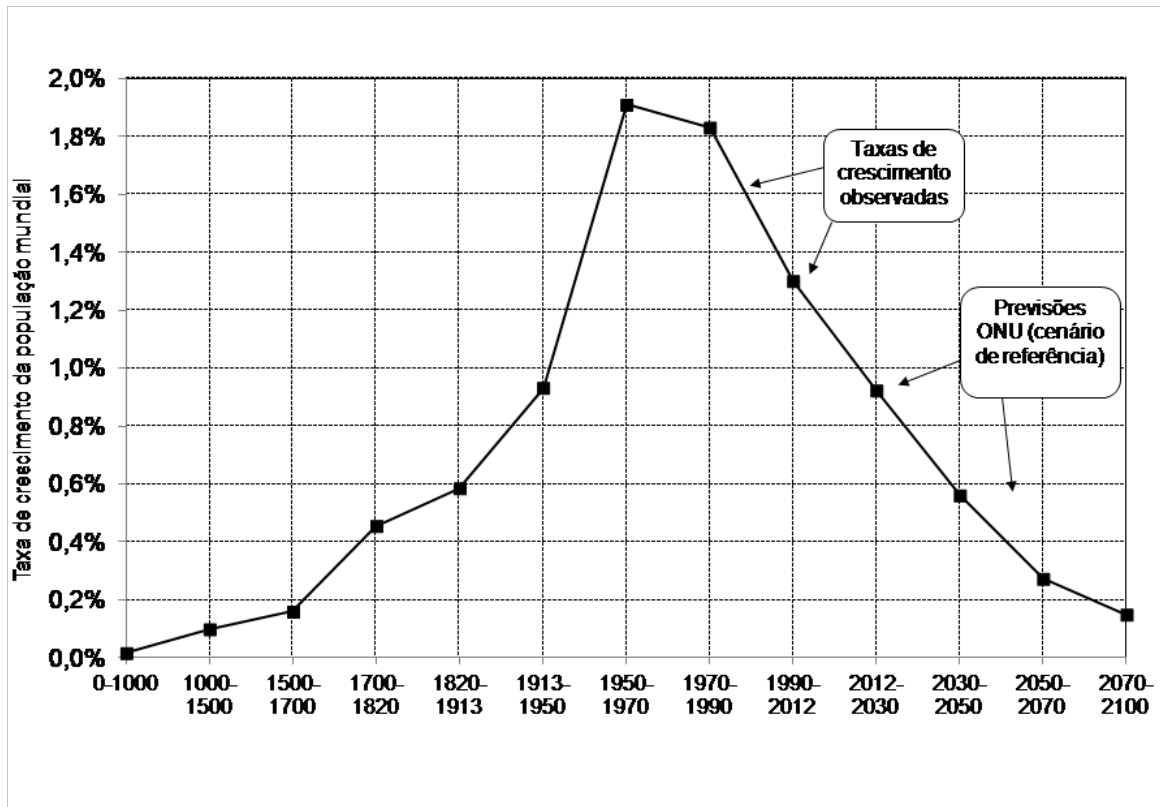
2.1 POPULAÇÃO

O capitalismo - também conhecido como economia de mercado - um arranjo econômico onde os meios de produção e decisões de como, quando e onde produzir são em sua maioria privados, tendo o lucro como meta e recompensa aos melhores tomadores de decisões. Porém, este sistema não tem como objetivo beneficiar os produtores, como pode ser erroneamente concluído. A essência desse sistema é a produção em larga escala para atender aos desejos das massas e aumentar sistematicamente a satisfação destes, pelo simples motivo de que são eles quem possuem o objeto de desejo dos produtores: o dinheiro. Deste modo, são justamente os consumidores quem ditam as regras do mercado, aceitando e consumindo os produtos e serviços aos preços que lhes convêm e recusando os que não o fazem, mantendo apenas os produtores eficientes no mercado.

Os produtores necessitam de mão de obra para produzir aquilo que desejam vender, venda esta a ser realizada para o mercado consumidor. Assim, a população é a grande responsável pelo funcionamento do sistema e, se corretamente empregada, é de extrema importância ao desenvolvimento dos países e seu crescimento deve ser analisado antes de apresentarmos os dados acerca do PIB.

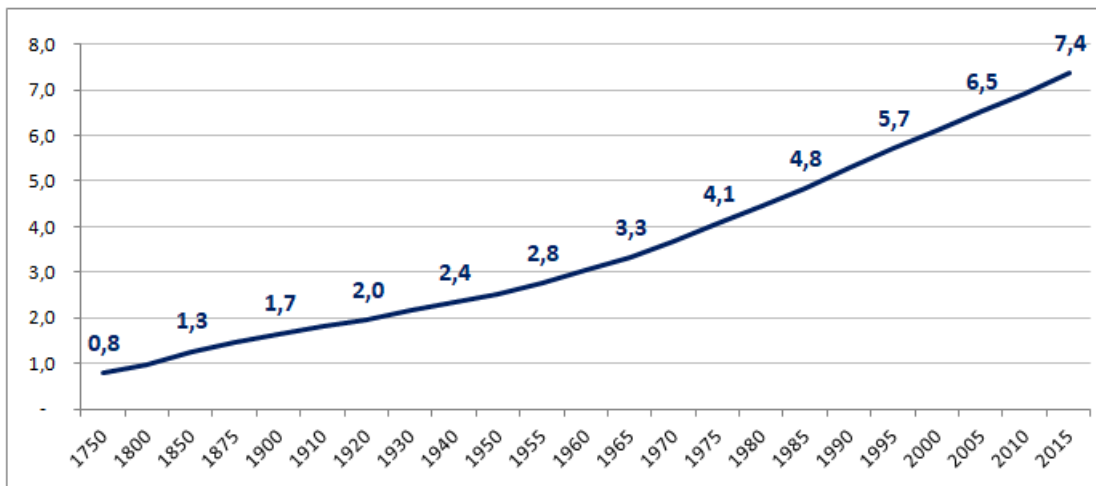
O crescimento populacional depende da diferença entre o número de nascimentos (taxa de natalidade) e de falecimentos (taxa de mortalidade). Os gráficos 1 e 2 mostram historicamente que a evolução demográfica se manteve pífia durante grande parte dos últimos dois mil anos, tendência esta que se alterou a partir do século XVIII com a Revolução Industrial.

GRÁFICO 1: Crescimento Populacional Mundial



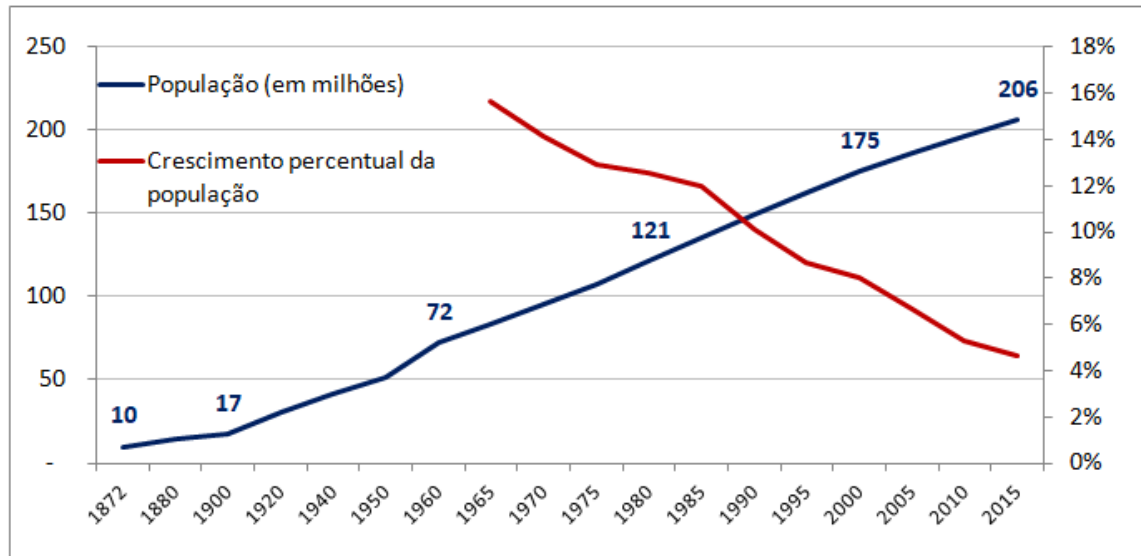
Fonte: PIKETTY, (2014)

GRÁFICO 2: Evolução Populacional Mundial em bilhões de habitantes



Fonte: Elaboração própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

A população mundial aumentou exponencialmente desde a Revolução Industrial até meados do século XX (mesmo com duas guerras mundiais no período). A queda observada posteriormente e presente até hoje se deve a alterações significativas na dinâmica populacional. A primeira delas é a redução da taxa de mortalidade que, depende basicamente das condições e do acesso à saúde. Com a Revolução Industrial se observou a expansão do saneamento básico e das inovações tecnológicas (incluído inovações na área de saúde), favorecendo o controle de epidemias e possibilitando a redução da taxa de mortalidade. isto pode ser observado através da redução da mortalidade infantil mundial - morte de crianças entre 0 e 1 ano entre 1000 nascidas vivas - que passou de 121,9 em 1960 para 31,7 em 2015 (BANCO-MUNDIAL, 2017). A outra alteração observada foi referente à taxa de natalidade, afetada principalmente pela redução da taxa de fecundidade mundial - média de filhos por mulher – de 5 em 1960 para 2,5 em 2015 (BANCO-MUNDIAL, 2017), devido a fatores como: aumento de mulheres no mercado de trabalho, reduzindo a disponibilidade das famílias em cuidarem dos filhos; urbanização, uma vez que com a população predominantemente rural e pouco produtiva, os filhos se faziam necessários como mão de obra, enquanto o avanço da tecnologia levou ao aumento da produtividade, com a mão de obra infantil passando a ser cada vez menos requisitada; popularização dos métodos contraceptivos. Vale ressaltar que quanto mais desenvolvido é um país, maior a tendência deste em ter menores taxas de crescimento populacional, visto que os fatores acima destacados (principalmente a produtividade) se intensificam nestes casos. Ressaltamos ainda o aumento da expectativa de vida - estimativa média do número de anos que se espera que os indivíduos vivam - que depende de fatores como saneamento ambiental, alimentação, índice de violência, serviços de saúde, educação, entre outros, passando de 52,5 em 1960 para 71,7 em 2015 (BANCO-MUNDIAL, 2017). As transformações observadas na taxa de natalidade desde o século XXIII tendem a se acentuar com o crescimento do PIB mundial (que veremos na sequência), resultando na previsão da ONU (Organização das Nações Unidas) de retornarmos à condição de crescimento praticamente nulo no final do século.

GRÁFICO 3: Evolução Populacional Brasileira

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, (2017)

No Brasil, após 1872 o número de habitantes conta com dados oficiais do censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizados regularmente a cada década, exceto nas de 1910 e 1930 (o de 1990 foi realizado em 1991), permite acompanhar o processo histórico da população brasileira e a taxa de crescimento percentual da população, vide gráfico 3. A população brasileira aumentou em larga escala ao longo do século XX - sendo a imigração responsável por cerca de 10% do aumento de 17 milhões em 1900 para 175 milhões em 2000 - ainda que nas últimas décadas venha sendo observada uma queda contínua na taxa de crescimento percentual no período de cinco anos, de cerca de 16% na década de 60 para menos de 5% em 2015 (IBGE, 2003). A taxa de mortalidade a cada mil habitantes, que era de 29 no final do século XIX, caiu para 14 em meados do século XX e para 6 no início do século XXI. Já a taxa de fecundidade aumentou de 6,2 em 1940 para 1,6 em 2014. O avanço da tecnologia possibilitou aos indivíduos melhores condições de vida e saúde pública (principalmente saneamento básico) levou a um aumento gigantesco na expectativa de vida no Brasil: de 33,7 anos em 1900 para 75,4 anos em 2014.

Este crescimento populacional ocorreu de maneira distinta quando comparamos a zona rural e a zona urbana. O crescimento da população rural entre 1940 e 2010 foi de 12%, enquanto a população urbana passou de 13 milhões para 138 milhões no mesmo período (aumento de mais de 1000%), resultando na evolução da taxa de urbanização (percentual populacional vivendo nas cidades) de 31% em 1940 para 84% em 2010 (FIGUEIREDO, 2016). A população brasileira deve alcançar 260 milhões de habitantes em 2050, com taxa de crescimento populacional em 0,24%. Os fatores acima destacados foram responsáveis por alterar a estrutura etária

do país, fenômeno este já observado em larga escala em países desenvolvidos, com redução na participação do número de crianças e adolescentes de 42,6% em 1940, devendo chegar a 14,1% em 2050, e o aumento da população em idade ativa e de pessoas idosas de 4,1% em 1940 com projeção de 29,4% para 2050. Desta forma, a sociedade brasileira passa gradualmente ao longo deste período de uma população jovem, para uma população em idade ativa e apta ao mercado de trabalho, alcançando por fim uma população envelhecida (FIGUEIREDO, 2016).

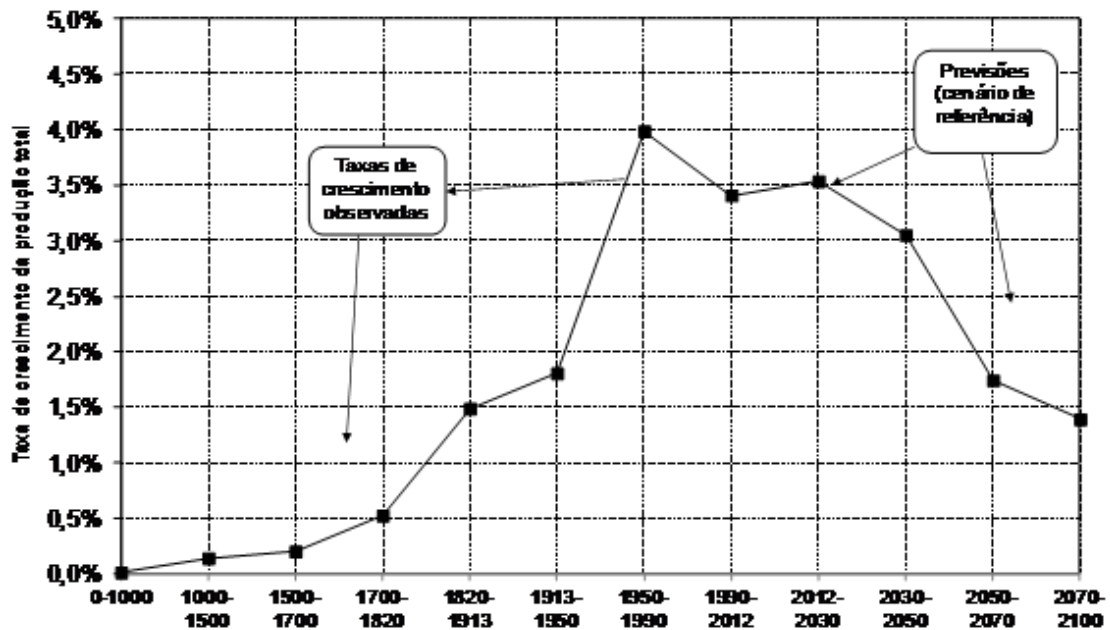
2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO

O PIB representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, entre outros), sendo o indicador mais utilizado na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região. No seu cálculo são considerados apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários, com o intuito de evitar o problema da dupla contagem (valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB). Ressaltamos que enquanto o crescimento econômico preocupa-se com questões exclusivamente monetárias, sem levar em consideração se este aumento da receita por parte do país está resultando em melhorias significativas para todos seus habitantes, o desenvolvimento econômico de um país aborda questões complexas de caráter social como o bem estar da população, a taxa de desemprego e o analfabetismo. Quando há desenvolvimento econômico a população é amplamente beneficiada, através de fatores como o equilíbrio fiscal das contas do governo, gerando maior disponibilidade de recursos, além do aumento da credibilidade perante investimentos estrangeiros.

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas usufruem... Crescimento do PIB ou das rendas individuais, claro, são importantes como meios de expansão das liberdades que os membros de uma sociedade têm. Mas as liberdades também dependem de outros determinantes, como arranjos sociais e econômicos (como estruturas para educação e saúde) e ainda direitos civis e políticos (como a liberdade de participar em discussões e decisões públicas.

(SEN, 2000, P. 33)

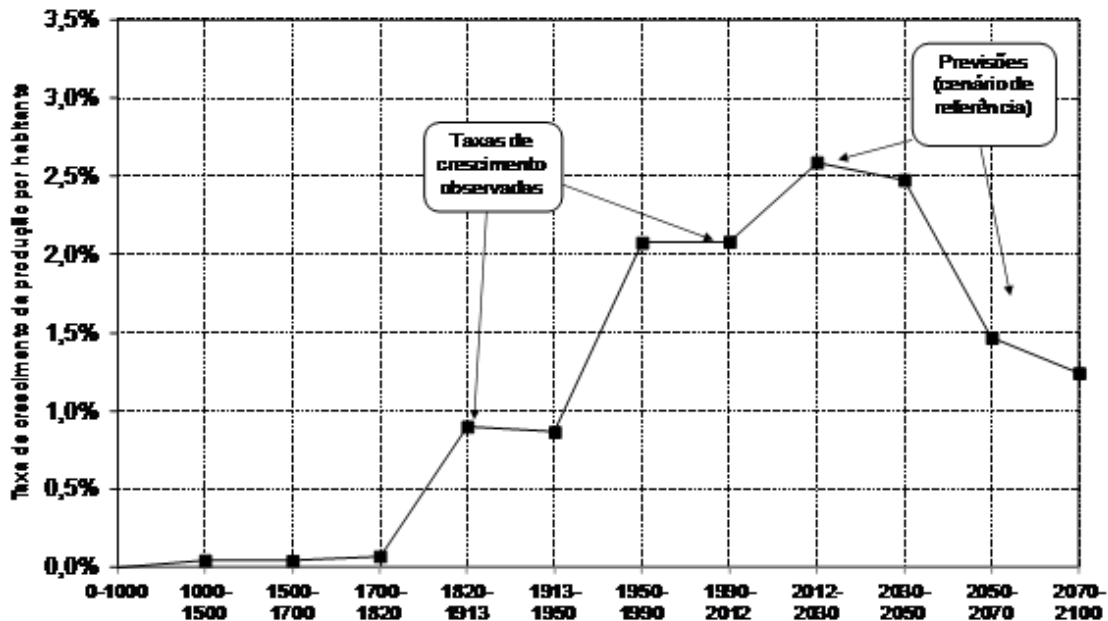
GRÁFICO 4: Crescimento da Produção Mundial



Fonte: PIKETTY, (2014)

O dicionário de economia define produção como sendo a criação de um bem ou serviço adequado para a satisfação de uma necessidade (ECONOMIABR, 2017), em outras palavras, é um processo que consiste na combinação e transformação dos fatores produtivos, modificando certas características de um determinado objeto, resultando em algo útil e capaz de suprimir as necessidades humanas, em termos de bens ou serviços.

O gráfico 4 apresenta a evolução percentual do PIB mundial, acrescido de uma estimativa até o final do século XXI. Conforme vimos no gráfico 1, o ápice do crescimento populacional se deu em meados do século XX e, não por acaso, o mesmo acontece com a produção. Na segunda metade do século XX até o início do século XXI o crescimento demográfico caiu, mas foi aliado a um aumento na produtividade, que resultou na manutenção de taxas de crescimento da produção mundial extremamente altas. A taxa de crescimento da produção atual na casa dos 3,5% é decididamente alta, resultando em um crescimento acumulado em uma geração (30 anos) de 181%. A estimativa de Piketty de queda na produção ao longo do século XXI ocorre devido a previsão da ONU de queda no crescimento demográfico e, da estimativa da queda da produtividade de Piketty (que veremos abaixo). Mesmo assim, a taxa prevista de crescimento da produção para o restante do século de cerca de 1,5% (resultando em 56% de crescimento em uma geração) é muito alta e sem precedentes no período anterior ao capitalismo.

GRÁFICO 5: Crescimento da Produção por Habitante no Mundo

Fonte: PIKETTY, (2014)

A tabela 1 destaca os níveis de crescimento da produção em diferentes períodos e os compara com a evolução da população e da produtividade. Um crescimento demográfico forte é uma variável de extrema importância para analisarmos o aumento da produção mundial, que aumenta a importância da renda gerada no presente através da remuneração do trabalho e reduz a importância das riquezas acumuladas até então (herança), ambos os fatores desempenhando importante papel equalizador na desigualdade de renda (PIKETTY, 2014).

TABELA 1: A taxa de crescimento mundial anual média do PIB

Períodos (anos)	PIB Mundial	População Mundial	Produção por habitante
0 - 1700	0,1%	0,1%	0,0%
1700 - 2012	1,6%	0,8%	0,8%
1700 - 1820	0,5%	0,4%	0,1%
1820 - 1913	1,5%	0,6%	0,9%
1913 - 2012	3,0%	1,4%	1,6%

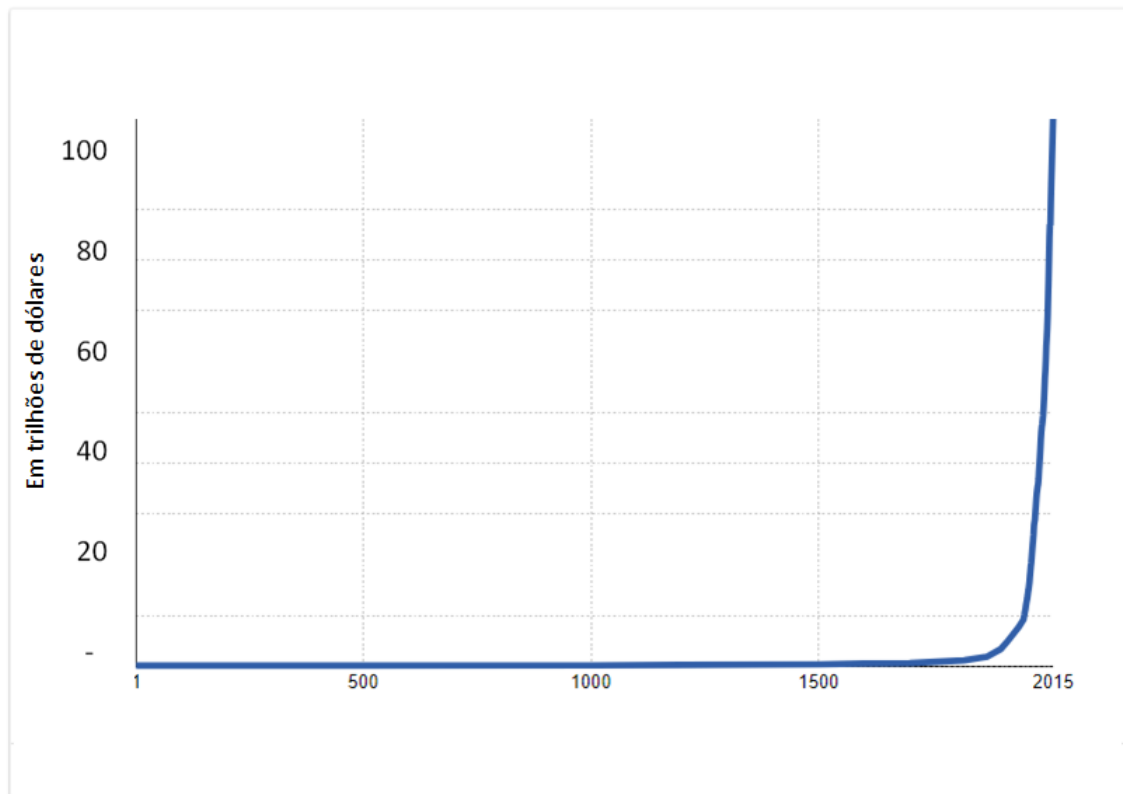
Fonte: PIKETTY, (2014)

Entre os anos 0 e 1700 o cenário era de baixo avanço tecnológico e de acesso à educação, com a produtividade se mantendo constante, vide gráfico 5. Somado ao baixo crescimento

populacional, a produção não apresentou taxas significativas de crescimento. Entre 1700 e 1820 o contexto era de um crescimento populacional um pouco superior e com a produção aumentando a taxas semelhantes às taxas de crescimento da população, uma vez que cada indivíduo produzirá a mesma quantidade de bens, mas haverá mais indivíduos para produzi-los. Entre 1913 e 2012 o cenário é semelhante ao período entre 1820 e 1913, porém mais acentuado, com aumento da produtividade e da população proporcionados por fatores que já destacamos, acarretando forte crescimento da produção mundial. Logo, o crescimento populacional é sim fundamental para explicar o crescimento da produção, mas não é o único fator, ficando evidente a influência do processo produtivo atual baseado na tecnologia e na divisão do trabalho.

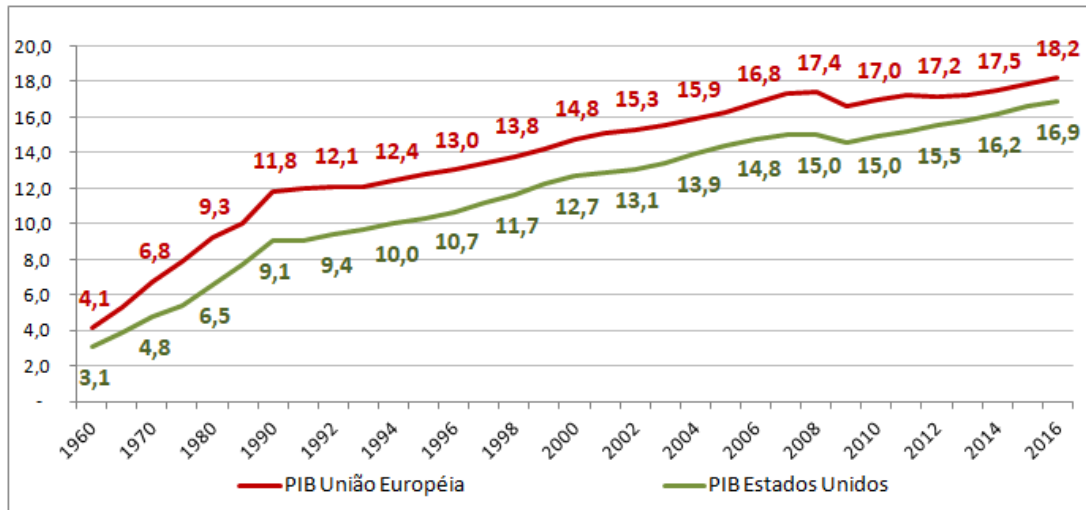
Desta forma, o gráfico 4 apresenta a evolução percentual do PIB mundial e depende basicamente de dois fatores: do crescimento demográfico apresentado no gráfico 1 e da produtividade (produção por habitante) apresentada no gráfico 5. Ou seja, trata-se da soma do aumento da produtividade por habitante e o crescimento percentual da população. Ressaltamos ainda a dificuldade em estimar a produtividade, uma vez que a tecnologia apresenta progresso surpreendente, dificultando a estimativa do cenário futuro desta variável de extrema relevância à produção.

Analisaremos agora o PIB em valores monetários primeiramente para o mundo e depois por países ou grupos de países. Visto que o nosso objetivo é comparar o comportamento do PIB ao longo do tempo, é preciso apresentar os dados do PIB real, cuja diferença frente o PIB nominal é que enquanto este diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, o segundo é calculado a preços constantes, escolhendo-se um ano-base para o cálculo do PIB. Para isso, utiliza-se o deflator, uma estatística calculada pela divisão do PIB nominal pelo PIB real, isolando o crescimento real do produto daquele que se deu artificialmente devido ao aumento dos preços da economia, eliminando assim o efeito da inflação. Desta forma, os gráficos abaixo trazem dados do PIB real, considerando o dólar de 2011. O gráfico 6 apresenta os dados da evolução do PIB mundial real e retrata aquilo que discutimos até aqui. O crescimento da riqueza mundial, após um longo período de relativa estagnação, alcança níveis extraordinários no início do século XXI, após a quebra do paradigma a partir da Revolução Industrial no século XVIII propiciado pelo advento da tecnologia em massa e a crescente evolução desta frente aos métodos produtivos.

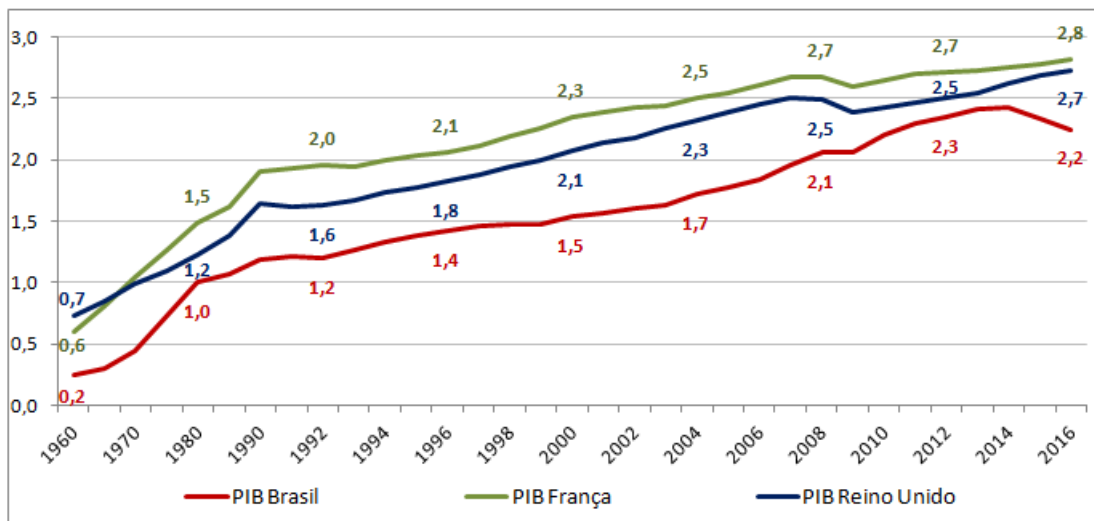
GRÁFICO 6: Evolução do PIB Mundial Real

Fonte: OUR-WORLD-IN-DATA, (2017)

Aprimoramos a análise com os dados do PIB dos EUA e da União Europeia no gráfico 7 e do Brasil, França e Reino Unido no gráfico 8. A divisão ocorreu devido a grande diferença de valores entre cada um dos casos e, de outro modo, não seria possível analisar corretamente a evolução do PIB em cada caso, sendo necessário agrupar os países (ou grupo de países) de acordo com as semelhanças de valores entre eles. Como os EUA é o país com maior PIB no mundo, não havendo outro com valores semelhantes e, considerando o fato da evolução em valores absolutos reais andar em linha com a União Europeia, analisamos ambos conjuntamente. Para o Brasil acreditamos interessante a comparação com países desenvolvidos, com o qual podemos observar a relativa estagnação econômica na década de 1960, a recuperação na década de 1970 em diante, se mantendo estável durante a Crise de 2008, em melhor situação que praticamente todo o resto do mundo, a aproximação até 2014 e a queda a partir de então.

GRÁFICO 7: Evolução do PIB real em trilhões de dólares

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

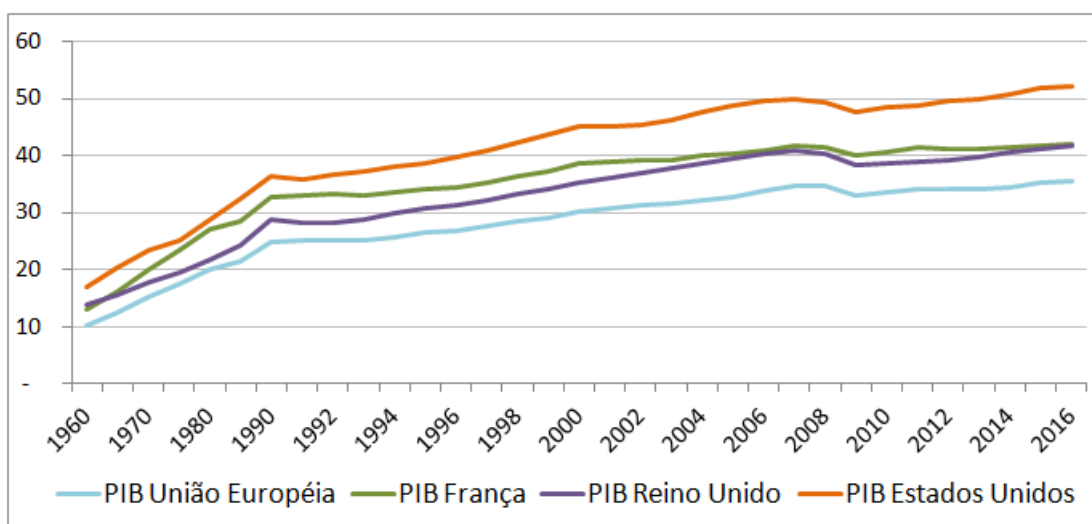
GRÁFICO 8: Evolução do PIB real em trilhões de dólares

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

Todavia, ao analisar o PIB dos países estamos considerando apenas o aumento da riqueza, desconsiderando dois fatores essenciais: qual foi a relação entre este fator e o aumento populacional e como se deu a divisão da riqueza criada entre os indivíduos do país, visto que um país pode ter grande PIB per capita se apenas uma pequena parcela da população reter enorme riqueza (veremos esta questão mais adiante). O primeiro caso pode ser esclarecido analisando a evolução do PIB per capita real (considerando o dólar de 2010), que consiste na divisão do PIB pela quantidade de habitantes de um país, conforme gráfico 9. Ainda que peque na questão da desigualdade acima destacada nos auxilia a observar que: apesar do PIB da França e do Reino

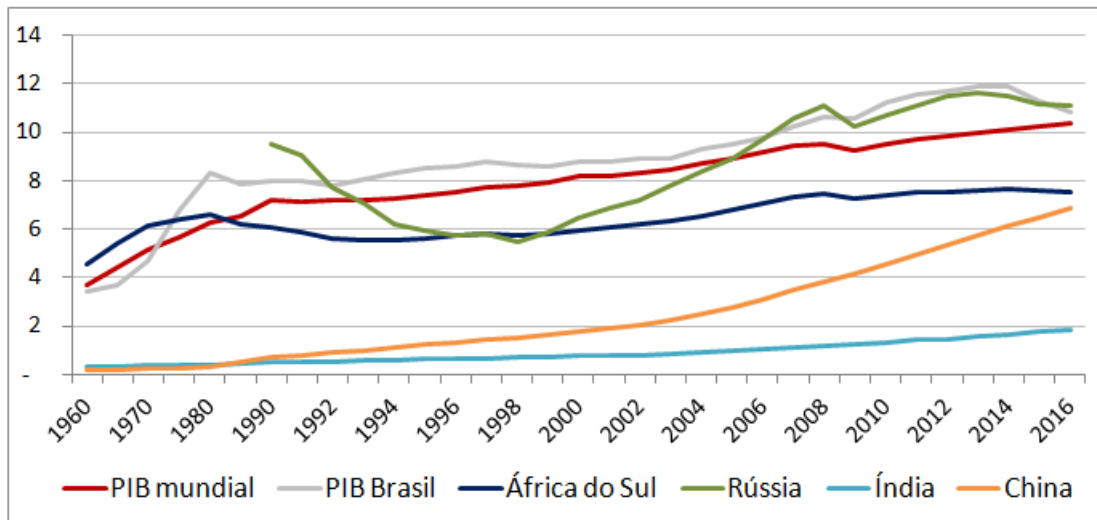
Unido estarem bem abaixo do PIB dos EUA, o PIB per capita entre eles não é tão discrepante, evidenciando a importância da população dos EUA (cerca de 5 vezes maior que os outros dois países); apesar do PIB da União Europeia ser superior ao dos EUA o PIB per capita dessa é bem inferior;

GRÁFICO 9: Evolução do PIB per capita real em mil dólares



Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

Em seguida trazemos a análise referente aos BRICS, grupo de países em semelhantes estágios de desenvolvimento composto por: Brasil, África do Sul, Rússia, Índia e China. O gráfico 10 mostra que a África do Sul, o Brasil e a média mundial detinham cenário parecido em 1960. Desde então a evolução do PIB per capita da África do Sul foi inconstante e o aumento ao longo do período não foi tão significativo quanto ao caso brasileiro, que apresentou crescimento constante, semelhantemente à média mundial, mantendo-se durante quase todo o período acima desta. Quanto a Rússia, cujos dados só temos acesso a partir de 1990, podemos observar uma grande redução durante a década de 90, seguida por um aumento considerável no início do século XXI responsável por alcançar e apenas superar levemente o PIB per capita de 1990. À parte, temos a Índia e a China, que saíram de valores praticamente nulos na década em 1960 e apresentaram evolução consistente, mais significativa no caso chinês que resultou na aproximação dos valores deste país com os dos demais países do grupo.

GRÁFICO 10: Evolução do PIB per capita real em mil dólares

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

Esta análise nos auxilia a compreender a diferença entre os níveis de desenvolvimento de cada país. O termo subdesenvolvimento é um termo antigo e considerado atualmente como sendo politicamente incorreto, sendo o termo atual mais usado e aceito a divisão internacional entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Os próprios membros da ONU confessam a dificuldade encontrada em definir este termo, uma vez que engloba grande parte dos países do mundo em diferentes situações socioeconômicas (países pobres, atrasados, não industrializados, agroexportadores, colônias de países desenvolvidos), regimes políticos (democracia, parlamentarismo, ditadura) e ainda regimes econômicos (capitalismo, socialismo). Os países em desenvolvimento são aqueles que proporcionam aos seus habitantes um nível de consumo e bem estar inferior aos países desenvolvidos, bem como altos índices de vulnerabilidade, dependência externa e todos os problemas sociais e políticos decorrentes desses fenômenos (SAMUELSON, 1975). O não desenvolvimento dos países decorre de variáveis diversas, entre as quais se destacam o mau desempenho econômico, aliado à adoção de más políticas públicas sistematicamente, mas com potencialidade de melhoras (LEITE, 1983). Uma vez analisada corretamente a situação do país e seus principais pontos de estrangulamentos, pode-se verificar medidas adotadas por distintos países em situações semelhantes (que tenham obtido resultados satisfatórios) e espelhá-las no país em questão.

2.3 INFLAÇÃO, POUPANÇA, INVESTIMENTO E TAXA DE JUROS

O panorama de crescimento econômico acima destacado estaria incompleto sem uma abordagem mais aprofundada acerca da inflação que não influencia apenas o PIB. Taxa de infla-

ção é o aumento percentual de uma cesta de produtos em um determinado período. A discussão acerca deste tema é extremamente ampla e antiga nas ciências econômicas. De forma sucinta, a teoria convencional identifica três tipos de inflação. A inflação de demanda é causada pelo excesso de demanda em relação à oferta e ocorre quando o aumento da produção não acompanha o aumento da renda real dos habitantes (aumento do salário ou redução da carga tributária), há expansão dos gastos públicos ou expansão do crédito. A inflação de custos é causada pelo repasse aos consumidores do aumento dos custos de produção, decorrentes do aumento da taxa de juros (que impacta no custo de investir), resultando no aumento do custo da mão de obra, no aumento de impostos ou na desvalorização cambial (aumenta o custo para importar bens de consumo). A inflação inercial, ocorre a partir da memória inflacionária passada, com a qual os indivíduos, já acostumados à inflação, exigem reajustes, afetando não só salários, bem como os preços, o câmbio e os ativos financeiros (CASTOLDI, 2009).

A teoria monetarista, por sua vez, aponta como causa da inflação o aumento da oferta monetária acima da necessidade da economia, por sua vez decorrente da falta de austeridade pública. Conforme Friedman "A inflação é sempre, em qualquer lugar, um fenômeno monetário". De acordo com essa doutrina econômica, a inflação não pode ser definida simplesmente como aumento geral nos índices de preços, e sim, como sendo o aumento de oferta monetária.

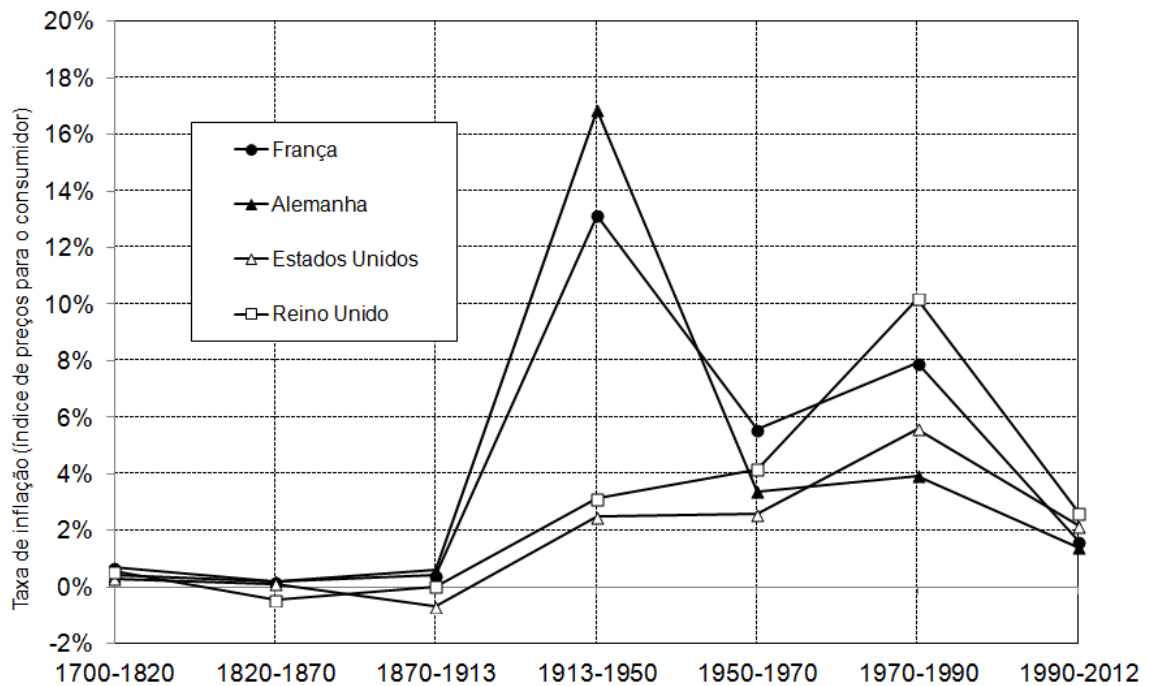
Há muita confusão nas discussões atuais, em função do uso frequentemente inadequado da palavra "inflação". Seu significado original e adequado é este: um aumento excessivo da quantidade de dinheiro que, por sua vez, determina um aumento de preços. Um aumento geral de preços, porém, causado, por exemplo, por uma escassez de alimentos decorrente de más colheitas não é inflação. Tampouco poderíamos apropriadamente chamar de "inflação" a uma alta generalizada de preços causada por uma escassez de petróleo.

(HAYEK, 1985, P. 66)

Ressaltamos que a inflação monetária é uma invenção do século XX. Ao longo da história humana, o ouro e a prata foram utilizados em larga escala como moeda de troca devido à sua durabilidade, facilidade de reconhecimento e escassez (PIKETTY, 2014). Desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial vigorou o sistema monetário baseado no padrão ouro, que consistia na obrigatoriedade de cada banco converter as moedas nacionais em relação a uma quantidade específica de ouro ou prata, de acordo com a importância de cada moeda no mercado internacional, e a realizar políticas monetárias, de compra e venda de ouro, de modo a preservar a paridade cambial. Devido à escassez, o aumento da oferta monetária com o padrão ouro era lento, resultando na estabilidade inflacionária. Observamos no gráfico 11 os dados da inflação anual média de períodos selecionados. A taxa de inflação nos países ricos foi praticamente nula desde a Revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial, justamente no período em

que o padrão ouro vigorou nestes países. Houve exceções neste período, basicamente devido a crises, guerras ou revoluções, mas de curta duração e com rápido retorno à normalidade e estabilidade monetária. Contudo, o endividamento dos governos para financiar os combates da Primeira Guerra Mundial foi muito alto e, para sanar este problema foi necessária a saída do padrão ouro e a adoção do atual sistema bancário de papel moeda fiduciário, sendo o banco central de cada país livre para fazer política monetária indefinidamente, podendo assim absorver a enorme dívida pública. A exceção deste acontecimento foi por parte dos Estados Unidos que, por entrarem depois na guerra e não terem sido palco das lutas e destruições causadas pelo conflito, não teve necessidade de alterar o sistema monetário vigente na época, o que só ocorreu definitivamente em 1971 (CARDEAL, 2011).

GRÁFICO 11: Taxa de inflação anual desde a revolução industrial

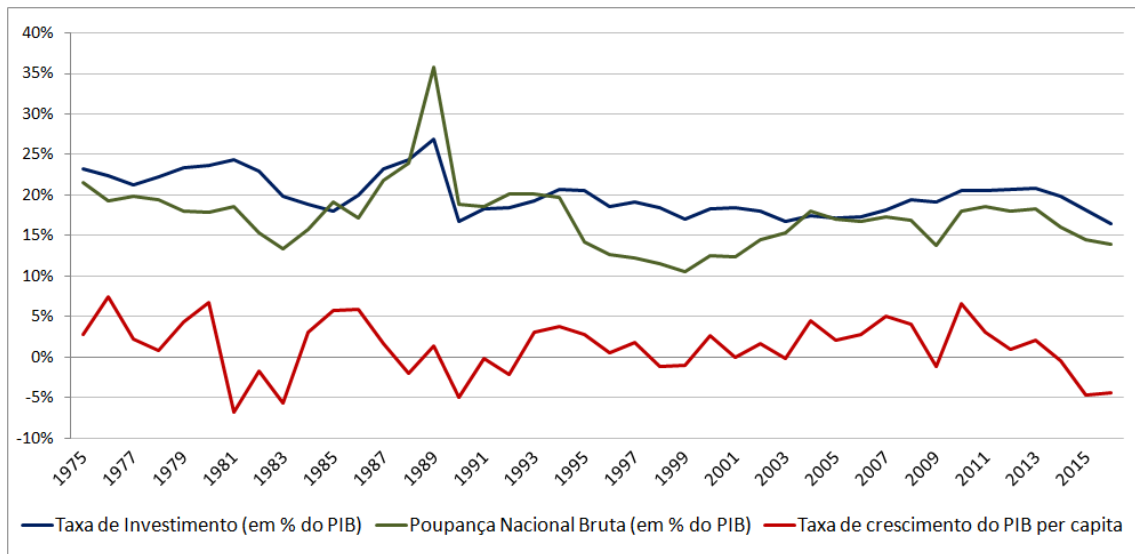


Fonte: PIKETTY, (2014)

Uma vez que o objetivo de uma economia de livre mercado é aumentar a eficiência na produção e oferta de bens e serviços, otimizando lucros, a tendência é pela redução suave de preços, caindo a medida que a produtividade aumenta (ROTHBARD, 1975). No entanto, a controvérsia acerca desta questão é forte. Os defensores de cenários deflacionários, reduções consistentes e duradouras dos preços, afirmam que o fato deste cenário incentivar a redução do consumo atual em detrimento da poupança não é um problema, uma vez que aqueles que o fizerem tendem a acumular capital e consumir mais no futuro. O aspecto negativo da poupança como sendo a parcela da renda não consumida é o mais imediatamente evidente, mas não é o

único. A poupança propicia aos bancos realizarem empréstimos (quanto maior a poupança do país mais barato é o crédito, sem ser necessária a intervenção governamental e a inflação) aos empreendedores, resultando no financiamento de atividades produtivas e produção de bens de capital, levando ainda ao aumento da produtividade. O estímulo ao consumo, quando não acompanhado de aumento na taxa de poupança, causa desequilíbrios no mercado com a oferta não conseguindo acompanhar o aumento da demanda, pressionando os preços (BöHM-BAWERK, 1895). Este cenário de deflação não tende a afetar negativamente os investimentos, pois apesar da queda nos preços parecer ser um desincentivo, isto deixa de ser verdade a partir do momento em que os custos de produção também caem e os lucros não são influenciados, resultando no aumento da produção e do nível de emprego. Por outro lado há a questão da dívida pública, cujos valores exorbitantes são realidade dos países, com exceção de pequenos países insulares e cidades-estados, ultrapassando ou se mantendo próximo ao PIB como no caso brasileiro que alcançou 70,5% do PIB em 2016 (ONU-BR, 2017). Assim, a dificuldade em pagá-la é imensa e, devido ao fato de o montante da dívida se manter a preços reais e atuais e a deflação resultar na valorização do câmbio, a solvência pública se distancia ainda mais em um cenário deflacionário.

O gráfico 12 apresenta os dados da taxa de investimento e de poupança em percentual do PIB e o crescimento do PIB per capita para o Brasil de 1975 a 2016. Com ele, observamos a importância da poupança frente ao investimento, com a diferença entre ambos sendo os investimentos estrangeiros. Os investimentos propiciam aumento na quantidade de capital que por sua vez permitem a integração de novas tecnologias ao processo produtivo, sendo portanto essenciais ao crescimento no longo prazo. Porém, para isso ocorrer os investimentos devem ter fundamento, acarretando a produção de bens efetivamente demandados pela sociedade, não bastando investir em projetos quaisquer sem critérios. Em 2016 a taxa de poupança atingiu 13,9% do PIB, a menor desde o período de virada do século, em grande parte devido ao fato de uma parcela significativa da poupança advir dos lucros das empresas, sendo direcionada para investimentos na própria companhia, lucro este que é reduzido com o cenário de forte queda do PIB por dois anos. Ademais, o fato do modelo de crescimento brasileiro nas últimas décadas estar baseado no consumo, através de políticas públicas de redistribuição de renda e subsídios ao consumo, resultou em um aumento proporcional do consumo superior ao aumento da renda. Já a taxa de investimento, em 2016, alcançou 16,4% do PIB, sendo a menor observada no apinhado histórico. O PIB per capita acompanha, ainda que em menor intensidade, a variação principalmente na taxa de investimento.

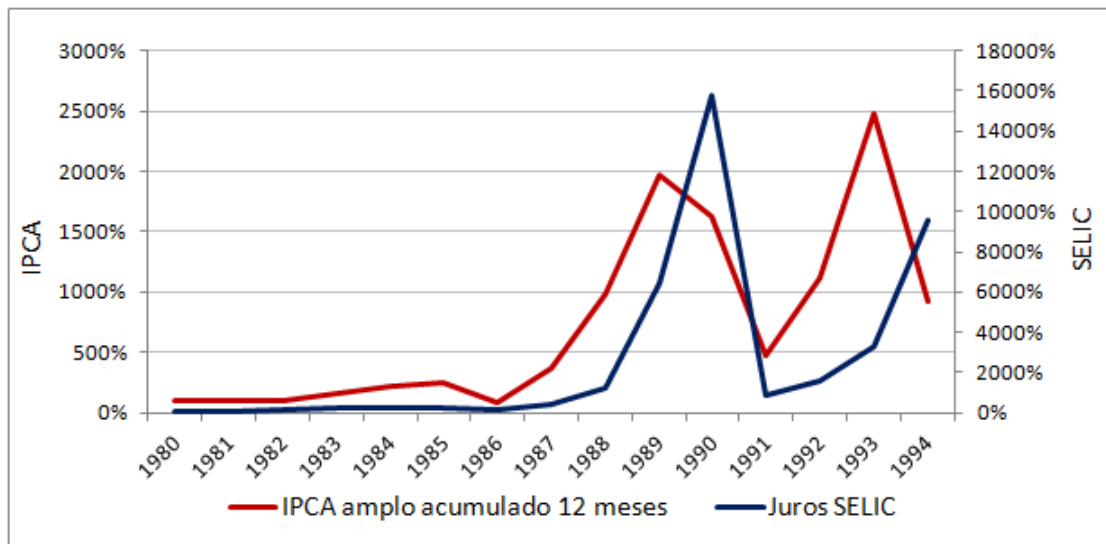
GRÁFICO 12: Evolução do Investimento, Poupança, e PIB per capita no Brasil

Fonte: Elaboração Própria com base em IBGE, (2017)

Outra questão relevante acerca da inflação é a neutralidade da moeda. Diversas teorias econômicas afirmam que um aumento no estoque monetário gera um aumento proporcional, idêntico e permanente nos preços, e somente afeta a atividade econômica real (como produto, investimento e emprego) no curto prazo, sendo a moeda neutra no longo prazo. Porém, a nova oferta monetária não atende a todos ao mesmo tempo. Os primeiros beneficiados (o Tesouro e os bancos) passam a ter um efetivo em caixa maior do que antes, o que lhes permite negociá-lo por uma maior quantidade de bens, visto que estes preços ainda não foram influenciados pela nova quantidade de moeda, o que só acontece quando a moeda começa a girar na economia. Assim que a quantidade adicional de moeda perpassa toda a economia e exaure todas as possibilidades de mudança de preço, o aumento de preços ocorrerá proporcionalmente de acordo com a etapa em que cada setor recebeu este aumento de demanda fruto do aumento da oferta monetária. Assim, os primeiros beneficiados terão seus preços pressionados, podendo negociar outros bens a preços sem reajustes e resultando em um aumento de riqueza, enquanto os últimos beneficiados, uma vez que seus demandantes (que podem ou não ter seus salários aumentados) terão que destinar uma maior parcela da sua renda aos serviços afetados pela inflação, tendem a reduzir a demanda por esses serviços, resultando em queda nos preços e empobrecimento destes indivíduos. Em outras palavras, os primeiros a receberem a oferta adicional de moeda obtêm ganhos específicos que saem justamente dos indivíduos que por último receberam o novo dinheiro. A contínua transferência de renda continua enquanto durar o processo inflacionário, uma vez que os mais pobres têm maior parte da sua renda comprometida com gastos de subsistência que não podem ser ignorados, devendo manter o dinheiro em sua forma mais líquida,

a moeda, de outro modo, a relação quantidade de moeda/renda é maior quanto menor for a condição econômica do cidadão. Assim, em um cenário inflacionário, os indivíduos mais ricos tendem a ter grande parte de sua renda protegida em bancos e aplicações financeiras, enquanto os mais pobres perderão poder de compra constantemente (EROSA A.; VENTURA, 2002).

GRÁFICO 13: Evolução da inflação anual e da taxa de juros no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-CENTRAL, (2017)

O gráfico 13 apresenta a evolução da taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e da taxa de inflação anual acumulada no Brasil até a implementação do real, sendo a inflação apresentada através do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Aplicado), cujo órgão responsável é o IBGE. Os picos de 1.973% em 1989 e 2.477% em 1993 (o mais alto valor da inflação acumulada em 12 meses na história brasileira foi de 6.821% em abril de 1990) faz com que a inflação no início dos anos 1980 pareça insignificante. Porém, o valor mais baixo corresponde a 80% em 1986 e o ápice, 242% no ano anterior, evidenciando o surto inflacionário durante todo o período analisado. Portanto, o país viveu neste período um cenário de hiperinflação, o que ocorre quando o crescimento na produção de bens e serviços não acompanha o aumento dos preços e da base monetária e não há tendência ao equilíbrio. Os problemas decorrentes da hiperinflação são diversos: acentua a desigualdade de renda, conforme explicado anteriormente; reduz o índice de confiança interno e externo; aumenta o risco país, impossibilita o investimento de longo prazo, uma vez que uma moeda que se desvaloriza constantemente impede os empreendedores de anteciparem os preços dos bens em um futuro próximo. A taxa de juros surge como mecanismo para combater a inflação, visto que à medida que ela aumenta, a tendência é pela redução da demanda por empréstimos, da quantidade de moeda na economia e da inflação. Criada em 1979, a taxa de juros SELIC é a taxa básica de juros da economia

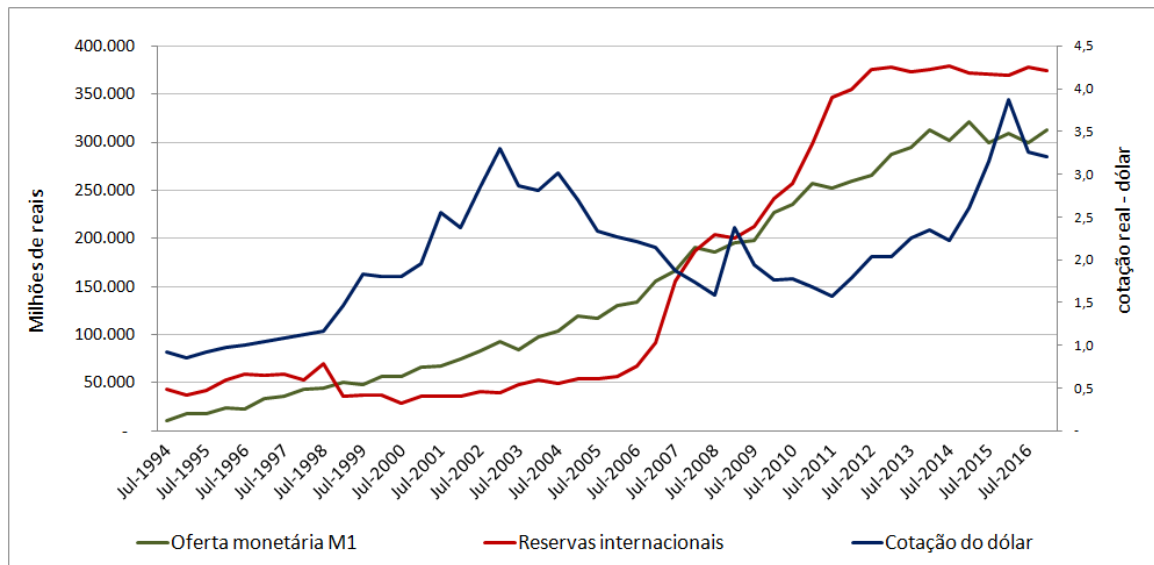
brasileira, utilizada como referência para o cálculo das demais taxas de juros cobradas pelo mercado. Podemos observar ainda, no gráfico 13, que a taxa de juros da economia brasileira acompanha a variação da inflação, ainda que posteriormente, visto que ela é utilizada após o aumento da inflação.

No Brasil, a instabilidade dos preços macroeconômicos por conta do ajuste externo da economia foi responsável pela intermitente aceleração inflacionária nos anos 80 (CARNEIRO, 2002). Este ajuste externo se deve às distintas políticas cambiais adotadas pelo país. Entre 1968 a 1990 era de câmbio real fixo (houve ainda breves períodos de congelamento de câmbio), com o câmbio variando de acordo com a diferença entre as inflações doméstica e internacional, tendo por objetivo manter uma certa paridade real fixa da moeda. De março de 1990 a junho de 1994 a política cambial foi alterada para a taxa de câmbio com flutuação suja, na qual a taxa de câmbio passava a ser determinada pelo mercado e não mais pelo Banco Central, ainda que este pudesse intervir no mercado de divisas. Na prática, as alterações foram pequenas. Quanto a base monetária que, conforme já vimos, é essencial para explicar a inflação, entre janeiro de 1980 e junho de 1994 ela aumentou dois trilhões por cento, média de 418% ao ano. Somente entre março de 1990 e dezembro de 1992 este aumento foi de 28 mil por cento. Com o grande aumento da inflação, a ação do governo era de desvalorizar a moeda nacional através da compra de dólares, comprados justamente com a emissão de mais moeda, gerando um ciclo que explica os valores exorbitantes da evolução da base monetária e da inflação. Conforme já vimos no gráfico 8 relativo ao PIB, a década de 80 do Brasil foi um período de estagnação econômica, tendo como principal resultado da crise inflacionária, a crise do financiamento externo que acarretou fuga de investidores e transferência de recursos para o exterior, levando ao desequilíbrio e deterioração das finanças públicas.

Para solucionar este cenário hiperinflacionário e trazer estabilidade econômica, foram implementados diversos planos econômicos a partir da segunda metade da década de 1980. O primeiro foi o Plano Cruzado em 1986 que consistia na: alteração a moeda de cruzeiro para cruzado; conversão todos os contratos pela média dos últimos seis meses; congelamento dos preços, da taxa de câmbio e correção dos salários; extinção da correção monetária; reajuste de 15% ao salário mínimo. O plano resultou, no curto prazo, em uma grande expansão do consumo, crédito, queda no desemprego, de 10,5% em 1985 para 2,5% em 1986, e desinflação, de 14,98% em janeiro para 0,58% em abril (SAFATLE, 2016). No decorrer de 1986 e no início do ano seguinte, o resultado foi o desabastecimento de produtos, aumento das importações e queda das exportações, altas taxas de juros e disparada da inflação. Todos estes fatores levaram o país a declarar moratória (suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado) em fevereiro de 1987, agravando ainda mais a situação econômica. Os Planos

Econômicos que o sucederam, o Plano Bresser ainda em 1987 e o Plano Verão em 1989, foram semelhantes ao Plano Cruzado nas medidas adotadas e no insucesso alcançado. O Plano Collor em 1990 por sua vez confiscou a poupança, congelou preços, salários e aumentou a tributação, visando reduzir o consumo. Desta forma o plano foi extremamente impopular e ineficiente, visto que ainda que tenha sido responsável pela queda da inflação no curto prazo, acentuou a crise econômica e tão logo os ativos confiscados foram sendo desbloqueados os preços voltaram a disparar.

GRÁFICO 14: Evolução da base monetária, das reservas internacionais e da cotação do dólar



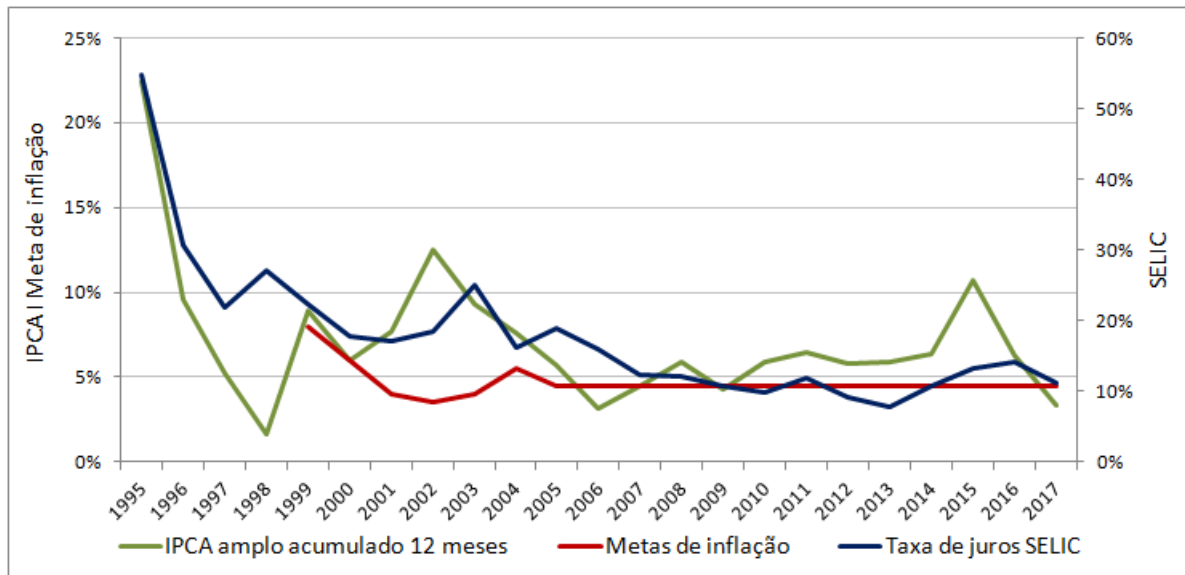
Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-CENTRAL, (2017)

A constatação era que o problema a ser priorizado era o ajuste fiscal e a redução da dívida pública, para só então combater a inflação. Assim veio o Plano Real em 1993, cujas principais medidas eram: reduzir os gastos públicos; lançar uma nova moeda com valor atrelado ao dólar (ao menos inicialmente) o URV (Unidade Real de Valor); restringir o consumo através do aumento dos impostos, dos juros e do compulsório; incentivar as importações; aumentar as reservas internacionais, resultando em maior controle por parte do governo frente à fuga de capitais (BOURROUL M.; FERREIRA, 2014). Segundo Leonardo Weller (2014), a grande diferença do Plano Real para seus antecessores foi a transparência e a antecedência, não havendo anúncios surpresa ou medidas não previamente anunciadas sendo introduzidas. Em julho de 1994 o real foi introduzido oficialmente, com seu valor igualado ao valor do dólar no dia anterior, não sendo, todavia, uma política de câmbio fixo, como podemos observar no gráfico. A moeda nacional valorizada vem da intervenção e utilização das reservas por parte do governo e era um incentivo às importações, resultando na queda ainda mais acentuada das reservas internacionais, obrigando o governo a elevar os juros para atrair capital externo. Ainda

de acordo com o gráfico 14, observamos que quando implementada a nova moeda as reservas internacionais de dólar eram superiores a quantidade de moeda nacional, trazendo tranquilidade e segurança aos investidores de que, em caso de nova crise econômica, haveriam dólares para conversão imediata.

O gráfico 15 nos permite observar as altas taxas de juros, bem como a queda acentuada da inflação até 1998, período em que as reservas de dólares se mantiveram acima da oferta de Reais. Em 1999 foi adotada a política econômica de Metas de Inflação, baseada no anúncio prévio de uma meta inflacionária a ser perseguida pelo Banco Central, cujo objetivo era evitar novo descontrole inflacionário, além de reduzir as incertezas e aumentar a transparência da condução da política monetária. Como vimos no gráfico 14, a base monetária ultrapassou as reservas internacionais em 1998, limitando a intervenção do governo no mercado de câmbio e resultando na disparada do dólar e na manutenção de altas taxas de juros. As taxas de inflação se mantiveram sistematicamente acima da meta de inflação de cada período que, aliado à desvalorização do real, elevou as incertezas frente à economia brasileira. Com as reservas internacionais voltando a ficar acima da oferta monetária em 2008, tivemos como resultado taxas de inflação, juros e cotação do dólar mais contidas, ainda que este cenário tenha se alterado na crise econômica recente.

GRÁFICO 15: Evolução da inflação anual, da meta de inflação e da taxa de juros no Brasil

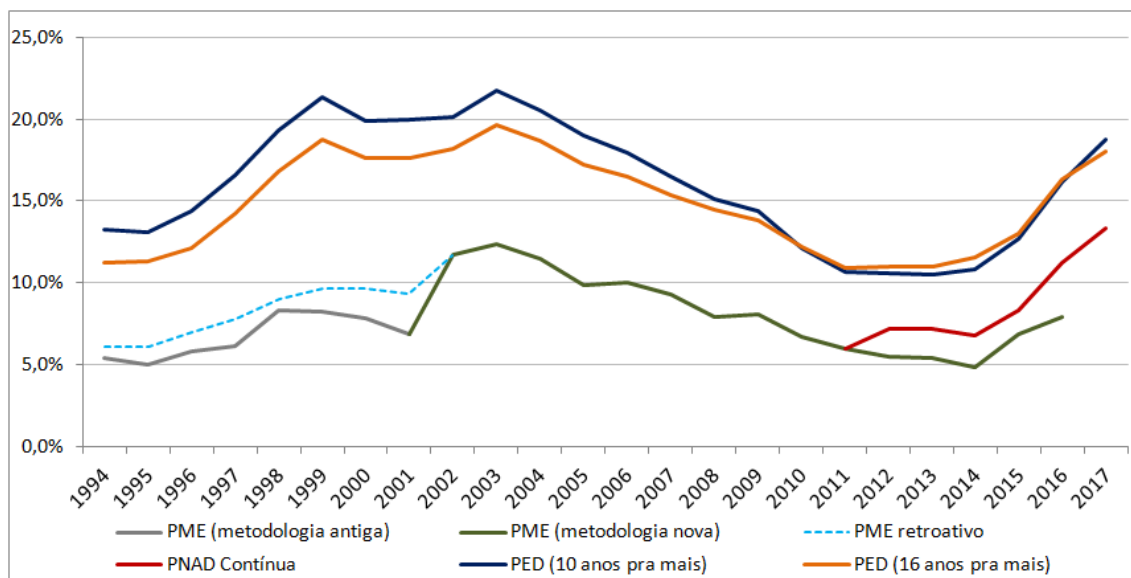


Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-CENTRAL, (2017)

2.4 DESEMPREGO

A taxa de desemprego, ou ainda taxa de desocupação, nada mais é do que a proporção entre população desempregada e a PEA (População Economicamente Ativa). Os dados acerca da taxa de desemprego brasileira são de duas pesquisas distintas, destinadas a produzir informações acerca do desenvolvimento socioeconômico do país, através do estudo das características demográficas e de educação, bem como da inserção da população no mercado de trabalho: o IBGE e o SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) juntamente com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

GRÁFICO 16: Taxa de Desemprego no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em DIEESE, (2017); IBGE, 2014; PME, (2017); PME, (2002)

O gráfico 16 traz as informações das quais dispomos acerca do desemprego brasileiro. Entre 1994 e 2001 os dados são da PME (Pesquisa Mensal de emprego) do IBGE. A partir de 2002, por sugestão da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a metodologia utilizada pelo órgão para este cálculo sofreu importantes alterações, para torná-la mais abrangente e compatível com padrões internacionais, permitindo um monitoramento mais eficiente das mudanças no mercado de trabalho. As principais alterações foram: aumento de tempo destinado a buscar um emprego, de sete para trinta dias, para que um indivíduo desocupado e disponível a trabalhar seja considerado desocupado; redução da idade inicial para que um indivíduo passe a fazer parte da PEA e seja contabilizada na taxa de desemprego de 15 para 10 anos, por entender que, apesar da idade mínima para trabalhar estabelecida pelo Brasil ser de 16 anos, a realidade

social do país impede esta legislação de ser respeitada totalmente e, quantificar e caracterizar as crianças e adolescentes que trabalham auxilia a analisar as condições de trabalho e em que medida esta legislação está sendo desrespeitada. Podemos perceber a grande variação nos dados de 2001 para 2002, alardeando a importância da alteração da metodologia. A linha pontilhada em azul tracejada faz referência aos dados presentes nas séries estatísticas do IBGE que diferem dos dados da metodologia antiga do órgão, uma vez que a projeção populacional do período foi reponderada e corrigida, alcançando valores mais plausíveis com a mudança e metodologia na comparação de 2001 para 2002. Vale ressaltar que ambas as metodologias do IBGE, no cálculo do desemprego, desconsideram aqueles que estão recebendo seguro-desemprego e os desalentados, desempregados que desistem de procurar emprego após trinta dias. Além disso, o IBGE considera também como empregados os trabalhadores subempregados em “bicos” que recebem menos do que o salário mínimo, bem como os indivíduos que não estavam trabalhando na época da pesquisa, mas haviam trabalhado no decorrer dos últimos 365 dias (Pessoas Marginalmente Ligadas à PEA). Devido a estes fatos a taxa de desemprego brasileira medida pelo PME se mantém em níveis considerados de pleno emprego em grande parte do período analisado.

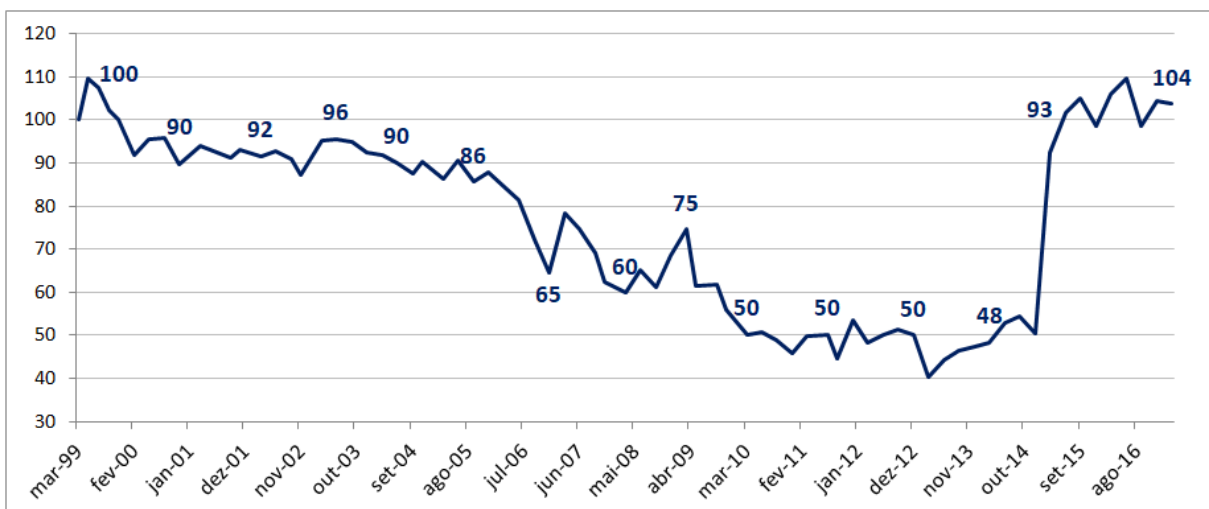
De 2012 em diante acrescentamos na análise os dados da PNAD, apesar dos dados da nova metodologia do IBGE estarem disponíveis até 2016. A diferença entre eles se deve a: enquanto a PME abrange 44 mil domicílios e seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), a PNAD tem uma amostra de 211 mil domicílios em cerca de 3,5 mil municípios brasileiros; a PNAD considera a idade mínima para que o indivíduo passe a fazer parte da PEA de 14 anos, enquanto a PME considera de 10 anos em diante, conforme descrito acima; por último, a PNAD mantém, da mesma maneira que a PME, como ocupados os indivíduos subempregados e desconsidera os desalentados da análise (IBGE, 2014). Desta forma, consideramos os dados da PNAD mais realistas, principalmente pela maior abrangência de municípios.

Para aprimorar a análise deste importante indicador socioeconômico, utilizamos ainda os dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) do SEADE e do DIEESE. Esta pesquisa compõe a PEA com indivíduos acima de 10 anos, como a nova metodologia do IBGE. No gráfico 16 incluímos os dados do desemprego apenas para indivíduos acima de 16 anos e pudemos verificar uma queda na importância das crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos no mercado de trabalho (impedidos por lei a trabalhar). A PED identifica três tipos de desemprego, conforme a metodologia por eles divulgada: aberto - pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos trinta dias anteriores ao da pesquisa; oculto pelo trabalho precário - pessoas que realizaram nos últimos trinta dias algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado

de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação; oculto pelo desalento – pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses (DIEESE, 2010). A principal diferença e razão pela qual há uma variação significativa entre os dados de desemprego do IBGE e do SEADE/DIEESE, ocorre justamente porque o IBGE considera como desocupados apenas a primeira categoria, o desemprego aberto, apenas contabilizando as demais e classificando-as como inativas.

Após um período de taxa de desemprego relativamente baixa de 2011 a 2014, observamos uma disparada neste índice, alcançando níveis semelhantes ao recorde do período na virada do século e levando ao aumento do Índice do Medo do Desemprego, indicador elaborado trimestralmente pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) que busca antecipar variações futuras no ritmo de atividade econômica. Isso ocorre, pois, quanto mais otimista for a avaliação dos indivíduos acerca da manutenção de seus empregos e novas oportunidades no mercado de trabalho, maior tende a ser o seu consumo. O índice é calculado considerando uma data como base fixa (neste caso, março de 1999) e valor igual a 100, com os demais variando de acordo com ela, valores acima de 100 significam medo do desemprego acima daquele na base fixada.

GRÁFICO 17: Índice do medo do desemprego no Brasil

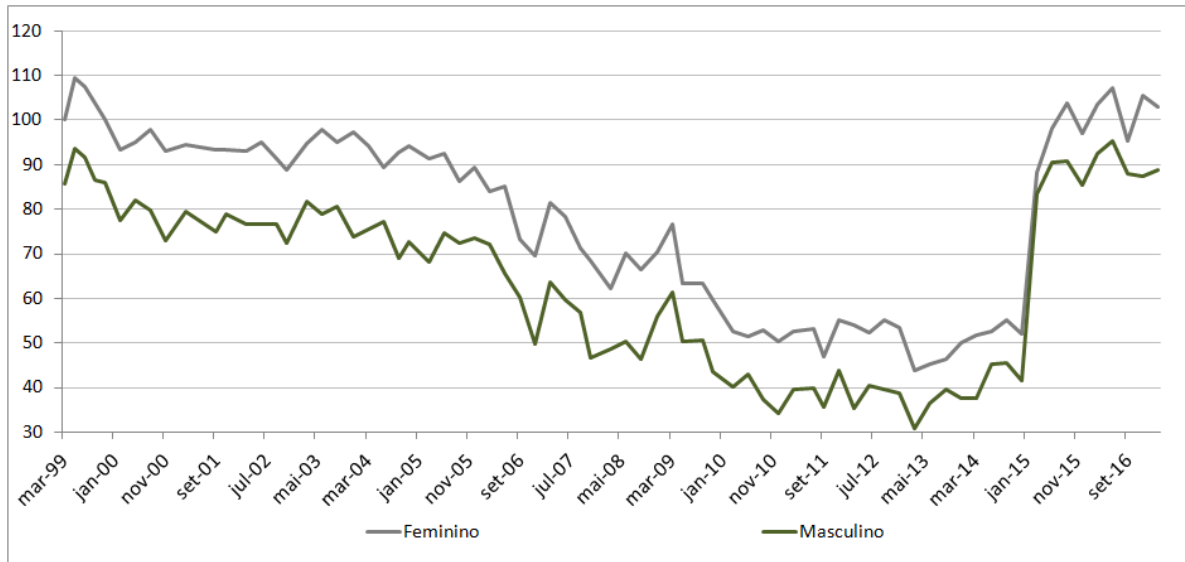


Fonte: Elaboração Própria com base em CNI, (2017)

O gráfico 17 apresenta o índice do medo do desemprego desde que o estudo teve início, indicando forte relação entre este índice e o desemprego analisado no gráfico 16, alcançando

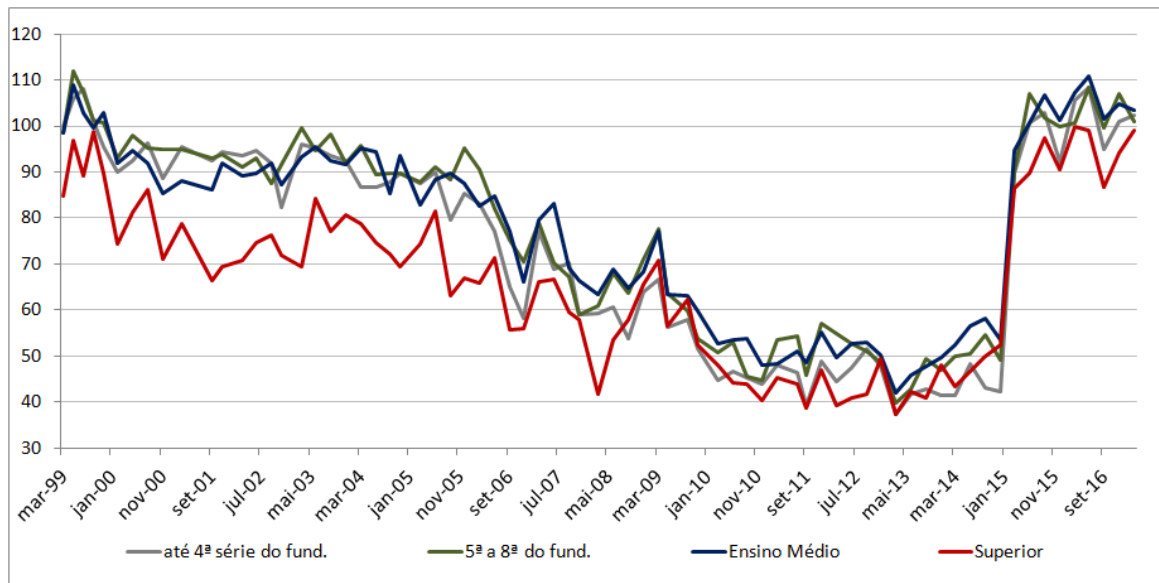
taxas recordes em 1999 e em 2016, com forte redução ente 2010 e 2014. A disparada no índice ocorrida em 2015 se deve ao reconhecimento por parte da população do início de um período turbulento da economia brasileira.

GRÁFICO 18: Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Gênero



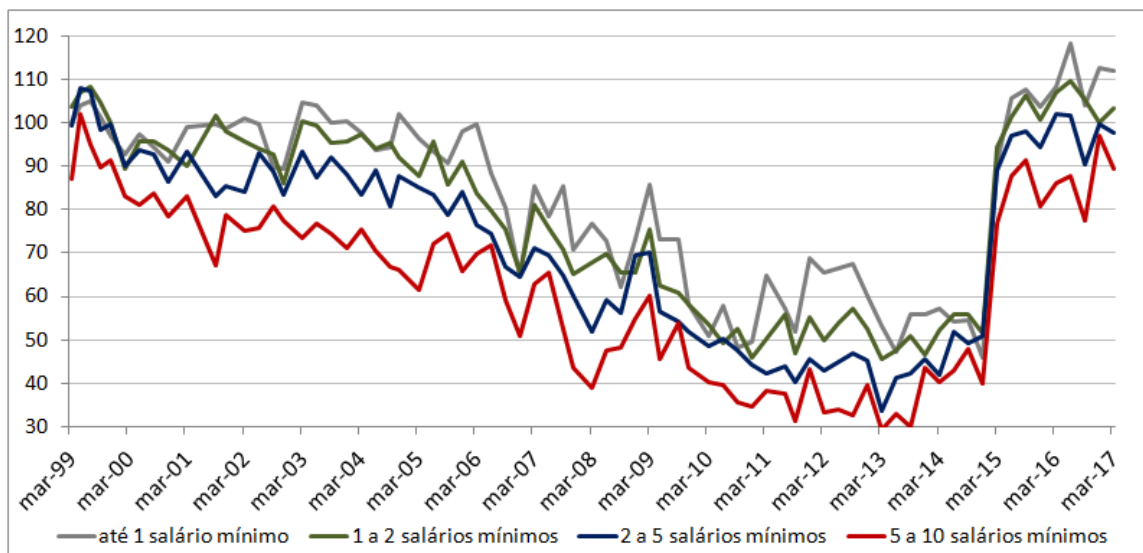
Fonte: Elaboração Própria com base em CNI, (2017)

Acreditamos ser relevante ainda aprofundar esta análise através dos dados deste índice abertos por gênero, escolaridade e renda familiar. O gráfico 18 apresenta os dados referentes ao gênero, evidenciando a tendência muito semelhante para pessoas do sexo masculino e feminino, ainda que as mulheres registrem medo ao desemprego sistematicamente superior.

GRÁFICO 19: Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Escolaridade

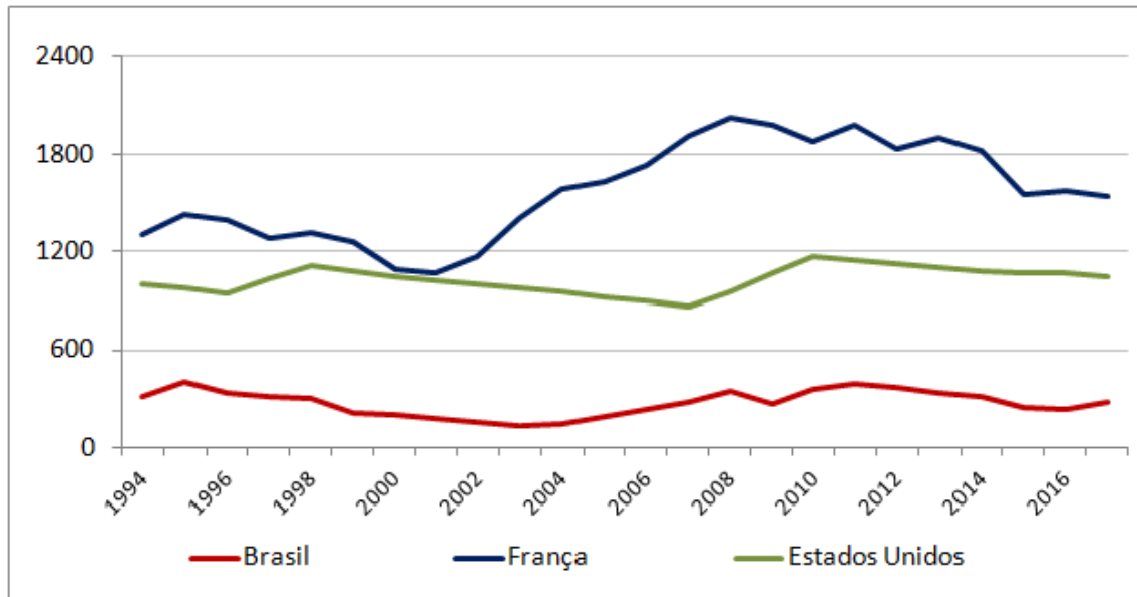
Fonte: Elaboração Própria com base em CNI, 2017

O gráfico 19 apresenta os dados referentes à escolaridade, evidenciando que o medo do desemprego é constantemente inferior entre as pessoas com nível superior, não apresentando, porém, grande variações entre as pessoas com escolaridade menor.

GRÁFICO 20: Índice do medo do desemprego no Brasil aberto por Renda Familiar

Fonte: Elaboração Própria com base em CNI, (2017)

De modo semelhante ao gráfico 19, o gráfico 20 evidencia que o medo frente ao desemprego é inversamente proporcional à renda familiar, sendo menor quando mais alta for a renda familiar.

GRÁFICO 21: Salário Mínimo Real no Brasil, França e Estados Unidos em dólar

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-CENTRAL, (2017); PIKETTY, (2014)

Para complementar, devemos debater o porquê do índice de desemprego ter variado desta forma ao longo dos anos. Para isso, iniciamos explicando a importante questão do salário mínimo. O salário mínimo é o mais baixo valor determinado por lei que os empregadores podem pagar aos seus funcionários e que os funcionários podem vender sua mão de obra, sendo que este valor deve corresponder às condições mínimas para que o indivíduo viva com dignidade (arbitrado pelo governo) e tem como finalidade proteger os trabalhadores menos qualificados. A imposição de um salário mínimo busca estimular a economia e aumentar a demanda agregada, uma vez que uma parcela importante da população é beneficiada e é responsável por consumir os bens e serviços produzidos. O salário mínimo no Brasil teve início em 1930 no governo de Getúlio Vargas.

Os valores do salário mínimo Brasil, na França e nos Estados Unidos desde 1994 estão apresentados no gráfico 21, cujos valores nominais foram corrigidos pela inflação no período e convertidas em dólar na cotação de cada ano. Os valores do salário mínimo divergem de acordo principalmente com o grau de desenvolvimento de cada país. Podemos observar que o salário mínimo real nos Estados Unidos pouco se alterou ao longo dos anos. Na França, ele teve importantes alterações, em grande parte devido à valorização do euro frente ao dólar, uma vez que nos anos 2000 e 2001 a relação euro/dólar chegou a ficar abaixo de 1, enquanto em 2008 essa relação chegou a 1,5. Em países em desenvolvimento como o Brasil, o crescimento econômico tende a ser mais acelerado, porém o nível de consumo e bem estar da população tende a ser inferior aos países desenvolvidos, o que fica claro ao observarmos o baixo nível do

salário mínimo no Brasil em 1994. Ao longo dos anos, ainda que o salário mínimo brasileiro tenha quase triplicado quando levamos em consideração a moeda corrente brasileira (BANCO-CENTRAL, 2017), este aumento não ocorreu quando convertemos o real em dólar, devido a desvalorização do real ao longo do período (como pode ser observado no gráfico 14).

Todavia, é fato que a política do salário mínimo reduz a flexibilidade da economia e a liberdade para negociar salários entre empregado e empregador. Uma vez que aumentos no salário mínimo podem resultar em remunerações mais altas do que a produtividade dos trabalhadores menos qualificados, acreditamos que ele não deva ser utilizado como política de redistribuição de renda. Se o governo tiver a intenção de aumentá-lo ele deve buscar primeiramente o crescimento econômico e o investimento na formação e qualificação dos trabalhadores, pois, no caso da produtividade não acompanhar o crescimento do salário mínimo o desemprego é inevitável e, nestes casos, o nível geral de renda cai (PIKETTY, 2014).

3 DIREITOS, DEVERES E FUNCIONALIDADES DO ESTADO

Neste capítulo apresentamos o papel do Estado frente à justiça social, através do Estado de Bem Estar Social. Em seguida debatemos acerca da maneira com a qual o governo arrecada os recursos da sociedade, os impostos, do tamanho e evolução da carga tributária brasileira e, principalmente, como ela pesa no bolso dos brasileiros dependendo do nível hierárquico a que cada indivíduo é submetido, através da distinção entre os diversos tipos de impostos cobrados. Por fim, apresentamos os gastos do governo que são em grande parte possibilitados devido à arrecadação e, de que forma eles auxiliam na formação do Estado de Bem Estar Social.

3.1 ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem Estar Social é um conceito elaborado no mundo capitalista como alternativa ao socialismo, com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis da existência de qualquer cidadão. Ele é baseado no Estado como agente da promoção social e organizador da economia, sendo responsável pela vida e saúde social, política e econômica do país, devendo assim propiciar à população acesso a bens e serviços como: a educação em todos os níveis, a assistência médica, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, a garantia de proteção da população, aposentadoria, entre outros (SEN A.; FOSTER, 1973). Este conceito se fortaleceu principalmente na Europa com a ampliação do conceito de cidadania após o fim dos governos totalitários da Europa Ocidental (e com maior intensidade nos Países Nórdicos). Estes direitos considerados inalienáveis pelo Estado são concedidos através dos gastos públicos, propiciados pelos recursos financeiros e obtidos através dos impostos.

Destacamos aqui dois estudiosos do tema Titmuss e Esping-Andersen. Para Titmuss (1963), o Estado de Bem Estar Social é resultado da industrialização que, ao promover a divisão do trabalho torna o homem mais individualizado e mais socialmente dependente, constituindo situações de dependência como o desemprego, acidentes de trabalho e o subemprego, resultando na ampliação dos serviços sociais. O modelo de classificação de Titmuss é formulado a partir da distinção clássica entre modelos residuais e institucionais, cujos determinantes são de ordem econômica: Modelo Residual, com a política social intervindo apenas quando o mercado é incapaz de responder às necessidades sociais; Modelo Meritocrático-Particularista,

com a política social intervindo apenas na proteção social ligada ao corporativismo; Modelo Institucional-Redistributivo, voltado à distribuição da riqueza, bens e serviços sociais para todos (VAZQUEZ, 2007).

Segundo Esping-Andersen (1990) as explicações de Titmuss são incapazes de explicar as diferenças observadas nos países industrializados. Para ele, essas diferenças são fruto da busca das classes trabalhadoras por políticas sociais que os beneficiem, sendo conquistadas através das disputas eleitorais. O autor classificou os sistemas de proteção social de 18 países tendo como base a história política de cada nação e a independência em relação ao mercado (que aumenta a força política dos operários em detrimento dos empregadores): Estado de Bem Estar Social liberal, com auxílio do mínimo necessário à sobrevivência limitado aos mais necessitados. Baixo poder política da classe trabalhadora. Como exemplo temos os EUA, o Canadá e a Austrália. Estado de Bem Estar Social conservador-corporativo, com a proteção social restrita ao trabalho realizada por diferentes sistemas de seguro social, com impacto não significativo sobre a redistribuição de riqueza. Como exemplo temos a Alemanha, a Áustria e a Itália, onde os movimentos operários são levemente mais influentes do que no caso anterior. Estado de Bem Estar Social social-democrata, com políticas sociais universais generosas, não limitada aos necessitados. Como exemplo temos os países escandinavos, nos quais os trabalhadores foram capazes de construir alianças políticas significativas (VAZQUEZ, 2007).

Assim sendo, a classificação dos países se deve a combinação de cada caso entre entre o assistencialismo governamental e o grau de intervencionismo. Aureliano e Draibe (1989) consideram o Brasil mais próximo dos conceitos de "meritocrático-particularista" de Titmuss e de "conservador e corporativista" de Andersen, devido às reformas universalizantes dos sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados na área de bens e serviços sociais básicos dos anos 1970/80.

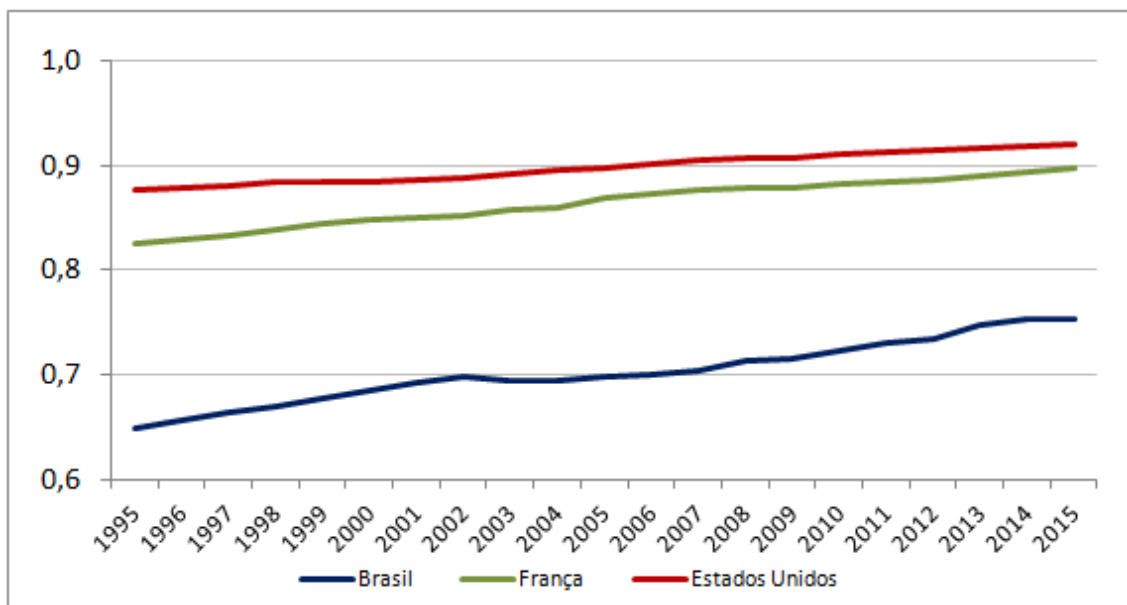
O princípio do mérito constitui a base sobre a qual se ergue o sistema brasileiro de política social, além do que como a relação renda-contribuição-benefício segue dominante as políticas sociais, na sua maioria, reproduzem o sistema de desigualdades predominante na sociedade.

(AURELIANO L.; DRAIBE, 1989, P. 143)

Uma vez que o objetivo do Estado de Bem Estar Social é trazer qualidade de vida à população, utilizaremos um índice sintético extremamente difundido no meio econômico para classificar os países de acordo com o grau de desenvolvimento humano de cada um, o IDH. Ele utiliza critérios socioeconômicos significativos, como os anos de escolaridade médio, a expectativa de vida, além da renda per capita. Vale ressaltar as limitações deste índice, uma vez que por mais relevantes que sejam as variáveis escolhidas, elas não englobam todas os

pormenores de cada sociedade, não sendo um índice definitivo na questão de qualidade de vida mas, sendo sim importante para esta análise. O Brasil está atualmente na 79ª posição entre os 188 participantes e podemos observar a evolução histórica recente do IDH. Ainda que a situação esteja longe do ideal, o Brasil vem reduzindo a diferença para outros países desenvolvidos e com qualidade de vida reconhecidamente alta, como França e Estados Unidos, como fica evidente no gráfico 23.

GRÁFICO 23: Índice de Desenvolvimento Humano



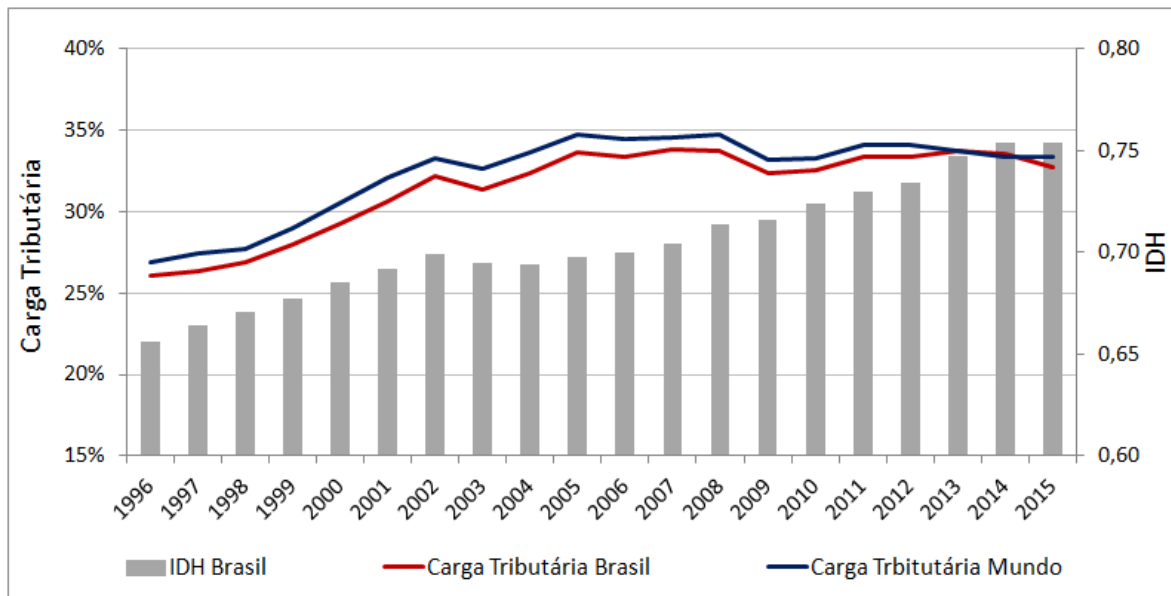
Fonte: Elaboração Própria com base em UNDP, (2017)

3.2 IMPOSTOS

Impostos são valores pagos por pessoas físicas e jurídicas (os “contribuintes”) ao Estado. Carga tributária é a relação percentual entre o total arrecadado de impostos em um ano pelo valor do PIB. O gráfico 24 apresenta os dados referentes à Evolução da carga tributária e do IDH no Brasil e no mundo. Entre 1996 e 2002 a carga tributária do país deu um salto, fruto do ajuste fiscal para viabilizar a transição do sistema de câmbio fixo para o sistema de metas de inflação e para combater os efeitos das crises internacionais do período (OLIVEIRA G.; TUROLLA, 2003). Ao longo de todo o período analisado o IDH cresceu e, ao menos em parte, foi acompanhado pelo crescimento da carga tributária, evidenciando a importância da arrecadação tributária frente ao Estado de Bem Estar Social e da qualidade de vida da população, o que voltaremos a discutir quando abordarmos as políticas públicas de redistribuição de renda do país. Em 2016, o Brasil era o país com maior carga tributária da América Latina e Caribe, cuja média é de 21,7%, na frente da Argentina (32,2) e de Barbados (30,4%). Deste modo, a

carga tributária do país está em linha com alguns dos principais países desenvolvidos, como França, Dinamarca e Suécia com cerca de 50% de carga tributária e de Reino Unido, Itália e Bélgica, mais próximos de 40% (NAKAGAWA, 2016). A carga tributária do Brasil e a carga tributária do mundo apresentaram evolução semelhante, ainda que a brasileira só tenha ficado acima após 2014.

GRÁFICO 24: Evolução da Carga Tributária e do IDH



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a); UNDP, (2017)

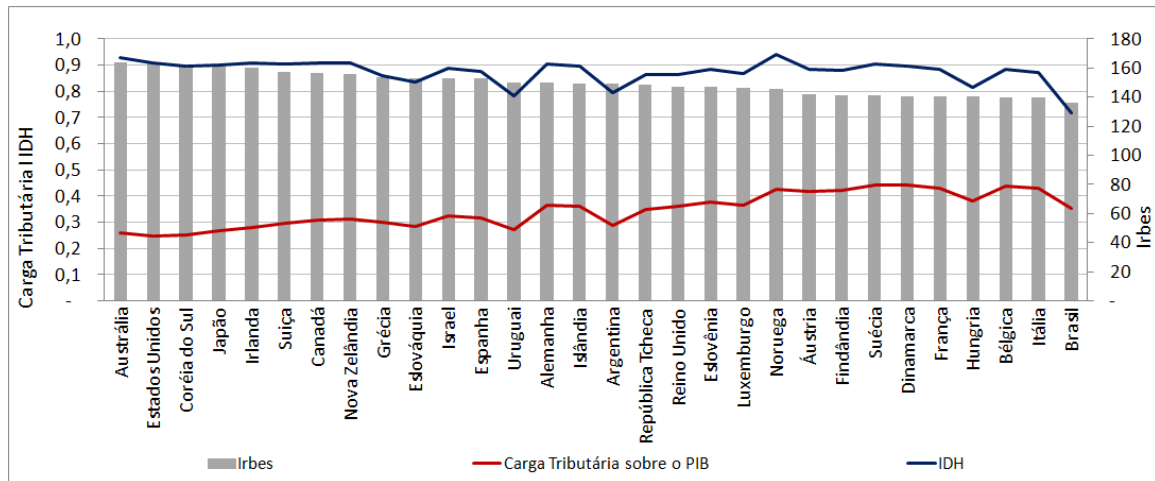
Segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), o Brasil está em último lugar quanto ao desempenho em retorno de serviços públicos de qualidade à população, quando comparado com os outros 30 países com maior carga tributária do mundo (IBPT, 2010). Assim sendo, o grande diferencial entre a carga tributária do Brasil e dos países desenvolvidos com carga tributária semelhante é o destino do capital arrecadado, uma vez que enquanto estes países oferecem serviços públicos de qualidade, a realidade brasileira não é exatamente esta. Esta constatação pode ser feita com o auxílio do gráfico 25 que relaciona a carga tributária dos países, com o IDH de cada um deles e do IRBES (Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade), criado pelo próprio instituto e obtido através da soma entre a carga tributária e o IDH de cada país, com o primeiro tendo uma ponderação de 15% e o segundo os restantes 85%, através da fórmula abaixo:

$$\text{IRBES} = 200 - (115 * \text{Carga tributária}) - 85 * (1 - \text{IDH})$$

Quanto maior for o IRBES maior é o retorno da arrecadação dos tributos aos contribuintes. Ainda segundo este estudo o brasileiro deve trabalhar 5 meses do ano para pagar os

impostos e outros 5 meses para pagar ao setor privado os serviços básicos, uma vez que os fornecidos pelo estado brasileiro são deveras precários.

GRÁFICO 25: Evolução da Carga Tributária, IDH e IRBES



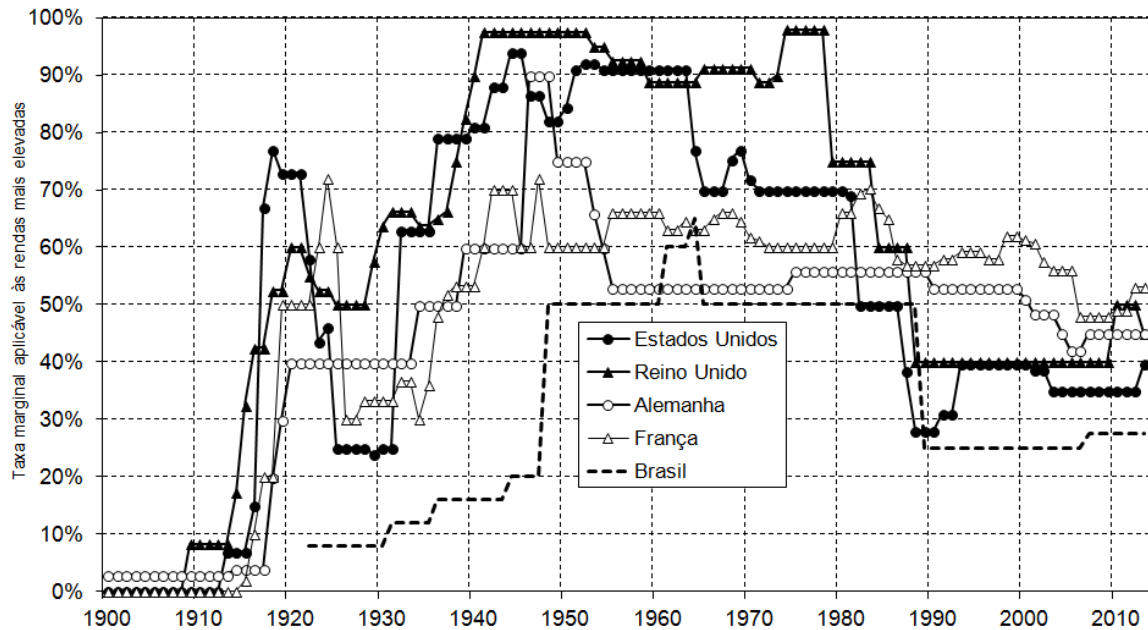
Fonte: Elaboração Própria com base em IBPT, (2010)

Os impostos podem ser classificados de três maneiras: Progressivo quando a alíquota média cresce de acordo com a renda, significando não só que o montante pago é maior para os mais abastados, como também que estes têm uma maior parcela de sua renda comprometida; Regressivo quando o contrário acontece; Proporcional quando é a mesma para todos. Destes, os impostos progressivos são aqueles que buscam a realização da justiça fiscal, uma vez que auxiliam na redução da desigualdade de renda (GONÇALVES, 2015).

Quanto aos tipos de impostos, eles são diversos. Os impostos sobre as contribuições sociais foram uma criação do século XX, taxando a renda do trabalho e direcionado aos fundos de seguridade social (aposentadorias e seguro-desemprego), podendo ser utilizados ainda para programas de transferências de renda. Os impostos sobre a renda incidem sobre o salário e são pagos por pessoas físicas ou jurídicas, sendo deste modo progressivos (quanto maior a alíquota superior do imposto sobre a renda, faixa salarial mais elevada tributada, mais progressivos são os impostos sobre a renda). O gráfico 26 apresenta a taxa superior de imposto sobre a renda cobrada por diversos países selecionados ao longo do século XX. Comparada com os níveis atuais, a tributação no início do século XX era extremamente baixa, cenário que se alterou após a Primeira Guerra Mundial, com a tributação máxima sobre a renda disparando nos anos 1920. Após os choques da guerra serem arrefecidos, a alíquota máxima sobre o imposto de renda foi reduzida na grande maioria dos países, principalmente nos Estados Unidos que, por não terem sido palco dela sofreram menos impactos. Porém, com a Segunda Guerra Mundial a taxa voltou a disparar a níveis históricos, ultrapassando os 90% nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Nas últimas décadas esta taxa caiu e retornou a patamares próximos a 40 ou 50%, uma vez que o governo passou a entender que o imposto progressivo sobre a renda penaliza os indivíduos e empreendedores mais capazes de levar o país à prosperidade econômica (GOBETTI S. W.; ORAIR, 2016).

GRÁFICO 26: A taxa superior de imposto sobre a renda



Fonte: PIKETTY, (2014); RECEITA-FEDERAL, (2017a)

No caso brasileiro, a alíquota sobre o imposto de renda foi instituída em 1922 a níveis bem inferiores aos europeus na época (incluímos ao gráfico original as informações correspondentes ao Brasil, único país cuja fonte são os dados da Receita Federal). Ainda que timidamente, a taxa foi crescendo ao longo dos anos seguindo as tendências internacionais, ainda que em praticamente todo o período abaixo dos demais países destacados. Após alcançar 65%, a taxa mais alta da história brasileira, uma das primeiras medidas tomadas pela ditadura militar foi reduzir para 50% novamente. Até aqui o imposto era bastante progressivo, não apenas devido à taxa superior sobre o imposto, mas também pela existência de tributação variada de acordo com diversas faixas de renda, tanto sobre a renda do capital quanto sobre a renda do salário. Em 1988 a taxa superior do imposto sobre a renda foi reduzida para 25%, porém, o maior problema foi o aumento do caráter regressivo, uma vez que as faixas de renda tributadas foram reduzidas, favorecendo a concentração de renda, isto tudo justamente no período da promulgação da nova Constituição que introduzia bases para o Estado de Bem Estar Social no Brasil e concedia uma série de demandas sociais (GOBETTI S. W.; ORAIR, 2016).

A tributação sobre o salário ocorre tendo como base faixas salariais que variam de acordo com o período analisado. De modo a simplificar a análise, foi feita uma comparação entre as faixas salariais em relação ao salário mínimo vigente em cada ano. As faixas salariais e a respectiva tributação dos anos recentes se dividem conforme a tabela 3, com indivíduos com renda salarial abaixo de 2,5 salários mínimos sendo isentos e a alíquota máxima alcançando 27,5%. Como alternativa para o aumento da progressividade do imposto de renda no Brasil, temos a criação de novas faixas salariais com maiores alíquotas para os salários superiores.

TABELA 3: Divisão do Imposto de Renda sobre Pessoa Física no Brasil

Base de Cálculo (em Salários Mínimos)	Alíquota
Até 2,5	isentos
Entre 2,5 e 3,75	7,5%
Entre 3,75 e 5	15,0%
Entre 5 e 6,25	22,5%
Acima de 6,25	27,5%

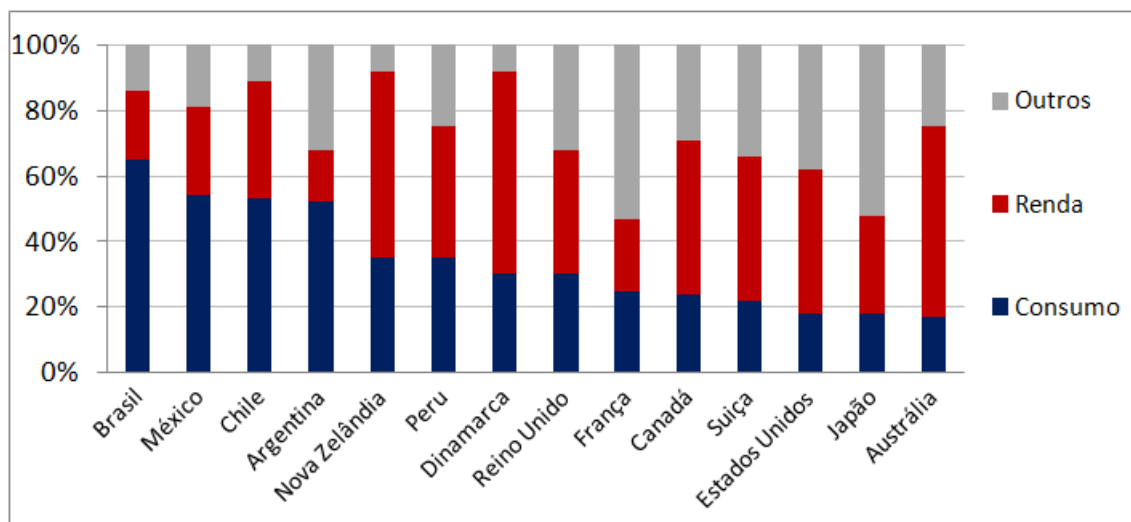
Fonte: Elaboração própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Semelhantemente aos impostos sobre o patrimônio, os impostos sobre a herança são aplicados progressivamente de acordo com o valor do montante, auxiliando na redução da desigualdade social, uma vez que são os mais ricos que detêm a grande maioria do patrimônio do país, bem como são estes os que obtêm maiores bens e posses a serem distribuídas entre seus herdeiros (como veremos mais a frente). A alíquota máxima sobre a herança no Brasil é de 8% (RIBAS, 2015) (o país é um dos poucos que não tributam os lucros e dividendos dos acionistas), enquanto na Alemanha, Suíça e Japão ela fica em 50% e na França, 60% (PIKETTY, 2014). Em relação à alíquota média, o Brasil é um dos países que menos tributam a herança, com cerca de 4%, enquanto no Chile este valor é de 13%, na Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França e Japão 30% e na Inglaterra 40% (CONSULTORIA-EY, 2017), ainda que em países como a Austrália e a Noruega não exista esta taxa.

Apesar da importância do imposto sobre a renda e sobre a herança e patrimônio, são poucos os contribuintes, uma vez que apenas 25% da PEA no Brasil é declarante e paga estes impostos. De acordo com (MARTELLO, 2014) os declarantes de imposto de renda em relação à população é de 13,5% no Brasil, 46,8% nos EUA, 53,1% na Austrália e de 74,7% no Canadá. Devido ao fato de o consumo de bens e serviços abranger toda a população, ainda que varie de acordo com a quantidade e o bem ou serviço consumido, os impostos sobre o consumo são necessários. Estes incidem tanto sobre os bens nacionais como sobre os importados e podem ser

realizados sobre o valor agregado (indireto) ou sobre o consumo final (direto). Enquanto o imposto direto é discriminado separadamente na nota fiscal da negociação comprador/vendedor, o imposto indireto é taxado sobre o processo produtivo, aumentando os custos de toda a operação e resultando no aumento do preço do produto final ao consumidor. Como os preços dos bens e serviços cobrados são iguais a todos, os indivíduos mais abastados utilizam menor parcela da renda para satisfazer suas necessidades de consumo, de modo que os impostos sobre eles afetam mais as camadas mais populares, caracterizando tais impostos como regressivos. Deste modo, são os impostos sobre o consumo de bens e serviços os que mais afetam as camadas populares. Acreditamos que para reduzir a regressividade deste imposto, uma estratégia que poderia ser adotada seria tributar pouco (ou muito pouco) bens essenciais como comida, e tributar mais os bens de luxo ou considerados supérfluos (como estabelecer quais bens se enquadram em cada categoria é uma discussão ampla e não cabe neste debate).

GRÁFICO 27: Composição da carga tributária



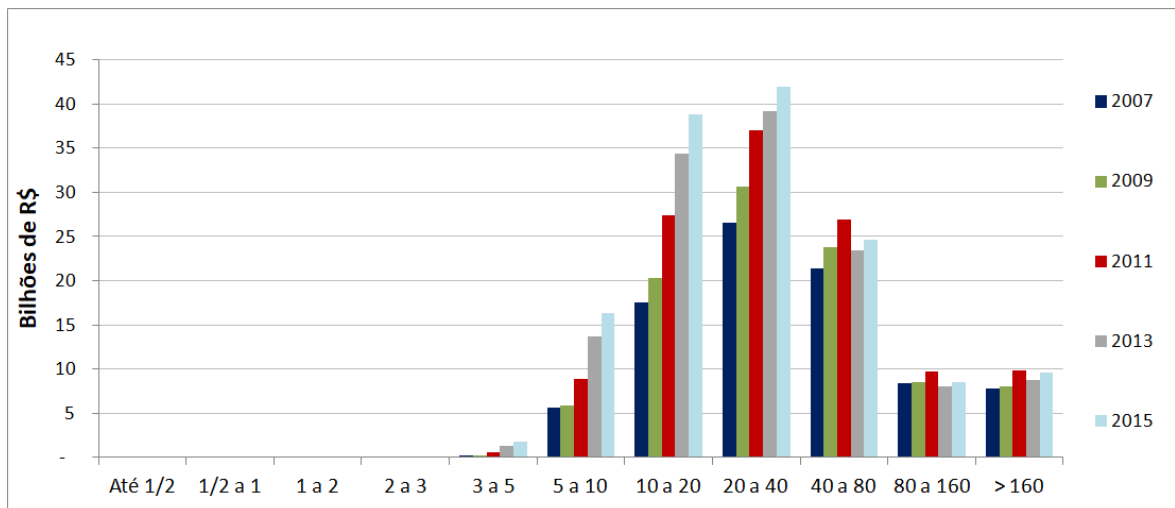
Fonte: Elaboração Própria com base em OCDE, (2017)

O gráfico 27 apresenta os dados da composição da carga tributária de diversos países divididos entre consumo, renda e outros (principalmente contribuições sociais e propriedades). A tributação média sobre a renda na América Latina é de 25% e do consumo 52%, enquanto nos 34 países estudados pela OCDE (2017) a média da tributação tanto sobre a renda quanto sobre o consumo é de 33%. Esta diferença ocorre porque a quantidade de declarantes de impostos de renda que ganham mais do que a faixa salarial não tributável é menor nos países menos desenvolvidos, sendo assim necessário os altos impostos sobre o consumo. Estes dados podem ser analisados na abertura por país do gráfico 27, que mostra os países menos desenvolvidos com tributações sobre o consumo acima dos 50% (a exceção é o Peru), enquanto os países

desenvolvidos apresentam números próximos a 20%. Ademais, os baixos impostos sobre a herança e sobre o patrimônio nos países menos desenvolvidos mencionados anteriormente ajudar a explicar a discrepância da parcela "outros" na composição da carga tributária entre os países.

O gráfico 28 apresenta a evolução da arrecadação anual do governo com impostos no Brasil desde 2007 até 2015 (em R\$ de 2015) de acordo com o salário mínimo anual declarado (vale lembrar que os declarantes correspondem a apenas cerca de 25% da PEA). As questões referentes ao rendimento médio e da divisão de classes sociais brasileiras será estudada na sequência. Por hora apresentamos este gráfico para evidenciar a distribuição da arrecadação de impostos na sociedade brasileira, cujo montante cobrado variou imensamente no período de acordo com as faixas salariais.

GRÁFICO 28: Evolução dos Impostos por faixa de Salário Mínimo anual



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Como os declarantes de até 3 salários mínimos não possuem renda passível de tributação e sua herança e patrimônio são muito baixos, bem como seu consumo, a evolução dos impostos para eles não foi significativa. Entre as faixas de salários mínimos de 3 a 5 e, principalmente entre 5 e 40, a evolução dos impostos é considerável. Isso decorre do fato da classe média ter tido o maior crescimento populacional no Brasil na última década, captando indivíduos outrora pertencentes às classes baixas (conforme veremos no próximo capítulo), o que acarretou mais declarantes aptos a terem sua renda tributada e, uma vez que a classe média compõe a grande maioria da população brasileira, ao elevarem seu consumo alavancaram ainda mais a arrecadação tributária sobre eles. Até aqui temos podemos observar uma progressividade tributária. Todavia, às classes mais altas (acima de 40, mas principalmente acima de 80 salários mínimos) a tributação se manteve praticamente constante, já que os impostos sobre a herança

e patrimônio no país são relativamente baixos e o percentual populacional que as compõem pouco variou ao longo do período, resultando em manutenção da quantidade de bens e serviços por eles consumidas. Ademais, à medida que chegamos próximos dos centésimos mais ricos da população brasileira, a importância das rendas do capital supera a importância das rendas do salário (voltaremos a esta questão). Como o Brasil não tributa os lucros e dividendos dos acionistas das empresas desde 1995, sendo um dos poucos países do mundo juntamente com o México (enquanto nos Estados Unidos e Chile a taxa fica próxima a 20% e França e Dinamarca, 40%), a desigualdade é acentuada e perpetuada.

Conforme Silveira et al (2011), quanto maior a renda do contribuinte menor é o percentual comprometido com impostos, sendo este percentual de 32% dos rendimentos para o décimo mais pobre e de 21% para o décimo mais rico. Assim sendo, notamos que o sistema tributário do país como um todo é regressivo, sendo responsável por acentuar a discrepância da arrecadação tributária e na desigualdade social.

Gobetti e Orair (2016) propõem medidas para aumentar a justiça tributária no país, como a volta da tributação sobre lucros e dividendos, podendo ser nos moldes anteriores de 15% ou progressiva, ou criar uma alíquota adicional de 35% sobre as rendas mais elevadas (a medida que mais impactaria na redução da desigualdade social seria a adoção conjunta de ambos, sendo a tributação sobre lucros e dividendos de forma progressiva). Ademais a implementação do tributo sobre grandes fortunas vem sendo muito discutida. Apesar de previsto na Constituição, é o único dos sete tributos federais ainda não praticado e regulamentado (CARVALHO, 2011). Para que este imposto alcance seus objetivos as alíquotas devem ser progressivas, aumentando sua incidência quando maior for a riqueza a ser tributada. Conforme estimativas de Amir Khair (2015), esta taxa poderia render R\$100 bilhões anuais em receitas.

Por fim, para que o Estado possa fornecer os serviços que muitos acreditam ser sua obrigação, a arrecadação deve ser alta e muito acima da observada no passado (em que os serviços prestados pelo Estado eram escassos). Há diversas formas de cobrar estes impostos da sociedade, sendo notório que a taxa progressiva e direta constitui elemento de equidade democrática e de redistribuição de renda. Todavia, na visão deste autor, o Brasil é um país com impostos extremamente regressivos e indiretos, de forma que o problema não é a carga tributária, e sim a má alocação dos recursos. A manutenção ou ainda aprofundamento desta regressividade no futuro para levar a níveis ainda mais altos de concentração de renda, de modo que a emergência das reformas tributárias ocorra pela insustentabilidade econômica e pela injustiça social, podendo afetar o consentimento fiscal das massas em manter um Estado por eles considerado injusto (MARTINS, 2009).

3.3 GASTOS PÚBLICOS

Toda essa discussão acerca da arrecadação e da reforma tributária se dá de forma a possibilitar os gastos públicos do governo que, nada mais são do que o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, voltados principalmente ao custeio dos serviços públicos, ao pagamento ao funcionalismo público, às políticas sociais e assistenciais e à realização de investimentos.

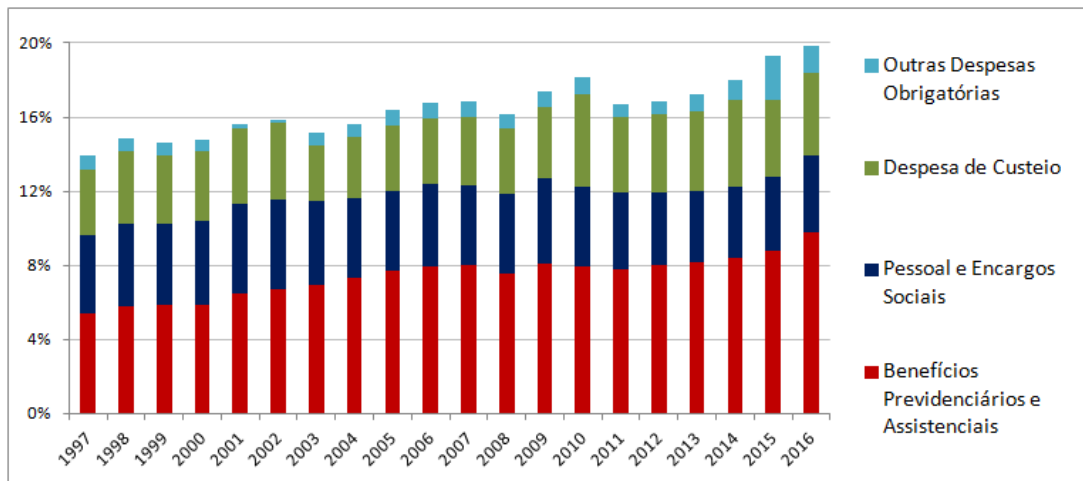
Para analisar detalhadamente as despesas do governo utilizaremos aqui os dados disponíveis pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional), através do RTN (Resultado do Tesouro Nacional), calculado e divulgado mensalmente e, dos dados da execução orçamentária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), ambos sendo instrumentos utilizados para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. O estudo de Gobetti e Almeida (2016) contribui para a discussão sobre a natureza dinâmica do gasto público primário de um ponto de vista qualitativo, desagregando os gastos públicos e esmiuçando a composição destes no tempo, buscando construir uma percepção da despesa primária do governo central que seja, ao mesmo tempo, desagregada qualitativamente, comparáveis as estatísticas fiscais do TN (Tesouro Nacional), mas livre de inconsistências e poluições contábeis que se descolam da análise econômica real da despesa. Essas falhas contábeis podem resultar em má-apreciação estrutural da natureza do gasto primário da união no tempo, distorcendo análises.

Os detalhamentos do SIAFI permitem, por exemplo, identificar melhor como se dividem os repasses para estados e municípios destinados ao financiamento público de saúde e educação - que, juntos, representam um terço dos gastos de custeio do governo federal. Os dados do SIAFI possibilitam também identificar quanto desse gasto de custeio se refere às transferências em geral - a separação entre gastos de custeio e gastos de capital (investimentos) é muito mais transparente, não se restringindo àquelas classificadas formalmente como legais e constitucionais.

Um problema adicional aos problemas contábeis mencionados é a negligência da análise convencional em tratar a despesa primária e a contração fiscal recente somente pela ótica relativa de proporção do PIB, ignorando a profunda recessão econômica do país nos dois últimos anos e as variações negativas reais do indicador. Assim, ao corrigir tais despesas nominais pelo deflator do PIB, analisando as taxas reais de variação, observamos que a contração de despesa primária no período se deu muito mais profundamente do que se percebe pela ótica relativa. Assim, esta questão reforça o ímpeto de se analisar a despesa primária de maneira menos

agregada (GOBETTI S.; ALMEIDA, 2016). Constatamos que o ajuste fiscal é dificultado em períodos recessivos, uma vez que para este ajuste ser significativo, ele deve ser superior à queda da atividade econômica, enquanto em períodos de crescimento econômico basta ao governo manter seus gastos constantes para que o mesmo feito seja obtido.

GRÁFICO 29: Evolução das Despesas do Governo Federal e sua Composição frente ao PIB



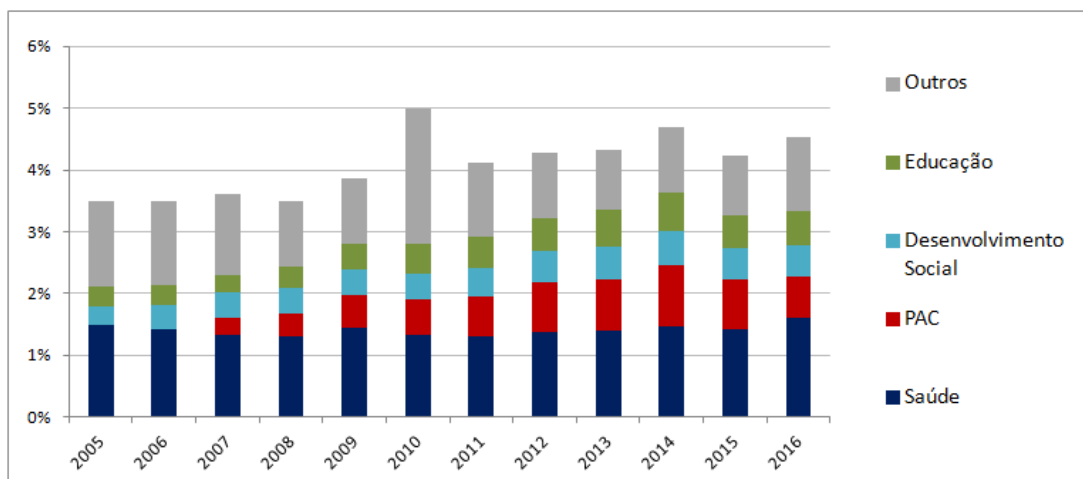
Fonte: Elaboração Própria com base em GOBETTI S.; ALMEIDA, (2016)

A partir da construção da série histórica desagregada qualitativamente pelo SIAFI, apresentamos o gráfico 29, no qual são apresentados dados referentes à evolução das despesas do governo federal e sua composição frente ao PIB. Com ele, podemos observar alguns padrões empíricos interessantes não internalizados pela análise convencional: as despesas de pessoal e de encargos sociais apresentam variação semelhante ao PIB ao longo do período, apesar do crescimento absoluto da folha de pagamentos e de ganhos contínuos de salário real; a despesa de custeio - que envolve financiamento da máquina administrativa, investimentos, gastos com saúde, educação, desenvolvimento social e outros - assim como as outras despesas obrigatórias, tiveram pequenas alterações; os benefícios previdenciários e assistenciais são a rubrica da despesa que mais cresce sistematicamente acima do PIB (principalmente devido ao envelhecimento da população), inclusive em períodos recessivos e de ajuste fiscal, saltando de 5,4% do PIB em 1997 para 9,8% do PIB em 2016 - valor próximo à média dos países ricos (entre 10 e 15%) - representando cerca de 90% do aumento da despesa primária no período. Como a grande maioria destes gastos são obrigatórios, o ajuste fiscal do governo é dificultado e acaba tendo que se voltar aos cortes nas despesas de custeio, que são, em parte, não obrigatórias.

Vamos nos ater agora à questão dos gastos de custeio. Podemos perceber no gráfico 30 que ao longo do período, em relação ao PIB: os gastos com desenvolvimento social pouco se alteraram; os gastos com saúde se mantiveram praticamente constantes, em torno de 1,5%,

enquanto a média dos países da OCDE é de 5,6%; os gastos com educação dos principais programas do MEC (Ministério da Educação) que vinham em uma crescente no período de 2009 a 2014, alcançando 0,63% do PIB foi a pasta mais afetada pelo ajuste fiscal a partir de 2015, com forte redução mesmo em transferências nominais, chegando a 0,55% em 2016, enquanto a média dos países da OCDE foi de 4,9%. Por último, os gastos com os PAC (Programas de Aceleração ao Crescimento) – criado em 2007- e que nada mais são do que investimentos, uma vez que são estes os gastos mais suscetíveis e permeáveis aos ciclos políticos-eleitorais e aos ciclos fiscais, apresentaram forte crescimento principalmente até 2014, e uma queda desde então, vitimado pela situação socioeconômica do país. Uma das maiores dificuldades do ajuste fiscal que foi discutido anteriormente é justamente a rigidez das despesas primárias do governo, com aproximadamente 90% delas constitucionalmente vinculadas ou indexadas a regras legais de pisos mínimos em proporção a PIB. Uma vez que não há um teto sobre os PAC e sobre o desenvolvimento social (diferentemente do que ocorre na saúde e na educação), passa a ser essa a parte discricionária passível para corte de despesas primárias e, é justamente isto que vem ocorrendo com o ajuste fiscal a partir de 2015. Deste modo, os cortes das despesas acabam por afetar a coordenação anticíclica da política fiscal, dificultando o crescimento econômico de longo-prazo, o que, aliado à redução dos gastos com desenvolvimento social, reduz as possibilidades de queda da desigualdade de renda e de aumento real da renda das camadas mais populares.

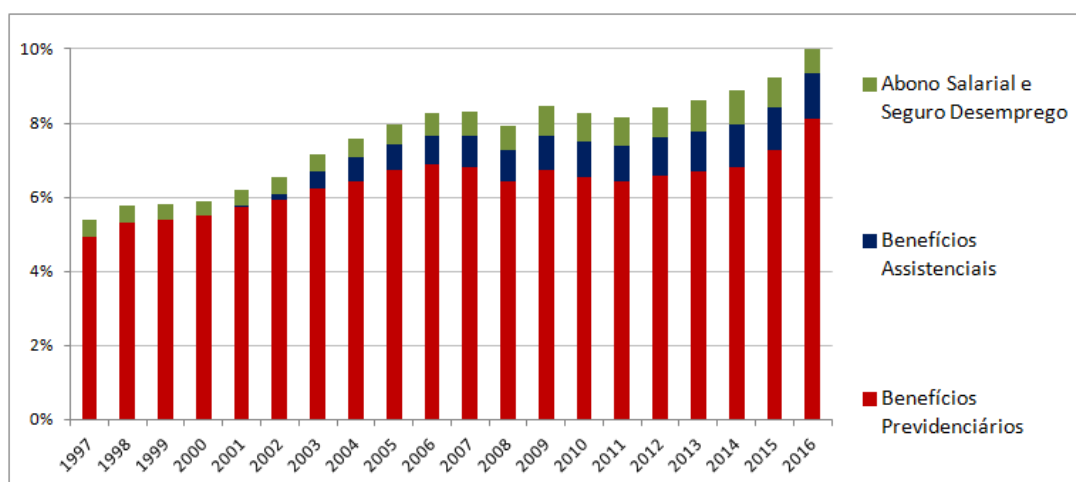
GRÁFICO 30: Evolução das Despesas do Governo Federal com Despesas de Custeio frente ao PIB



Fonte: Elaboração Própria com base em GOBETTI S.; ALMEIDA, (2016)

A evolução dos gastos do governo federal com benefícios podem ser observados no gráfico 31. Estes benefícios se dividem de diversas maneiras: benefícios assistenciais (Bolsa Família, benefícios a pessoas físicas); auxílios que atuam como renda ou quase renda salarial,

GRÁFICO 31: Evolução das Despesas do Governo Federal com Benefícios Previdenciários e Assistenciais frente ao PIB



Fonte: Elaboração Própria com base em GOBETTI S.; ALMEIDA, (2016)

como abono salarial e seguro desemprego; benefícios previdenciários. A grande maioria desta categoria sempre esteve comprometida com o sistema previdenciário, a rubrica de gasto primário que mais cresceu no período, e que tende a crescer mais proporcionalmente frente ao PIB quanto maior a diferença entre o crescimento dos benefícios vegetativos previdenciários e o crescimento do produto, alcançando 8,1% do PIB em 2016 e superando inclusive a média dos países da OCDE que é de 6,5%. Podemos perceber ainda como cresceram em importância os benefícios assistenciais – programas em que os beneficiários recebem um valor monetário sem ter contribuído diretamente para financiá-lo - saltando de 0,2% em 2002 para 1,2% do PIB brasileiro em 2016, como pode ser observado no gráfico 31.

Até 2004 (data da criação do Bolsa Família) vigoravam diversos programas assistenciais distintos, como o PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastramento Único do Governo Federal. O Bolsa Família foi criado visando justamente a unificação dos programas sociais de então, atendendo hoje a mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional com valores que variam de acordo com o número de familiares, crianças (o valor pago aumenta até o número máximo de três filhos), gestantes ou mulheres que estão amamentando e da renda per capita mensal de cada família, auxiliando aquelas extremamente pobres (inferior a R\$85) e pobres (entre R\$85 e R\$170) em diferentes níveis, enquanto no caso de extrema pobreza todas as famílias são propícias ao benefício, no caso de pobreza as famílias só participam se tiverem um filho de até 17 anos. Em 2015, o valor pago variou de R\$22 a R\$200 (PBF, 2017).

As políticas de redistribuição de renda (principalmente o Bolsa Família) visam que-

brar o ciclo de transmissão da pobreza a curto e longo prazo. Elas não consistem unicamente na transferência de riqueza de ricos para pobres através da garantia de uma renda mínima, mas sim no princípio de igualdade aos serviços públicos, incentivando e auxiliando na educação, saúde e aposentadoria dos mesmos. Estas políticas influenciaram diversos fatores tratados no capítulo 2 como: expectativa de vida; mortalidade infantil; fecundidade; nível de emprego. Enquanto os três primeiros itens são explicados devido as condicionalidades do programa (compromissos assumidos juntamente entre o governo e as famílias beneficiadas) acerca: do acompanhamento de saúde das gestantes e das mulheres que estiverem amamentando; da vacinação em dia das crianças; da matrícula das crianças entre 6 e 15 anos e dos jovens entre 16 e 17 anos com frequência mínima de 85% e 75%, respectivamente (PBF, 2017). Já o emprego é uma questão um pouco mais contraditória. Com a obrigatoriedade de frequência escolar o trabalho infantil é reduzido, o que pode ser compensado com o aumento do trabalho ofertado por outro membro da família, o que é demonstrado por diversos pesquisadores brasileiros. Oliveira e Soares (2012) estimam que, comparando os beneficiários com os não beneficiários do programa em condições socioeconômicas semelhantes, a participação no mercado de trabalho é de 2,6 p.p superior no primeiro caso (sendo este efeito 4,5 p.p maior para as mulheres quando comparadas aos homens), enquanto Tavares (2008) estima aumento de 5,6% na participação das mães no mercado de trabalho e um aumento de 1,6 hora trabalhada por semana entre os beneficiários.

Conforme vimos no capítulo anterior, a regressividade na arrecadação tributária no Brasil é um fato. Como forma de compensação, para contornar este cenário o Estado vem aumentando o gasto público com benefícios assistenciais ininterruptamente, principalmente de 2003 em diante, para redistribuir os recursos públicos para as camadas menos favorecidas da população. Este perfil redistributivo do gasto social acentuou-se nos anos recentes, com recursos públicos sendo direcionados em maior quantidade, em termos percentuais da renda, às camadas mais pobres. Até o 4º decil mais pobre os gastos do governo são predominantemente relacionados à saúde e educação, enquanto do 5º ao 8º decil se juntam a estes gastos os benefícios do Regime Geral da Previdência Social. Em 2009, Somente nos dois decis mais ricos a carga de impostos superava os benefícios sociais recebidos. Devido ao fato de o ajuste tributário ser um projeto de longo prazo, a política social, mediante o gasto social progressivo, auxiliou a corrigir o problema da injustiça tributária (SILVEIRA et al., 2011).

O Bolsa Família foi considerado pela ONU um dos principais programas de combate à pobreza do mundo e, de acordo com o jornal francês *Le Monde* (2008) "O programa Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a qual representa a melhor arma, no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, contra a pobreza". O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), destacou o Bolsa Família como essencial para a redução da pobreza multidimensional.

mensional, por promover acesso à saúde, educação e assistência social, tendo se tornado “uma das raras ocasiões em que um país desenvolvido está adotando e aprendendo com experiências do chamado mundo em desenvolvimento”(INESC, 2006). Este programa social foi responsável por cerca de 60% do crescimento dos gastos do governo com os benefícios assistenciais no período analisado, enquanto os outros 40% foram devidos aos demais auxílios financeiros, sejam os de natureza assistencial e salarial (para servidores, estudantes e pesquisadores) (GOBETTI S.; ALMEIDA, 2016).

4 A ESTRUTURA DA DESIGUALDADE

Neste capítulo discorreremos a composição da riqueza e de que forma ela é composta. Apresentaremos também a divisão de classes sociais do país através de dois indicadores, indicando a metodologia utilizada por cada um e, de que forma ocorreu a mobilidade social ao longo do período de acordo com as duas aferições. Analisaremos ainda a distribuição de riqueza no Brasil por estrato populacional, observando em valores absolutos e percentuais como os pobres e ricos foram afetados com a evolução do PIB per capita. Ao final do capítulo apresentaremos dados sobre a pobreza no Brasil e analisaremos como os indivíduos nestas condições foram influenciados ao longo do período analisado.

4.1 DESIGUALDADE SOCIAL

A renda de um indivíduo é obtida através da soma da renda oriunda do trabalho e da renda oriunda do capital, com cada uma delas apresentando particularidades distintas. A composição da renda varia de acordo com os rendimentos e o nível hierárquico de cada indivíduo, conforme veremos no decorrer deste capítulo, com a renda dos mais humildes sendo majoritariamente fruto do rendimento do trabalho e, a medida que se vai avançando na hierarquia social se observa o crescimento da importância dos rendimentos do capital. Deste modo, nos parece melhor nos atermos inicialmente a cada um dos casos separadamente para só então sintetizarmos a questão da concentração de renda.

Ressaltamos que a análise que segue foi realizada com os dados divulgados pelo PNAD, cujos dados estão disponíveis no Ipeadata a partir 1976 (neste estudo utilizamos apenas os dados após 1995), e tem como principal problema o fato de ser uma pesquisa domiciliar, na qual a omissão da renda real é facilmente praticada. Foram utilizados ainda dados da Receita Federal, através dos Grandes Números da DIRPF com duas divulgações distintas. A primeira das divulgações da Receita Federal teve início em 2007 pela SRF (Secretaria da Receita Federal) e apresentava os dados acerca da distribuição de renda a partir de faixas de salários mínimos. A partir de 2014 a transparência foi ampliada através da divulgação do Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, cujo detalhamento facilita a mensuração das disparidades no rendimento e no patrimônio dos brasileiros. As principais deficiências

da análise baseada nas declarações de renda individuais são: o fato de englobar apenas cerca de 25% da PEA do país - sendo que parte considerável daqueles que não fazem declaração é composta por indivíduos que possuem renda muito baixa; os bens e imóveis declarados possuem defasagem de avaliação; uma parcela do patrimônio ser contabilizada em pessoas jurídicas; a possibilidade da declaração estar incorreta ou incompleta; a impossibilidade de saber se o capital declarado advém de herança ou foi constituído ao longo dos anos pela renda do trabalho. Apesar de este método tender a subestimar as fortunas mais elevadas, principalmente no caso do capital, uma vez que a evasão fiscal é mais fácil de ser realizada quando se trata de investimentos do que de salários, as estatísticas tributárias são o método mais difundido internacionalmente e o mais preciso e completo que dispomos. Deste modo, devido às limitações das fontes de informação ao serem analisadas separadamente, analisaremos os dados de forma combinada entre as fontes citadas, de forma a ter a maior abrangência de informações possíveis.

Os dados obtidos das declarações de renda mostram níveis de rendas altas muito mais elevados — e muito mais realistas — do que os das pesquisas de domicílio...Vemos então até que ponto as pesquisas de domicílio — que muitas vezes constituem a única fonte utilizada pelas organizações internacionais (em particular o Banco Mundial) e pelos governos para medir a desigualdade — contribuem para dar uma visão enviesada e de falsa atenuação na divisão de riquezas.

(PIKETTY, 2014, P. 346)

Devido à necessidade de não nos alongarmos em demasia, a análise realizada não distingue sexo, raça ou região, concentrando-se no estudo da desigualdade de riqueza entre os brasileiros e sua evolução histórica. Porém, consideramos importante destacar de forma introdutória alguns pontos referentes às desigualdades por grupos sociais. A desigualdade entre gêneros no Brasil é forte, com as mulheres tendo rendimentos inferiores aos homens devido a fatores históricos. Dentre eles se destacam a função exclusiva das mulheres de cuidar da casa e dos filhos e as menores oportunidades de trabalho e estudo a elas dirigidas, fatores estes que só amenizados com as mudanças na sociedade e no mercado de trabalho recentemente. Quanto às raças há inúmeros materiais que apresentam as disparidades de riqueza entre brancos e negros devido principalmente ao preconceito oriundo da escravidão, que levou ao, quando comparado com os demais membros da sociedade, menor acesso a bens culturais, universidades e oportunidades de trabalho. Destacamos ainda as diferenças socioeconômicas entre as regiões, uma vez que o Brasil é um país continental e concentra suas atenções ao eixo sul-sudeste, estes com menores índices de concentração de renda e maior desenvolvimento econômico. Observamos o oposto principalmente nas regiões norte e nordeste (com mais impacto nas cidades afastadas do litoral) (ROCHA, 2006).

4.2 CLASSES SOCIAIS

Consideramos essencial apresentar a forma como a sociedade brasileira está dividida antes de nos aprofundarmos no debate acerca da desigualdade social no país. Os critérios para a divisão das sociedades são motivos de divergência. Em geral, privilegiam-se questões socioeconômicas como renda (divisão que utilizaremos neste estudo), profissão, nível de consumo, moradia, nível educacional e saúde. Após a definição das variáveis utilizadas, agrupam-se os indivíduos com status sociais similares em distintos níveis de classes. A este conceito chamamos classe social, que pode ser dividida de forma generalizada em três níveis: classe baixa - parcela da população com dificuldades econômicas a ponto de não conseguirem atender plenamente as necessidades básicas do ser humano, como a alimentação; classe média – parcela populacional mais comum e numerosa que, por obterem um certo equilíbrio econômico conseguem garantir as necessidades básicas; classe alta – estrato da população que possui grande influência, riqueza e prestígio (FULGENCIO, 2007).

No caso brasileiro, ainda que as classes médias sejam vistas como uma instituição social antiga, elas são fruto do grande crescimento econômico observado no Brasil entre os anos 1950 e 1980 aproximadamente. A organização das classes socioeconômicas no Brasil apresenta atualmente uma estrutura semelhante às das demais nações capitalistas contemporâneas, com subníveis entre as classes já mencionadas. A tabela 5 apresenta a organização das classes sociais brasileiras, baseada em faixas de salários mínimos mensais recebidos per capita (valores referentes a 2017), de acordo o DIEESE e o IBGE. Estes institutos apresentam o mesmo número e nomenclatura na divisão por classe social, ainda que divirja nos rendimentos familiares que compõe cada classe.

TABELA 5: Organização das Classes Sociais no Brasil

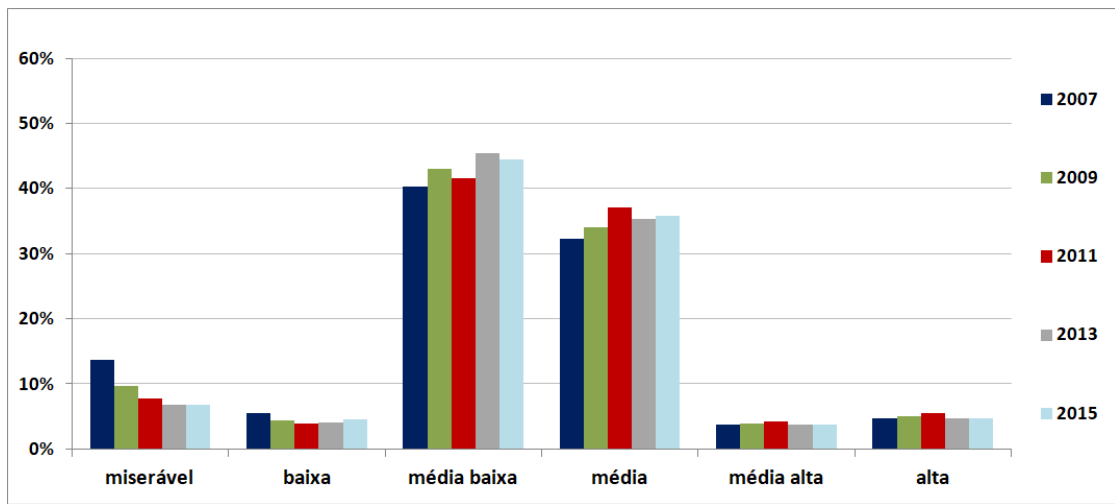
Classe Social	DIEESE		IBGE	
	Salário Mínimo	Rendimento (R\$)	Salário Mínimo	Rendimento (R\$)
Miserável	Até 1	Até 937	Até 1	Até 937
Baixa	De 1 a 2	De 937 a 1.874	De 1 a 2	De 937 a 1.874
Média baixa	De 2 a 6	De 1.874 a 5.622	De 2 a 4	De 1.874 a 3.748
Média	De 6 a 20	De 5.622 a 18.740	De 4 a 10	De 3.748 a 9.370
Média alta	De 20 a 30	De 18.740 a 28.110	De 10 a 20	De 9.370 a 18.740

continua na próxima página

	DIEESE	DIEESE)	IBGE	IBGE)
Classe Social	Salário Mínimo	Rendimento (R\$)	Salário Mínimo	Rendimento (R\$)
Alta	Acima de 30	Acima de 28.110	Acima de 20	Acima de 18.740

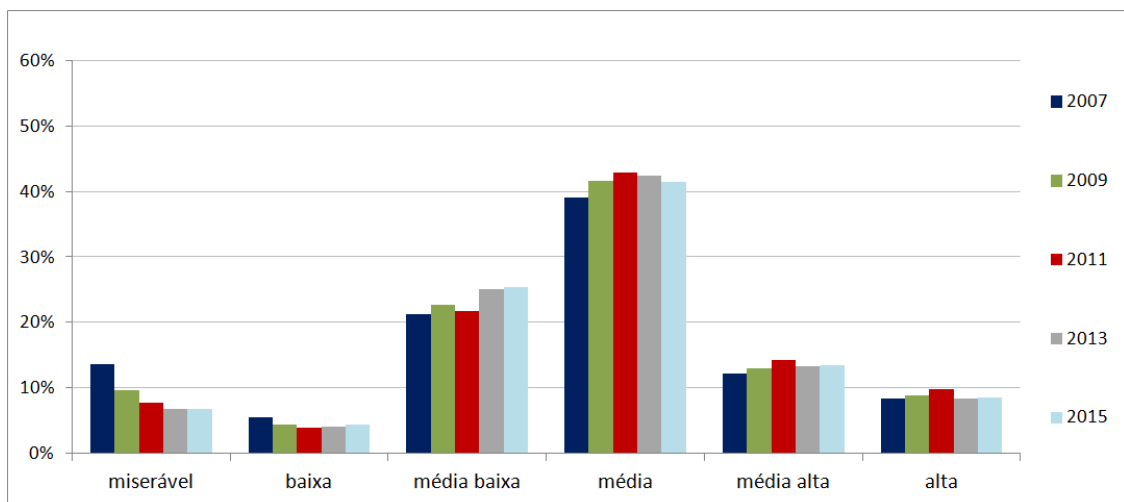
Fonte: Elaboração própria com base em DIEESE, (2017); IBGE, (2017)

GRÁFICO 33: Divisão populacional das Classes Sociais - DIEESE



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017b)

GRÁFICO 34: Divisão populacional das Classes Sociais - IBGE



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017b)

Os gráficos 33 e 34 apresentam a organização das classes sociais no Brasil de acordo com o DIEESE e o IBGE, respectivamente. A fonte utilizada para a elaboração deles é o estudo da SRF, que teve início em 2007 e apresenta os dados acerca da distribuição de renda a partir

de faixas de salários mínimos, possibilitando a divisão por classe social, vide tabela 5. Em ambos, os miseráveis e a classe baixa abrangem um percentual muito significativo, visto que apesar da queda ainda representam 11% da população em 2015 (era 19% em 2007). Destes, os miseráveis foram sempre maioria, representando 71% em 2007 e 60% em 2015. Na sequência temos a classe média, na qual se encontra o maior contingente populacional, representando 76% em 2007 e 84% em 2015 para o DIEESE e 73% em 2007 e 80% em 2015 para o IBGE e, portanto, sendo semelhante. Todavia, é justamente nas subdivisões da classe média que as maiores diferenças entre os conceitos de cada órgão são explicitadas. Conforme vimos na tabela 5 o IBGE considera um rendimento inferior na classificação das classes sociais e, como resultado temos um maior percentual da população compondo as subclasses média e média alta pelo método do IBGE do que pelo método do DIEESE, no qual a maior parcela é composta pela subclasse média baixa. A discrepância entre as classes altas tem explicação semelhante, com o IBGE considerando um rendimento inferior como necessário para compor essa classe, apresenta maiores percentuais. Com a divisão de classes pela metodologia do DIEESE, a população se divide da seguinte maneira: classe miserável, baixa e média baixa representam cerca de 55%; classe média cerca de 35%; classe média alta e alta cerca de 10%. É esta metodologia que utilizaremos quando nos referirmos às divisões de classes sociais no Brasil.

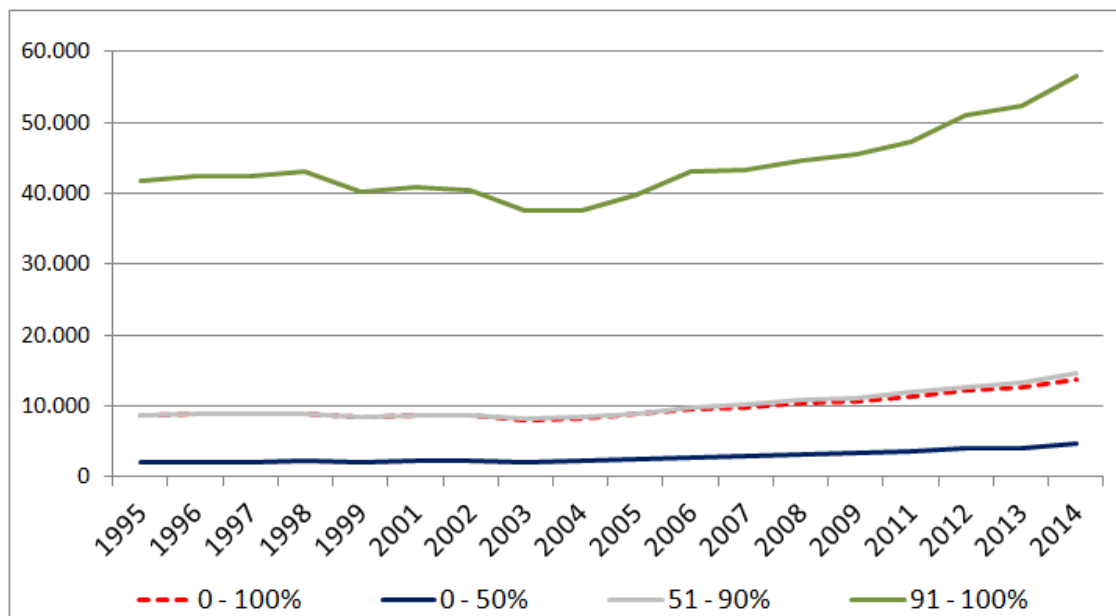
O professor José Afonso Mazzon (2013) afirma que “Se a gente quiser uma sociedade menos desigual, a gente teria que reduzir distâncias entre classes socioeconômicas” (GASPARIN, 2013). Assim sendo, salientamos a alteração observada ao longo do período de redução nos percentuais da população pertencentes às camadas mais populares e aumento da classe média (basicamente nas subclasses média baixa e média), dando uma primeira mostra da queda na desigualdade brasileira.

Consideramos relevante ainda discutir a classe média tal como caracterizada no Brasil. Este conceito é utilizado mundialmente para designar pessoas que possuem um poder aquisitivo, padrão de vida e consumo razoáveis de forma a, além de suprirem suas necessidades de sobrevivência, permitir-lhes formas variadas de lazer e cultura, obtendo, portanto, melhores condições de vida do que a massa da população sem, contudo, chegar aos padrões de consumo das elites (FULGENCIO, 2007). .

Podemos observar no gráfico 35 a evolução da renda média anual per capita no Brasil por percentil da população (em R\$ de 2014). Destacamos que este gráfico foi baseado em dados do Ipeadata, no qual a população analisada foi a total brasileira e não apenas o universo dos declarantes de imposto de renda. A primeira análise que podemos fazer é acerca da variação da renda per capita ao longo do período, passando de períodos de estabilidade até o início do

século XXI ao declínio em 2003 e 2004 e então, um período ininterrupto de crescimento até 2014, com uma taxa de crescimento anual média de 5,9%, tendo alcançado 10% no último ano. Ainda que, comparando 2014 com 1995, este crescimento tenha ocorrido em maior quantidade absoluta aos 10% mais ricos, em variações percentuais a maior evolução ocorreu para os 50% mais pobres, seguida dos 40% centrais, sendo de 118% e 67% respectivamente. Para os 10% mais ricos esta evolução foi de 35%. Ressaltamos ainda que este gráfico apresenta a renda média do país (linha tracejada em vermelho) que apresenta evolução em linha com a da renda obtida pelos 40% centrais da população, caracterizando a classe média brasileira como a parcela da sociedade que detém as condições de vida média da população. Apenas os 30% mais ricos do país têm rendimentos per capita superiores ao rendimento médio per capita.

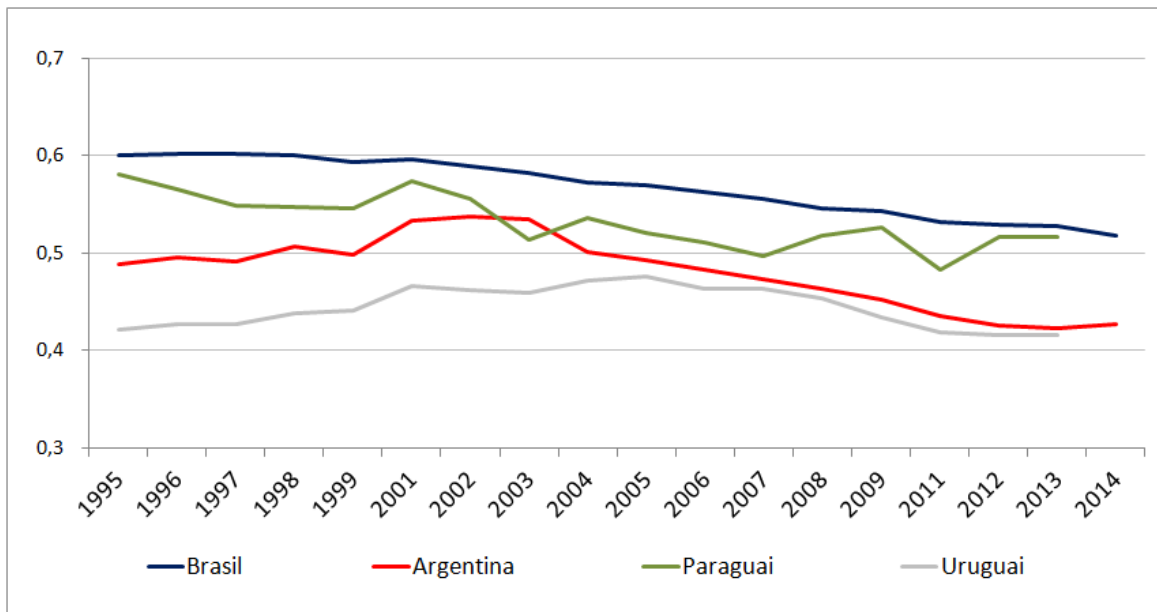
GRÁFICO 35: Evolução da Renda Média Anual per Capita



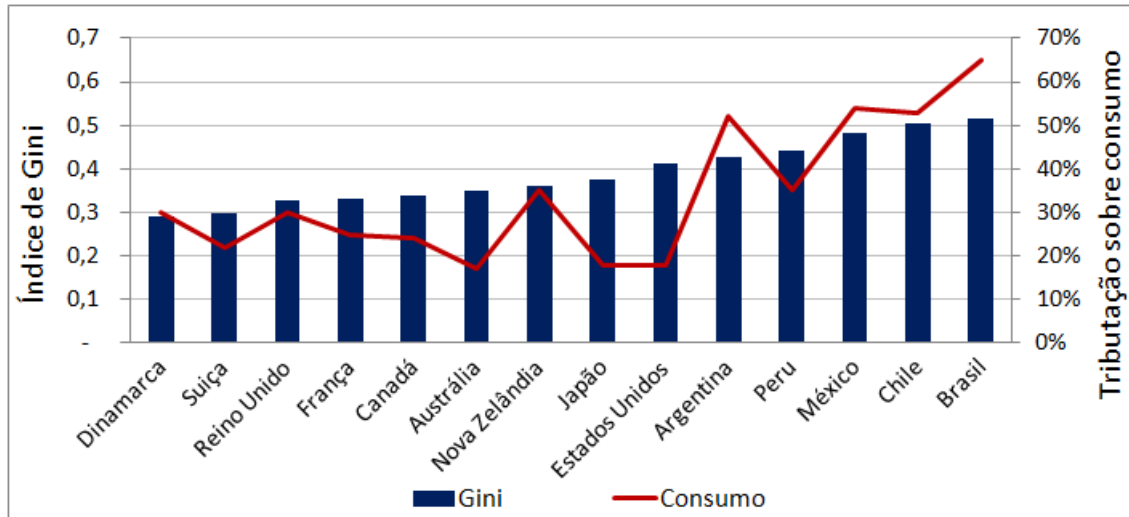
Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

4.3 INDICADORES SINTÉTICOS

Antes de avançar para o estudo detalhado e aprofundado da desigualdade de renda necessitamos sublinhar ainda a questão dos indicadores sintéticos, que nada mais são do que indicadores sociais que buscam classificar os países através de valores obtidos por fórmulas matemáticas. Entre eles se destaca o Coeficiente de Gini - um dos mais usados nos relatórios oficiais e no debate público - cujos valores se situam entre 0 e 1 e, quanto maior for, mais desigual e concentrada é a riqueza do país em questão, sendo 0 a igualdade total e 1 a desigualdade total.

GRÁFICO 36: Evolução do Índice de Gini

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017)

GRÁFICO 37: Tributação sobre consumo e Índice de Gini

Fonte: Elaboração Própria com base em BANCO-MUNDIAL, (2017); RECEITA-FEDERAL, (2017a)

O gráfico 36 mostra o Índice de Gini para diversos países selecionados da América do Sul, mostrando a evolução desde 1995 até 2014. Podemos observar principalmente que apesar da queda da desigualdade ter ocorrido para todos os países, o Brasil foi o único dos países selecionados que apresentou uma queda lenta, mas constante, apesar de ser o mais desigual. O gráfico 37 faz uma conexão com o capítulo anterior, apresentando os dados referentes à

importância percentual da tributação sobre o consumo frente à carga tributária e o índice de Gini de cada país destacado. Como vimos no capítulo anterior, devido ao fato de o imposto sobre o consumo ser regressivo e abranger toda a população, é ele que mais afeta as camadas mais populares, acentuando a desigualdade de renda. Ainda que não seja exata, podemos observar a relação existente entre as variáveis apresentadas, com tendência da desigualdade ser maior (maior Índice de Gini) a medida em que aumenta a tributação sobre o consumo. Dentre os países selecionados o Brasil apresenta o maior Índice de Gini e o maior percentual da carga tributária voltado ao consumo. Como principais exceções temos os Estados Unidos, tributando mais fortemente a renda (cerca de 47% da carga tributária) e o Japão, tributando principalmente a seguridade social (cerca de 43% da carga tributária) (BANCO-MUNDIAL, 2017).

Os indicadores são úteis, mas além de limitados apresentam problemas. A busca ilusória de explicar através de um único número a desigualdade de renda de um país é difícil, a não ser para o caso de simplificação, uma vez que este conceito é amplo e multidimensional, enquanto os indicadores sintéticos são unidimensionais. Além disso, esses indicadores não fazem distinção entre a desigualdade de renda e do trabalho, nem dos mecanismos econômicos relevantes para cada um dos casos, impossibilitando uma ação direta mais efetiva frente à desigualdade em cada país (PIKETTY, 2014). Deste modo, a apresentação dos gráficos e tabelas de distribuição através de percentis nos parece mais apropriada para uma análise mais ampla, uma vez que tem o mérito de oferecer dados mais completos e palpáveis para que a questão da desigualdade possa ser corretamente fragmentada e estudada.

4.4 DESIGUALDADE POR PERCENTIS

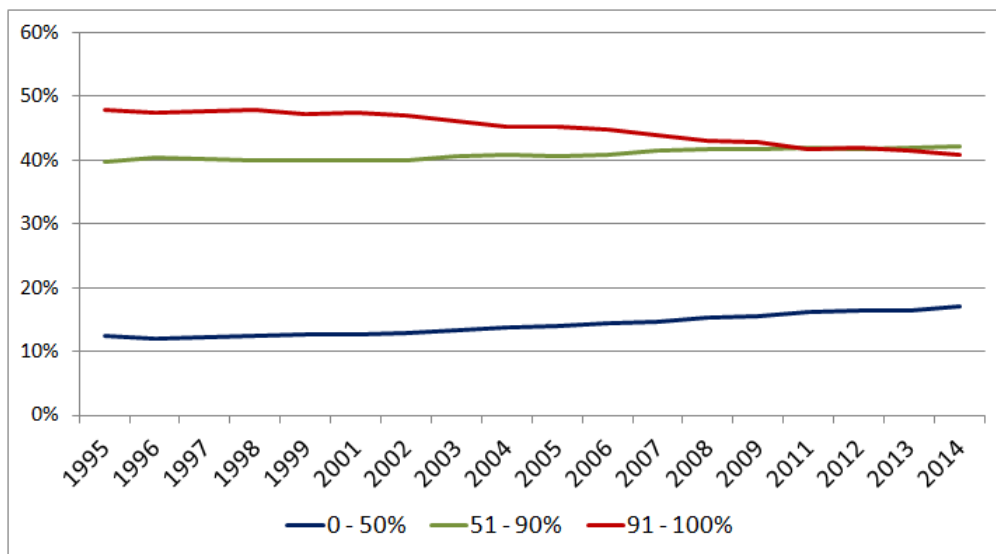
A partir de agora analisaremos a desigualdade social por separatrizes que dividem o intervalo de uma distribuição de frequência em classes de igual número de indivíduos, com os decis dividindo a população em dez partes iguais e os percentis em cem. O 1º decil se refere aos 10% mais pobres, o 8º decil, ao intervalo entre os 70% mais pobres e os 20% mais ricos e o 100º percentil aos 1% mais ricos. Para ser totalmente igualitário, cada percentil da população deveria receber seu correspondente do total arrecadado pela sociedade, com os 50% mais ricos e os 50% mais pobres recebendo cada um 50% do total (PIKETTY, 2014).

Iniciaremos com os dados do Ipeadata (em R\$ de 2014), uma vez que eles apresentam os dados históricos, no qual o objeto de estudo é a totalidade da população brasileira, e depois voltaremos a utilizar os dados da Receita Federal, através de uma divulgação nova (iniciada em 2014), que permite a ampliação da transparência das declarações de imposto de renda e facilita a mensuração das disparidades no rendimento e no patrimônio dos brasileiros, uma vez que não

se limita mais a analisar os rendimentos por faixas de salários mínimos, e sim por percentis. Visto que o início desta divulgação é muito recente, utilizamos apenas os últimos dados dos quais dispomos, de 2015.

O gráfico 38 apresenta os dados da distribuição de renda desde 1995 até 2014, utilizando três grandes grupos populacionais, os 50% mais pobres, os 40% centrais e os 10% mais ricos. Este gráfico nos permite verificar o crescimento da apropriação da riqueza brasileira dos mais pobres saindo de 12% em 1995 e alcançando 17% em 2014 (apesar de este percentual continuar sendo demasiado pequeno), além de o estrato central ultrapassar o décimo mais rico em 2014. Na sequência nos aprofundaremos na análise de cada um dos três grandes grupos para verificar como cada um deles foi influenciado ao longo deste período. Visto que, se a riqueza do país cair, um indivíduo pode aumentar a parcela detida da renda total, mas mesmo assim ter menor qualidade de vida. Assim sendo, vamos apresentar também os dados absolutos para cada décimo.

GRÁFICO 38: Evolução da Distribuição de Renda no Brasil

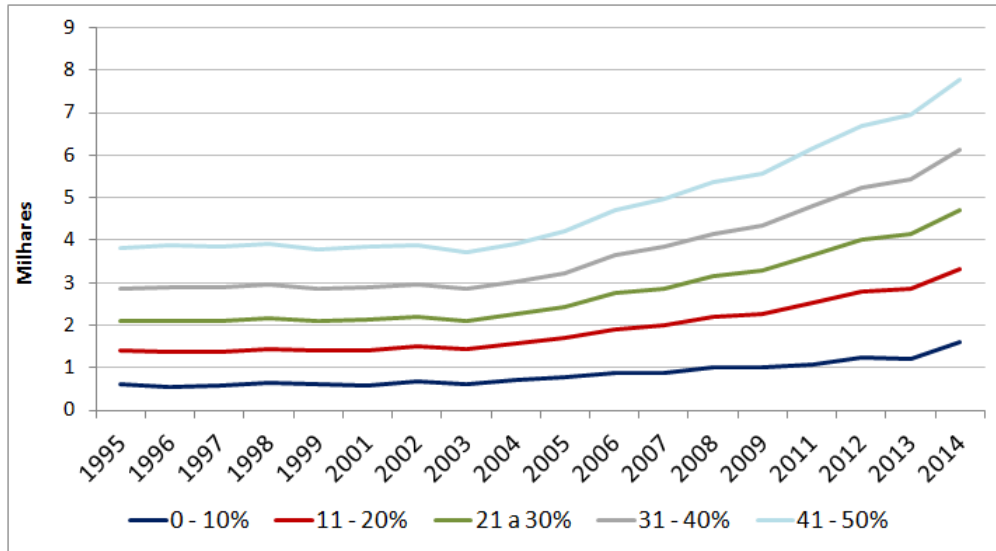


Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

A análise que segue foi feita utilizando a evolução de renda per capita e da distribuição de renda para três grandes grupos: os 50% mais pobres; os 40% centrais e os 10% mais ricos. Consideramos importante acrescentar a cada caso a evolução absoluta da renda per capita para transparecer que, ao longo do período, todos os percentis analisados aumentaram suas condições financeiras, o que não ficaria evidente se nos ativéssemos à distribuição de renda. Iniciamos então a análise acerca da renda per capita pelo grupo dos 50% mais pobres no Brasil, abrindo-o por 5 decis. Conforme o gráfico 39, a evolução de todas elas é semelhante até 2003, devido em grande parte ao fato de este ter sido um bom socioeconômico positivo do país, com aumentos

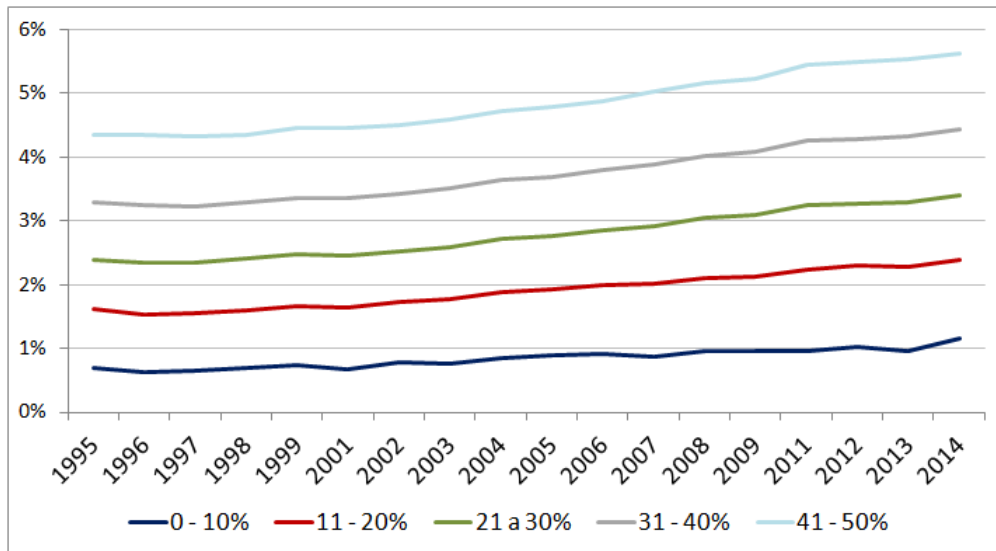
consideráveis no PIB e queda do índice de desemprego. Ademais, ressaltamos a importância das políticas sociais de redistribuição de renda que, conforme vimos no capítulo anterior ganharam força após a unificação dos programas de então pelo Bolsa Família (SOARES, 2011).

GRÁFICO 39: Evolução da Renda per capita dos 50% mais pobres no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

GRÁFICO 40: Evolução da Distribuição de Renda dos 50% mais pobres no Brasil

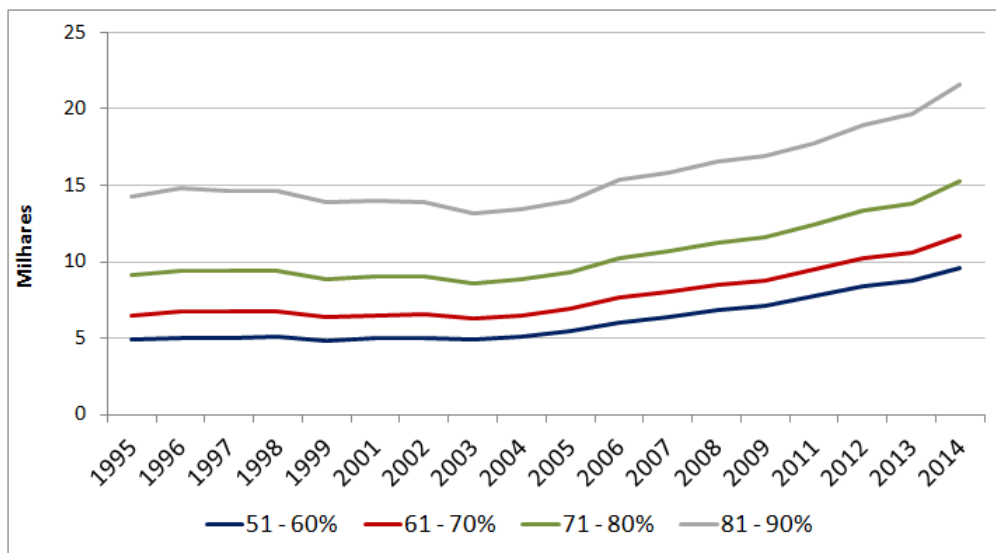


Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

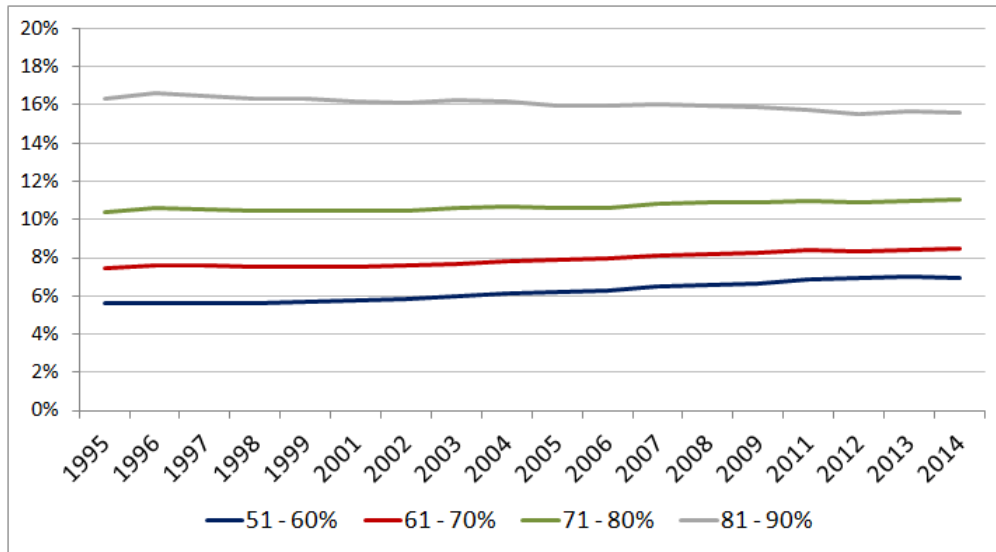
Após este período de inflexão observamos um forte crescimento ininterrupto. Em valores absolutos, este crescimento foi maior à medida que se observa os decis superiores, mas em termos percentuais entre 2014 e 1995 a relação foi inversa, com a renda per capita do 1º

decil 2,6 vezes superior, enquanto esta relação foi de 2,4 para o 2º, 2,2 para o 3º, 2,1 para o 4º e 2 para o 5º decil. No que se refere à distribuição da renda, observamos no gráfico 40 que o cenário também foi de relativa estabilidade entre 1995 e 2003, ainda que todos os decis tenham aumentado levemente sua participação no total da renda. Após 2003 observamos também um aumento do crescimento, maior em pontos percentuais à medida que avançamos na hierarquia social, resultado de que, além de melhorar o padrão de vida dos 50% mais pobres, as mudanças ocorridas no país durante este período fez com que os mais pobres se apropriassem de mais renda percentualmente em um cenário de crescimento da riqueza total do país. A principal explicação para isto é a questão da educação que, além de propiciar melhor remuneração, também afeta o desemprego, sendo menor a probabilidade de um indivíduo estar nesta condição quanto mais elevado forem seus anos de estudos (SCHULTZ, 2006). A evolução observada entre 2003 e 2013 os anos de estudo médio entre os 20% mais pobres aumentou 2,2, enquanto para os restantes 80% este aumento foi de 1,3 (PORTAL-BRASIL, 2015), avanço este possibilitado pelas políticas integradas do Programa Bolsa Família. Vale ressaltar ainda o percentual detido pelos mais pobres em 1995 era extremamente baixo e, mesmo após o crescimento este percentual continua baixo na comparação com outros países.

GRÁFICO 41: Evolução da Renda per capita dos 40% centrais no Brasil



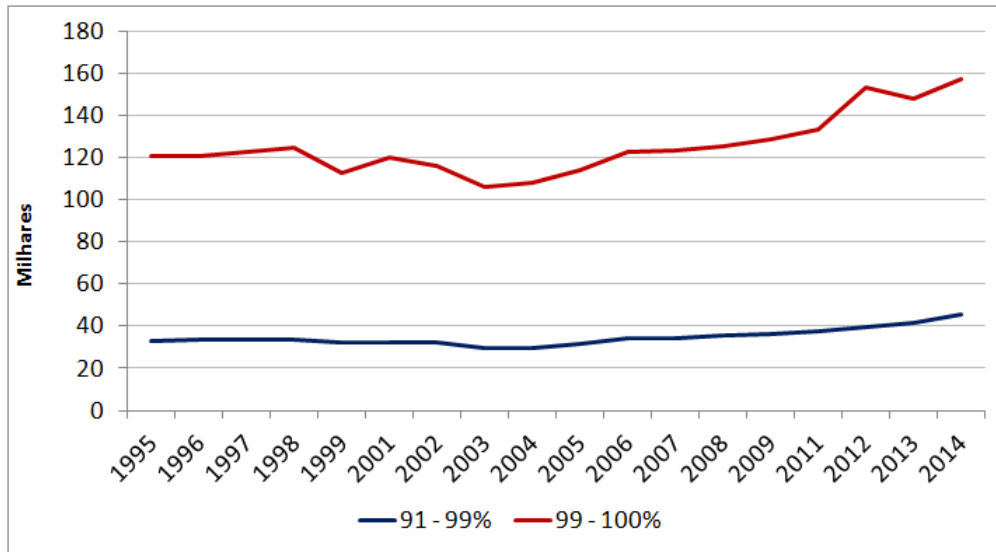
Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

GRÁFICO 42: Evolução da Distribuição de Renda dos 40% centrais no Brasil

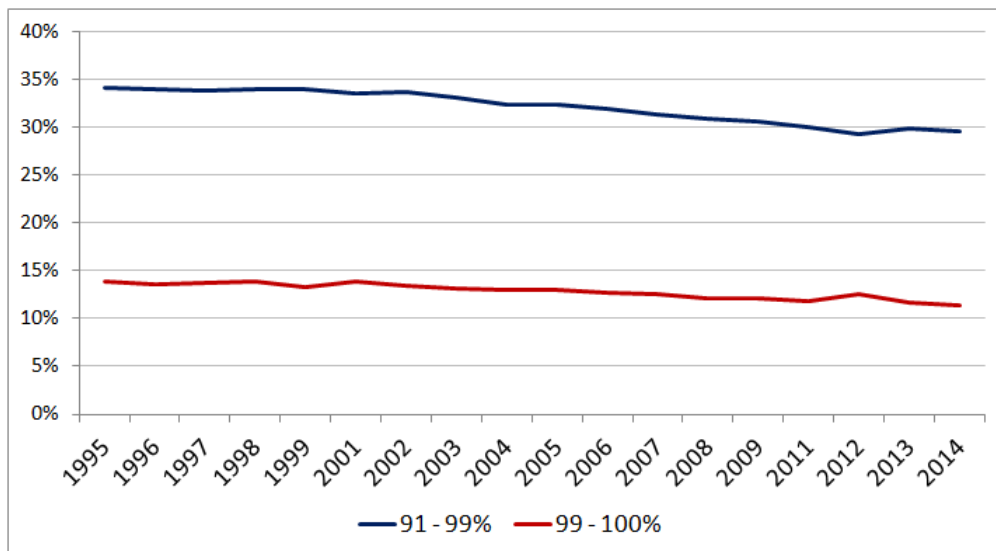
Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

Veremos agora como evoluiu a renda per capita do grupo dos 40% centrais, abrindo-o em 4 decis. De acordo com o gráfico 41, novamente podemos separar o período total em dois, um primeiro indo até 2003, onde o cenário não mais foi de estabilidade e sim de queda, ainda que mais acentuada apenas no 9º decil, e após 2003 um crescimento a todos os decis, maior em números absolutos quanto mais alta a hierarquia e menor em na comparação de 2014 com 1995, sendo de 2 vezes superior ao 6º, 1,8 vezes ao 7º, 1,7 ao 8º e 1,5 ao 9º decil. Na questão da distribuição da renda, observamos no gráfico 42 o aumento decrescente em pontos percentuais à medida que avançamos nos decis, apresentando uma queda para o 9º decil, evidenciando a queda na concentração e a melhor distribuição de renda entre a parcela dos 40% centrais da população brasileira.

Por último, analisamos o estrato dos 10% mais ricos do Brasil, aberto entre o 1% superior e os 9% restantes. Podemos observar no gráfico 43 a redução da renda per capita dos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico e a manutenção dos 9% restantes até 2003, sendo observado um aumento na renda de ambos os grupos após este período. Comparando 2014 com 1995, a renda absoluta do estrato dos 91 – 99% cresceu 1,4 vezes e do centésimo mais rico, 1,3 vezes. Entretanto, quando voltamos nossa atenção à distribuição de renda apresentada no gráfico 44, observamos uma queda na concentração de renda tanto dos 1% mais ricos quanto dos 9% restantes. Ainda que valha a ressalva que o percentual detido pelo décimo mais rico em 1995 era extremamente alto e, em 2014, o cenário permanece elevado, é evidente que houve desconcentração de renda para os brasileiros mais ricos.

GRÁFICO 43: Evolução da Renda per capita dos 10% mais ricos no Brasil

Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

GRÁFICO 44: Evolução da Distribuição de Renda dos 10% mais ricos no Brasil

Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

De forma resumida, a renda per capita no Brasil apresentou aumento crescente para todos os decis. Já quanto a distribuição de renda, houve três cenários distintos: aumento crescente do 1º ao 6º decil; aumento decrescente do 7º ao 8º decil; redução crescente do 9º ao 10º decil, ainda que o centésimo mais rico tenha sido menos afetado do que o restante do décimo mais rico. Neste período as classes médias (3º ao 7º decis, com crescimento acima de 1 ponto percentual na distribuição de renda ao comparar 2014 com 1995) se destacaram como as maiores beneficiadas das alterações na distribuição de renda do Brasil, enquanto os 2 décimos mais

ricos se viram como detentores de menos riqueza em relação ao PIB. Assim sendo, de acordo com os dados do Ipeadata, a desigualdade de renda brasileira em 2014 é menor do que era em 1995.

4.5 DESIGUALDADE DA RENDA DO TRABALHO

Voltaremos agora a utilizar prioritariamente os dados da Declaração do Imposto de Renda, que nos permite analisar separadamente a composição da renda total, dividida em suas duas formas: a dinâmica da desigualdade do trabalho e do capital. Iniciamos com os dados abertos por classe social e faixas de salário mínimo e depois passamos à nova divulgação por percentil.

A renda do trabalho advém praticamente em sua totalidade dos salários. Na tabela 6 apresentamos os dados de desigualdade da renda do trabalho para países (ou grupos de países). Nela, comparamos os dados do Brasil (com dados fornecidos pela Receita Federal) com os dados de diversos países em desenvolvimento e da média da Europa (dados obtidos pela OIT).

TABELA 6: Desigualdade da Renda do Trabalho em 2015

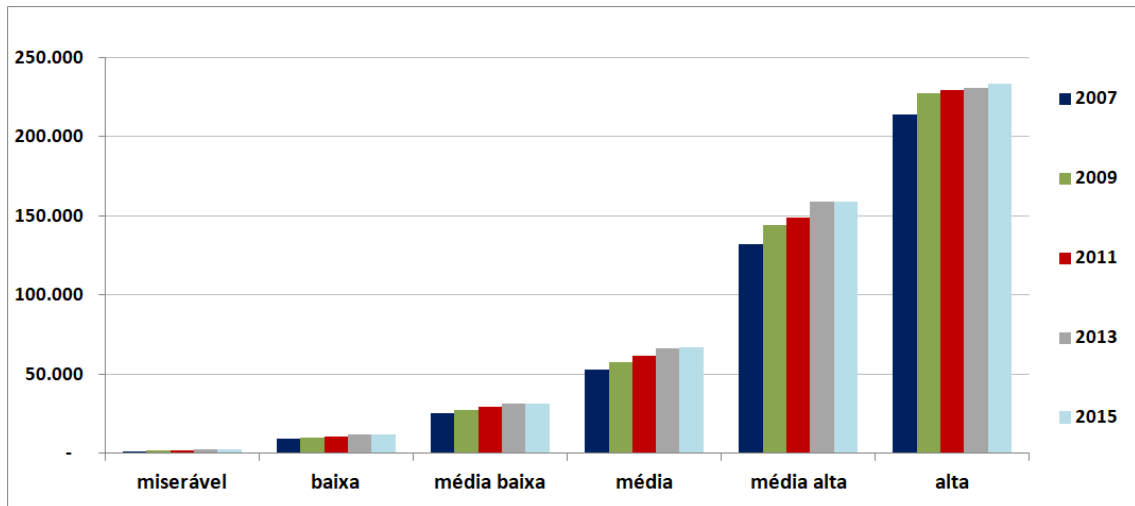
Percentis populacionais	Europa	China	Estados Unidos	Argentina	Brasil	Rússia	África do Sul
Os 10% mais ricos	25,5%	29,7%	35,0%	21,7%	39,0%	24,8%	49,2%
O 1% mais rico	5,8%	9,3%	12,0%	4,0%	10,0%	4,5%	20,2%
Os 9% Seguintes	19,7%	20,4%	23,0%	17,7%	29,0%	20,3%	29,0%
Os 40% Centrais	45,4%	44,1%	40,0%	47,6%	43,0%	47,6%	38,9%
Os 50% mais pobres	29,1%	26,2%	25,0%	30,7%	18,0%	27,6%	11,9%

Fonte: OIT, (2017); RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Entre os países selecionados, a desigualdade da renda do trabalho é menor na Argentina e na Rússia, com os 40% centrais recebendo quase metade do total, seguida pela Europa e pela China, com os 10% mais ricos detendo menos de três vezes a renda salarial média. Na sequência aparecem os Estados Unidos com cada indivíduo da metade mais pobre da população recebendo metade da renda média e o Brasil com os 10% mais ricos recebendo quase quatro vezes mais do que a média, a metade mais pobre cerca de um terço, e os 40% centrais o equivalente à média. Por último temos a África do Sul, com os 10% mais ricos detendo cerca de cinco vezes a renda média do trabalho, os 40% centrais detendo menos do que a renda média e cada indivíduo da metade mais pobre apenas cerca de um quinto. Ressaltamos que a realidade do décimo superior,

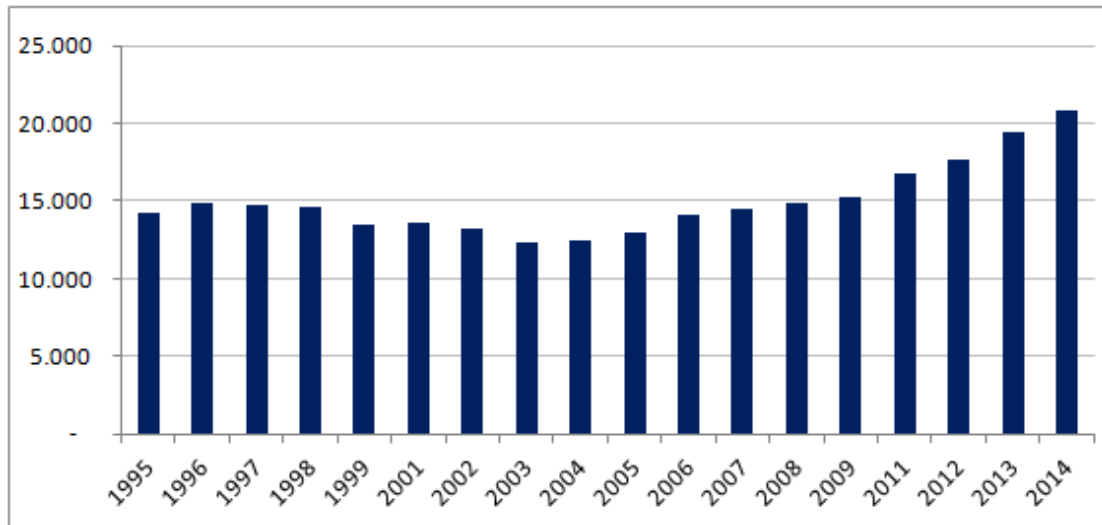
e mais ainda do centésimo superior, difere em larga escala do resto da sociedade, o que pode ser comprovado no caso brasileiro (o 1% mais rico recebendo 10 vezes o salário médio).

GRÁFICO 45: Evolução da Renda do Salário Anual per capita no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Os rendimentos de pessoa física são divididos em três categorias, cada uma delas com tributação variável. Delas, a única composta majoritariamente por rendimentos do trabalho são os rendimentos tributáveis, ainda que neles estejam inclusos rendimentos de patrimônio como os aluguéis (aos demais voltaremos mais tarde). Esta categoria foi utilizada no gráfico 45, que apresenta os dados referentes à evolução da renda do salário anual per capita em valores de 2015. Com ele, observamos as desigualdades entre as classes sociais. Em 2007, a renda média do salário dos indivíduos pertencentes à classe alta, em relação aos miseráveis, era 153 vezes superior e, apesar de esta discrepância ter se reduzido para 92 vezes em 2015, a distância entre estas classes sociais ainda é extremamente elevada. O gráfico 46 apresenta a evolução da renda média anual per capita de todos os trabalhos no Brasil. A metodologia aplicada considera apenas a população ocupada (empregadores e trabalhadores por conta própria inclusive) e exclui a parcela referente ao 13º salário e à participação nos lucros paga pelas empresas aos funcionários. Com ele, podemos observar que o salário médio anual do brasileiro (em R\$ de 2012) apresentou crescimento real contínuo desde 2003, com crescimento real de 10% em 2013. Esta diferença ocorre porque este gráfico utiliza como base o total da população e não se limita àqueles declarantes do imposto de renda. Ressaltamos ainda que a evolução do salário médio anual difere da renda média per capita (gráfico 35) devido ao fato de este considerar a população como um todo e a renda ser formada tanto pelos ganhos do trabalho quanto pelos ganhos do capital, enquanto aquele considera somente a população empregada e a renda advinda deste emprego.

GRÁFICO 46: Evolução do Salário Médio Anual Brasileiro

Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

Para explicar a desigualdade da renda do trabalho há diversas teorias, entre as quais se destaca a da meritocracia que, considera que a composição do nível hierárquico deve ser conquistada com base no mérito individual. Esta teoria defende que a remuneração é igual à produtividade marginal que, por sua vez, depende da qualificação e da demanda e oferta por mão de obra. Obviamente a teoria é deveras simplista, uma vez que a produtividade marginal é difícil de ser calculada, mas acerta na questão da qualificação e da dependência da oferta pelo sistema educacional, de modo que em um cenário com altos níveis educacionais e qualificação da mão de obra, mas de baixo crescimento econômico e, portanto, baixo aumento da produção de bens e serviços, os salários destes indivíduos serão mais baixos do que seriam se o crescimento econômico fosse maior. Deste modo, se o crescimento do país que eleva a demanda por trabalhadores qualificados for maior do que o aumento da oferta destes trabalhadores, a desigualdade do trabalho tende a aumentar. Apesar de não serem as únicas forças em jogo estas variáveis nos parecem essenciais para explicar o crescimento dos salários e a importância deles para todas as classes sociais (PIKETTY, 2014).

4.6 DESIGUALDADE DA RENDA DO CAPITAL

O rendimento do capital pode ser considerado como sendo o rendimento fruto do patrimônio. Ele mensura seus rendimentos através de quaisquer formas jurídicas de receita, entre os quais se destacam os títulos de propriedade do capital (aluguéis, dividendos, juros, royalties, lucros, ganhos de capital, entre outros). A remuneração do capital é determinada principalmente pela demanda dos indivíduos, menor quanto mais abundante for o capital, e pela tecno-

logia, quanto mais desenvolvida maior será a necessidade de capital para implementá-la. Para o capital alcançar altos rendimentos, ele deve proporcionar àqueles que o tomam emprestado lucros maiores do que o lucro a ser obtido sem a utilização deste capital. Se ele não servir para aprimorar e aumentar a eficiência dos fatores de produção ou propiciar maior conforto através do seu investimento em moradias, sua utilidade e produtividade marginal (valor da produção adicional que se obtêm após empregar uma unidade extra de capital) serão baixas, resultando em rendimentos pífios. Algo a se levar em consideração é a taxa de rendimento do capital, que costumava variar entre 4 e 5% e hoje está mais próximos dos 3 a 4%. A importância deste fator é que, quando essas remunerações são superiores às taxas de crescimento mundiais, o capital cresce em maior proporção do que o restante da economia, tendo como resultado o aumento da desigualdade dos rendimentos do capital, do patrimônio e da herança e a prosperidade de uma sociedade de herdeiros (PIKETTY, 2014).

TABELA 7: Desigualdade da Renda do Capital

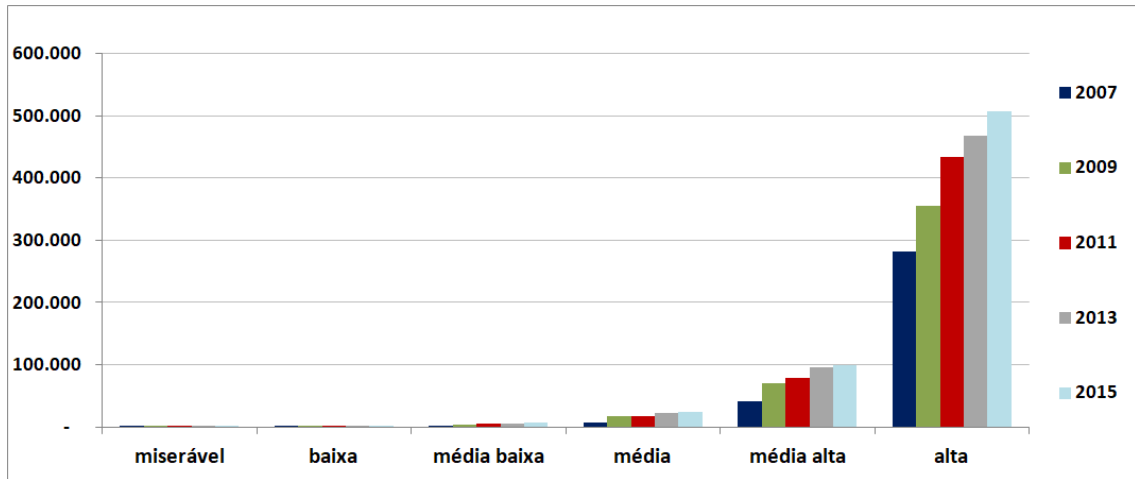
Percentis populacionais	Europa	Estados Unidos	Brasil
Os 10% mais ricos	60%	70%	70%
O 1% mais rico	25%	35%	43%
Os 9% Seguintes	35%	35%	27%
Os 40% Centrais	35%	25%	22%
Os 50% mais pobres	5%	5%	8%

Fonte: PIKETTY, (2014); RECEITA-FEDERAL, (2017a)

A quantidade de países analisados na tabela 7, que apresenta os dados de desigualdade da renda do capital, é menor do que a da tabela 6, uma vez que não foi possível localizar dados para todos os países. Nos Estados Unidos e no Brasil a concentração do capital atinge níveis semelhantes com os 10% mais ricos detendo 70% (ainda que no Brasil o 1% mais abastado detenha mais posses). Mesmo na Europa os 10% mais ricos detêm mais da metade do capital disponível. Mesmo entre os 10% mais ricos a desigualdade do capital também é forte, com o capital do 1% mais rico (composto principalmente de ações e participações societárias) detendo níveis parecidos com os 9% subsequentes (composto principalmente de imóveis), sendo no Brasil esta discrepância ainda mais acentuada. Os imóveis são o investimento favorito das classes médias e moderadamente abastadas, mas a verdadeira fortuna é composta pelos ativos financeiros e profissionais. Podemos observar ainda o surgimento de uma classe média patrimonial, principalmente na Europa, uma vez que ainda que os 50% mais pobres detenham parcelas pífias do capital para todos os países selecionados, os 40% centrais detêm uma parcela próxima

à média do capital.

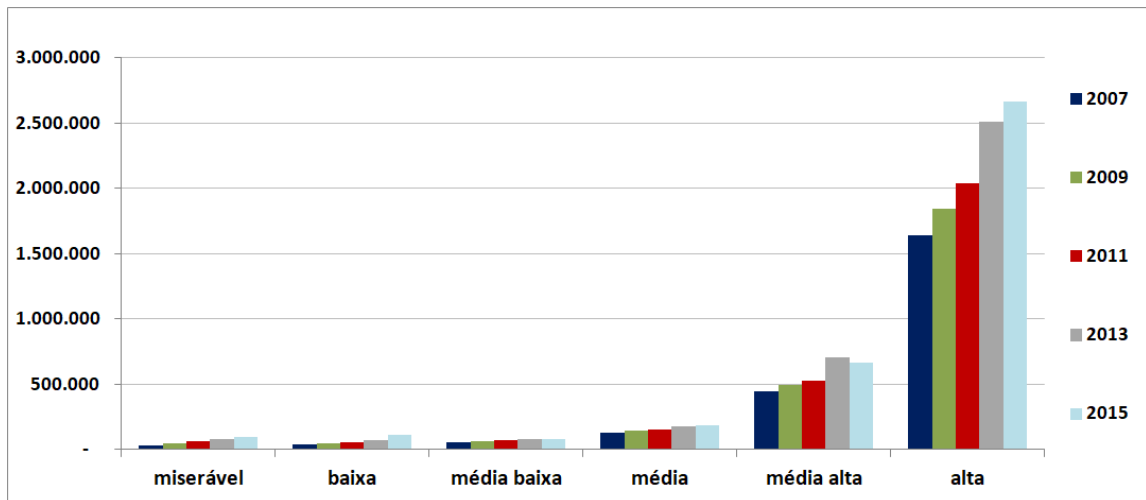
GRÁFICO 47: Evolução da Renda do Capital Anual per capita no Brasil



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Das três tipificações de renda distintas, duas delas são compostas predominantemente dos rendimentos do capital. São elas: os rendimentos tributados exclusivamente na fonte, no qual fazem parte as aplicações financeiras e participação dos lucros ou resultados, embora também estejam inclusos rendimentos do trabalho como o 13º salário; os rendimentos isentos, composto por lucros e dividendos, doações e heranças e a renda do sócio ou dono de pequenas empresas. Essas duas categorias são apresentadas no gráfico 47, com os dados referentes à evolução da renda do capital anual per capita em valores de 2015. Nele, podemos observar que a desigualdade do capital é de fato muito mais acentuada do que a desigualdade do salário. Para colocar em números este fato, a renda média do capital dos indivíduos pertencentes à classe alta é 1604 vezes maior do que a renda média do capital daqueles classificados como miseráveis em 2015, ainda que esteja caindo vertiginosamente, uma vez que em 2007 esta mesma relação era de 6011 vezes. Ao longo do período a renda do capital dos miseráveis e da classe baixa foi sempre desprezível, a não ser quando considerado o aumento percentual, com o crescimento absoluto sendo maior quanto maior o nível hierárquico, alcançando níveis significativos para a classe média alta e para a classe alta. Ressaltamos o grande crescimento observado em 2008, ainda que o ano seguinte tenha sido o único em que o rendimento do capital per capita tenha reduzido para a classe alta, logo após a Crise de 2008, devido ao fato deles deterem grandes investimentos mundiais, a classe alta.

Nesta categoria de rendimentos o que mais se destaca são os patrimônios, que nada mais são do os bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou entidade. Os direitos são os recursos que uma empresa tem a receber, enquanto os bens são imóveis, automóveis e outros bens de

GRÁFICO 48: Evolução do Patrimônio per capita no Brasil

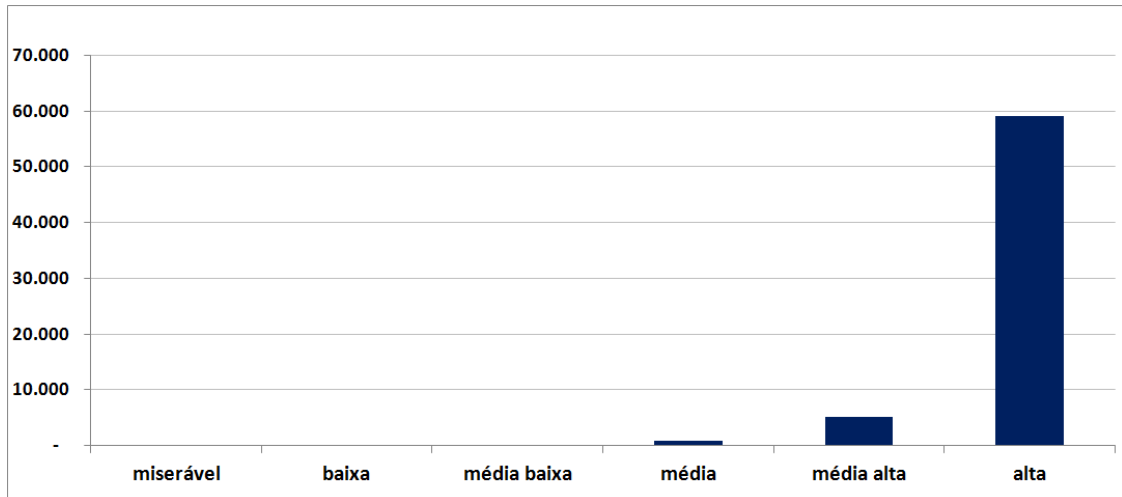
Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

consumo duráveis. Nas classes mais populares os patrimônios são formados principalmente por bens e, à medida que se sobe na hierarquia, os direitos empresariais crescem em importância. O gráfico 48 apresenta a evolução do patrimônio per capita em valores de 2015. Com ele, observamos como é baixo o valor patrimonial per capita das classes mais pobres, uma vez que nestes casos os indivíduos não detêm imóveis e seus patrimônios são compostos basicamente de veículos mais simples e utensílios domésticos. A imensa maioria do patrimônio é detida pela classe alta, e foi justamente para esta classe que o crescimento absoluto foi mais significativo, aumentando a desigualdade de patrimônio no período analisado. Ressaltamos que os valores do patrimônio são muito superiores aos valores da renda do trabalho e do capital e mesmo da somatória entre eles.

A desigualdade do capital é acentuada de acordo com o período em que o indivíduo tem acesso a este capital, maximizado nos casos das heranças, patrimônio pré-estabelecido pelos antepassados e repassado aos seus herdeiros. A etimologia da palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* (*patri* = pai + *monium* = recebido), estando, portanto historicamente ligada ao conceito de herança, assim que para nos aprofundarmos na análise do patrimônio devemos estudar a questão da herança. O gráfico 49 apresenta os dados referentes às doações e heranças, dos quais dispomos apenas para o ano de 2015, impossibilitando a análise da variação dela ao longo dos anos. O que podemos perceber é novamente a grande desigualdade entre as classes, com as classes mais baixas recebendo valores insignificantes, uma vez que seus descendentes gastavam a totalidade ou quase da sua renda ao longo da vida e, mesmo a classe média alta não consegue se aproximar dos altos valores per capita da classe alta. A desigualdade da herança é mais profunda quanto maior a desigualdade da renda, uma vez que ela acentua o acúmulo de

riqueza nas mãos de poucos e resulta no aumento do montante a ser repassado aos herdeiros, gerando assim um ciclo da desigualdade que se desenvolve por si só. A principal maneira para se combater este ciclo é intensificar a taxaço sobre a herança no Brasil a níveis semelhantes aos praticados na grande maioria dos países, uma vez que, conforme estudamos no capítulo anterior, este imposto no país   muito pequeno.

GRÁFICO 49: Doa es e Heranças Anuais per capita em 2015 no Brasil



Fonte: Elabora o Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

4.7 DESIGUALDADE DA RENDA

A renda total de um indivíduo   resultado da soma entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital. Baseado nessas duas formas de composi o da renda apresentamos a tabela 8, com a qual analisamos a desigualdade total da renda os mesmos países de então (com exce o da Argentina e da África do Sul, para os quais dados não foram encontrados).

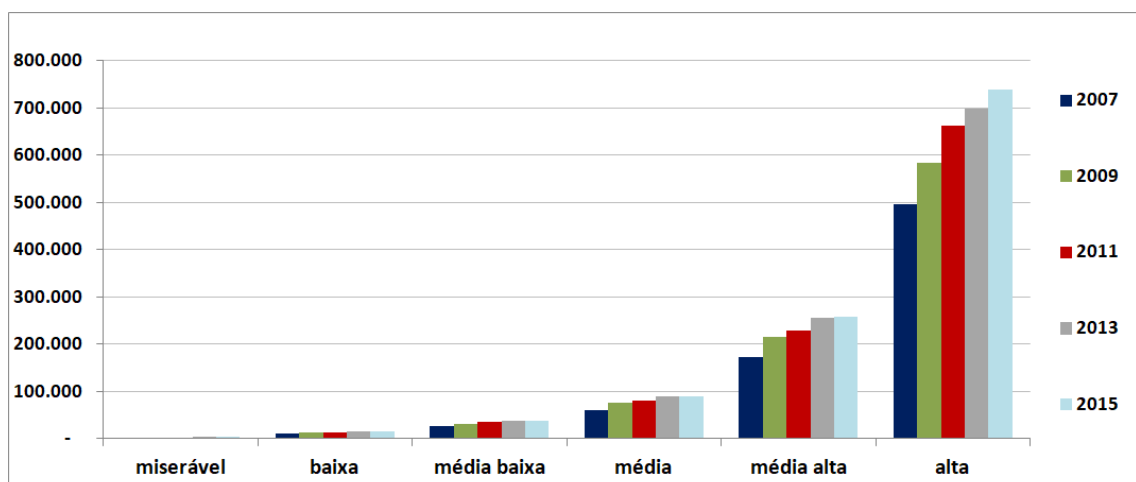
Com esta tabela, observamos um nível de concentra o de renda semelhante entre os Estados Unidos, o Brasil e a Rússia, com as maiores diferenças sendo os 40% centrais da estratifica o da popula o norte americana deter menor riqueza, enquanto os 50% mais pobres det m um percentual um pouco mais elevado, ainda que muito baixo, resultando em uma desigualdade elevada para os três países. Na Europa, os 40% centrais det m a renda média e os indivíduos pertencentes aos 50% mais pobres, metade da renda média. Assim, podemos observar que, de acordo com os dados da Receita Federal, o Brasil se encontra entre os países mais desiguais e com maior concentra o de renda dentre os países selecionados, com a fatia mais pobre da popula o detendo um nível extremamente baixo da riqueza e, mesmo a parcela central, níveis bem inferiores do décimo mais rico.

TABELA 8: Desigualdade da Renda Total

Percentis populacionais	Europa	China	Estados Unidos	Brasil	Rússia
Os 10% mais ricos	35%	41,4%	50%	47%	45,7%
O 1% mais rico	10%	13,9%	20%	19%	20,2%
Os 9% Seguintes	25%	27,5%	30%	28%	25,5%
Os 40% Centrais	40%	43,7%	30%	37%	37,5%
Os 50% mais pobres	25%	14,8 %	20%	15%	17%

Fonte: PIKETTY, (2014); RECEITA-FEDERAL, (2017a); WID-WORLD, (2017)

A soma dos rendimentos tributáveis, dos rendimentos tributados exclusivamente na fonte e dos rendimentos isentos, compõem a renda, cuja evolução per capita anual, em valores de 2015, e intensidade pode ser avaliada no gráfico 50. Novamente, o principal aumento em valores absolutos ocorreu justamente entre as classes mais abastadas. Lembramos que, ao longo do período, a classe alta representa cerca de 5% da população e a classe média outros 5%, totalizando ambas como o estrato dos 10% mais ricos do país que detinham em 2015 cerca da metade da riqueza do país, o que pode ser explicado ao analisar o gráfico e a distância entre estas classes e as demais, evidenciando que o Brasil ainda tem muito a evoluir nessa questão, ainda que, cabe ressaltar uma vez mais, esta distância tenha se reduzido desde 2007, uma vez que a relação entre os rendimentos anuais per capita da classe alta tenha passado de 344 vezes maior em 2007 para 260 em 2015. Ressaltamos que o décimo superior diverge em larga escala do resto da sociedade, o que pode ser comprovado no caso brasileiro (os indivíduos pertencentes ao 1% mais rico detêm quase 20 vezes mais riqueza do que a média da sociedade).

GRÁFICO 50: Evolução da Renda Total Anual per capita no Brasil

Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Na tabela 9 trazemos os dados da mesma divulgação histórica da Receita Federal, mas agora dividido por faixas salariais e por percentual apropriado da renda para cada faixa por tipificações de renda e de renda total. Entre os declarantes podemos observar uma manutenção ao longo do período para as faixas salariais mais altas (acima de 20), enquanto reduziu o percentual de indivíduos que ganham até 1 salário mínimo e aumentou o percentual dos que ganham entre 1 e 20. Quanto ao percentual da renda do trabalho, do capital e da renda total apropriada por cada faixa salarial, devemos sempre comparar com a quantidade de declarantes. O percentual apropriado de cada faixa segue a tendência do percentual de declarantes, aumentando na medida em que vamos às faixas centrais mais numerosas em detrimento das faixas mais baixas e mais altas. Os dados mais alarmantes são novamente, não por acaso, para o caso dos rendimentos do capital, que aumentam na medida em que vamos às faixas menos numerosas, atingindo quase um terço do total para os 0,3% mais ricos e para aqueles que ganham até 5 salários mínimos (cerca de metade da população), apenas 5%. Mesmo assim, a redução da desigualdade do capital durante o período é extremamente acentuada, com aqueles que ganham até 40, mas principalmente até 20, tendo aumentado sua apropriação do capital. Isso reflete no percentual detido de renda total por cada faixa salarial com a, ainda que em queda, forte desigualdade de renda. O caso mais curioso é para os que ganham entre 1 e 5 salários mínimos que, apesar de serem mais numerosos ao final do período, detêm menos renda em 2015, nos levando a acreditar que parte significativa da mobilidade social se deu da faixa de até 1 salário mínimo para essa.

TABELA 9: Quantidade Percentual de Declarantes por Faixa Salarial no Brasil

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
% Declarantes									
Até 1	13,6	12,4	9,6	8,4	7,7	7,3	6,7	6,1	6,8
De 1 a 5	40,8	41,3	42,2	40,7	39,7	42,6	44,0	43,5	43,3
De 5 a 20	37,2	37,7	39,3	41,6	42,8	41,3	40,8	41,9	41,5
De 20 a 40	5,5	5,7	5,9	6,1	6,4	5,9	5,7	5,8	5,7
De 40 a 80	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	2,1	2,0	2,0	1,9
De 80 a 160	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Acima de 160	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
% Renda do Trabalho									
Até 1	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
De 1 a 5	20,4	20,2	20,3	19,2	18,4	20,4	21,6	21,0	20,8

continua na próxima página

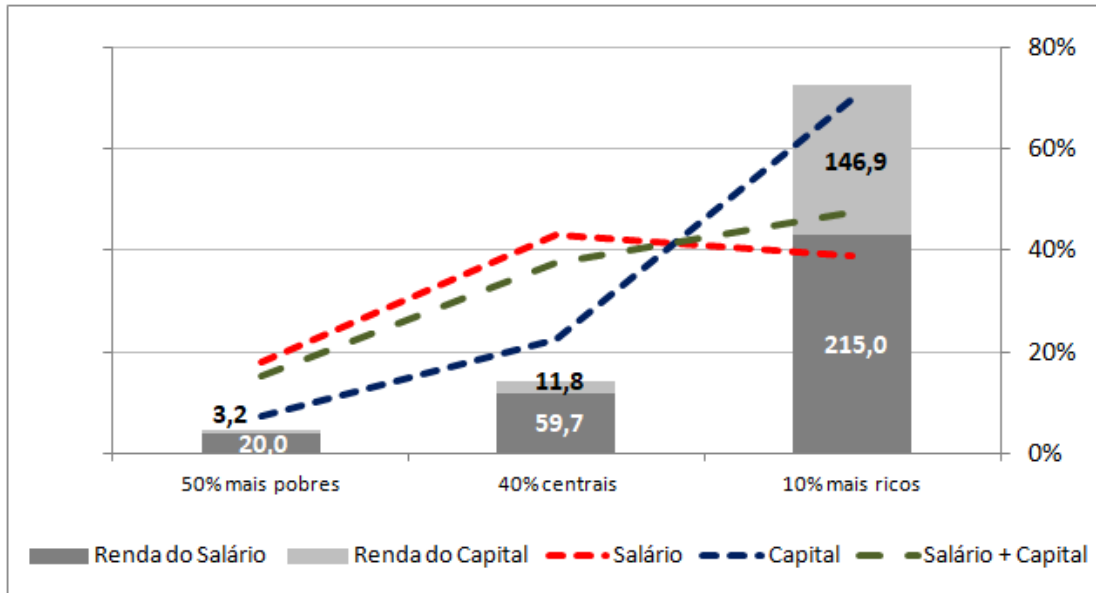
<i>continuação da página anterior</i>									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
De 5 a 20	44,2	44,1	44,9	46,2	46,6	47,2	47,8	48,3	48,4
De 20 a 40	16,9	17,0	17,2	17,3	17,4	16,9	16,4	16,4	16,4
De 40 a 80	10,8	10,8	10,7	10,5	10,5	9,1	8,4	8,4	8,4
De 80 a 160	3,8	3,9	3,5	3,3	3,5	3,0	2,7	2,7	2,7
Acima de 160	3,4	3,6	3,1	3,2	3,4	3,1	2,9	2,9	3,0
% Renda do Capital									
Até 1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
De 1 a 5	1,8	4,2	4,6	4,1	3,7	4,5	5,1	5,0	5,5
De 5 a 20	14,7	20,7	22,4	21,7	20,4	22,3	23,9	23,5	23,8
De 20 a 40	12,5	13,8	14,8	14,5	13,9	14,9	15,4	14,8	14,8
De 40 a 80	14,0	13,4	14,2	14,1	13,9	14,3	14,2	13,7	13,4
De 80 a 160	11,0	10,0	10,3	10,2	10,3	10,5	10,3	9,8	9,7
Acima de 160	45,9	37,9	33,7	35,4	37,7	33,5	31,0	33,2	32,7
% Renda Total									
Até 1	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
De 1 a 5	15,0	14,2	14,6	13,4	12,6	14,3	15,1	14,6	14,5
De 5 a 20	35,6	35,2	36,7	36,9	36,2	37,7	38,4	38,3	38,3
De 20 a 40	15,6	15,8	16,3	16,2	16,0	16,1	16,0	15,8	15,8
De 40 a 80	11,7	11,8	12,0	11,9	11,9	11,1	10,7	10,5	10,5
De 80 a 160	5,9	6,2	5,9	6,0	6,2	5,9	5,7	5,5	5,6
Acima de 160	15,8	16,5	14,3	15,5	17,0	14,8	14,0	15,0	15,2

Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Os gráficos 51, 52, 53 e 54 contêm os dados da nova divulgação da Receita Federal (2017a) acerca da composição da renda total dividido entre salário e capital per capita em valores absolutos (barras – eixo da esquerda) e a distribuição dela (linhas tracejadas – eixo da direita), e apresentam um resumo das diferenças de concentração de salário e capital discutida acima entre a sociedade brasileira. Primeiramente, o gráfico 51 nos permite analisar a concentração de renda para os declarantes, agrupados nos mesmos três grandes grupos. O primeiro fato ao qual gostaríamos de chamar a atenção do leitor é a composição da renda ser formada principalmente pelos rendimentos do salário para todos e aos 50% mais pobres praticamente não haver rendimentos de capital, o que é justificado pela desigualdade da distribuição do patrimônio e da herança. Quanto à distribuição, ela demonstra a importância dos salários aos menos favorecidos, com a parcela central da população detendo maior percentual do total dos salários

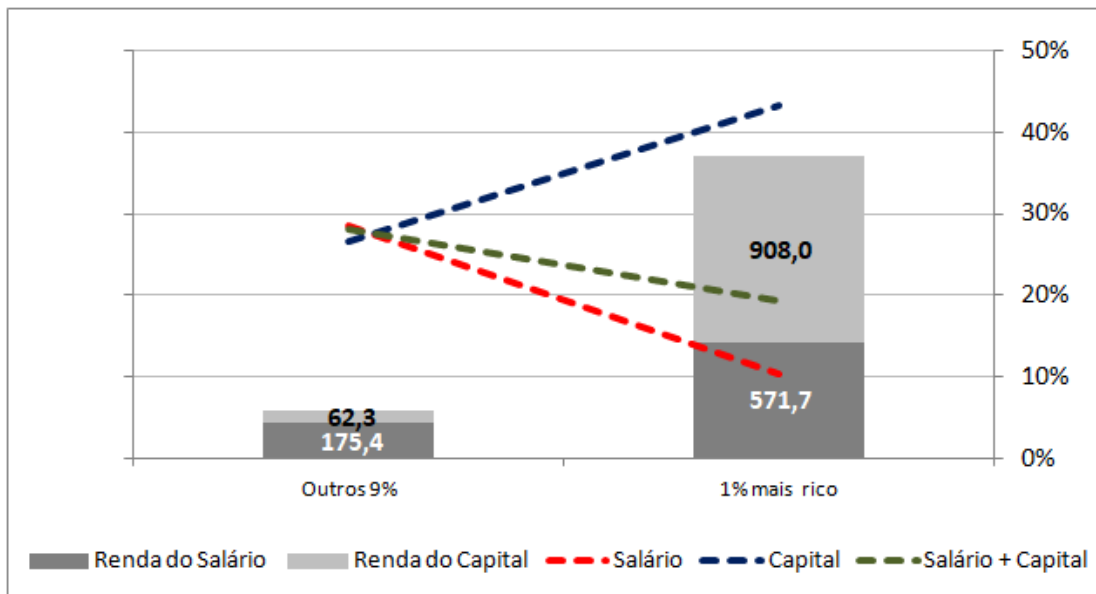
do que o décimo mais rico, enquanto o capital favorece amplamente àqueles mais abastados.

GRÁFICO 51: Composição e Concentração da Renda anual per capita em 2015 no Brasil (em mil R\$)



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

GRÁFICO 52: Composição e Concentração da Renda anual per capita no decil populacional mais rico em 2015 no Brasil (em mil R\$)



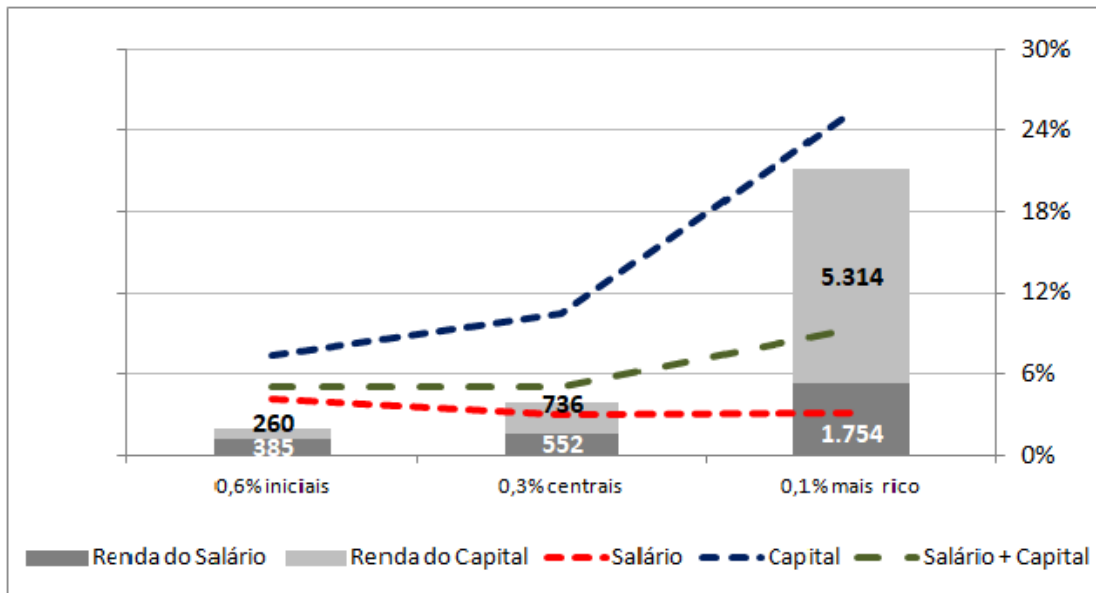
Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Como a realidade do décimo e do centésimo mais rico diverge em larga escala dos demais, consideramos relevante abrir os dados de concentração de renda para estes indivíduos

mais abastados. O gráfico 52 mostra que, em questões de composição da renda per capita, o centésimo mais rico apresenta a particularidade de ter sua renda formada principalmente pelos rendimentos do capital e, apesar de serem nove vezes menos numerosos detêm mais capital do que os 9% restantes e apenas um pouco a menos de riqueza total.

O gráfico 53 nos permite observar que à medida que subimos na hierarquia do centésimo mais rico, maior é a apropriação do salário, do capital e da riqueza total. Os indivíduos que estão no topo da distribuição da renda do trabalho não necessariamente são os mesmos que estão no topo da distribuição da renda do capital. A correlação entre estas variáveis em muito se alterou ao longo dos anos em todo o mundo. Enquanto na França e nos EUA de 1930 a população que tinha como principal fonte de renda o capital era composta do 0,5% mais rico e em 2010 esta mesma afirmação só era verdadeira para o 0,1% mais rico, no Brasil, isso ocorre para o 0,4% mais rico. Esta parcela da população pode ser definida como sendo a sociedade de rentistas, cuja fortuna tende a se perpetuar entre seus herdeiros. Infelizmente não dispomos de dados históricos para averiguar como ocorreu esta evolução no longo prazo no país. Este gráfico evidencia que a desigualdade de renda existente no Brasil não se limita àquela observada entre ricos e pobres, mas também entre os ricos e os muito ricos.

GRÁFICO 53: Composição e Concentração da Renda anual per capita ao centésimo mais rico em 2015 no Brasil (em mil R\$)



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

Diferentemente dos gráficos 51, 52 e 53, que traziam os dados de concentração per capita, o gráfico 54 apresenta os dados da desigualdade do salário e do capital acumulados, com o intuito de evidenciar quão desigual é cada uma das tipificações de renda. Nele, os declarantes

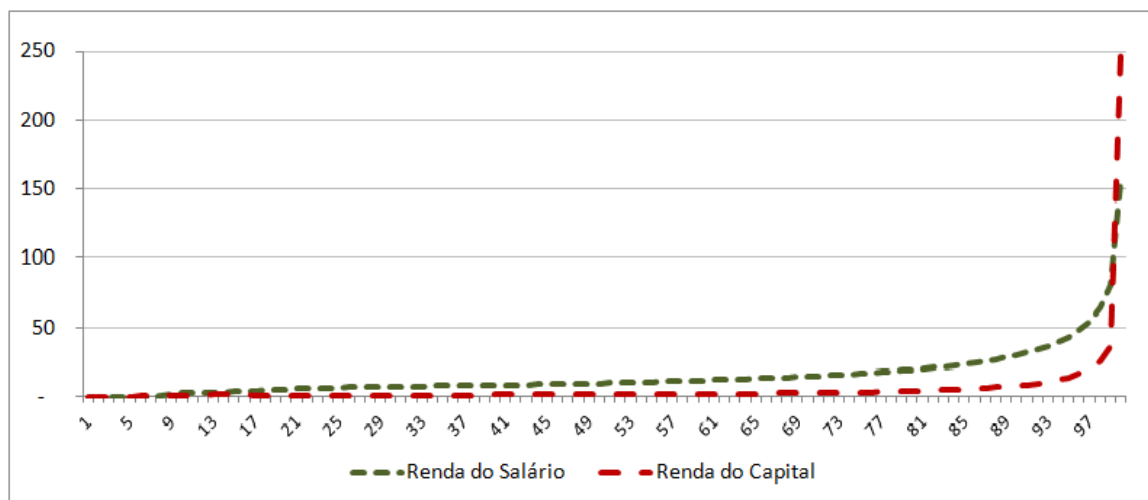
dos impostos de renda estão divididos em cem partes iguais, com o 1º centil se referindo ao 1% mais pobre e o 100º percentil ao 1% mais rico. Nos rendimentos do capital, o 1% mais rico ganha mais do que os 96% mais pobres, enquanto nos rendimentos do salário o 1% mais rico ganha o equivalente aos 37% mais pobres.

Ao compararmos as duas formas de composição de renda, temos a impressão de que a desigualdade do trabalho é moderada e branda, o que é um equívoco. A realidade é que a concentração de ambas é muito alta e é um erro reduzir a desigualdade social à desigualdade existente entre o trabalho e o capital.

A desigualdade do capital é sempre mais forte do que a do trabalho. A distribuição da propriedade do capital e das rendas que dele provêm é sistematicamente mais concentrada do que a distribuição das rendas do trabalho.

(PIKETTY, 2014, P. 259)

GRÁFICO 54: Desigualdade do salário e do capital anual em 2015 no Brasil (em mil R\$)



Fonte: Elaboração Própria com base em RECEITA-FEDERAL, (2017a)

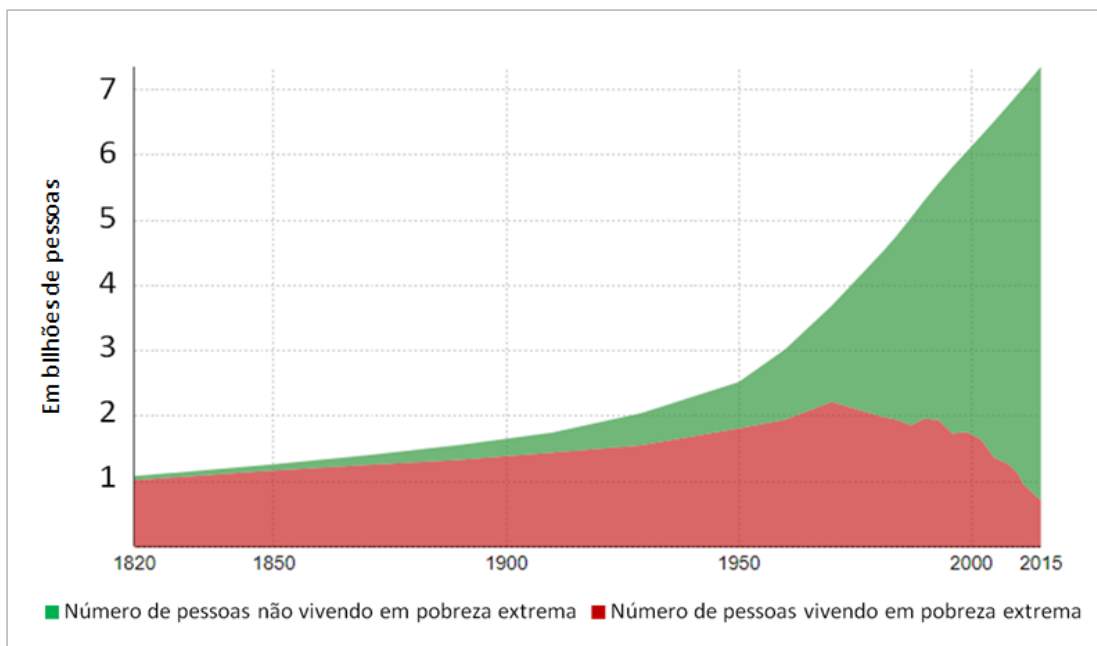
Deste modo, os rendimentos do trabalho são responsáveis por atenuar a desigualdade social. Até o início do século XX raros eram os casos em que o trabalho possibilitava a um indivíduo alcançar um padrão de vida próximo àquele propiciado pela herança e pelo patrimônio. Hoje este fato não está totalmente distante da realidade, já que para compor o 10% mais rico de uma sociedade a renda do trabalho baseada no mérito individual (ainda que não exclusivamente) parece ser suficiente, mas, alcançar o 1% mais rico parece pouco provável sem o auxílio da herança (PIKETTY, 2014). A crescente importância do trabalho na formação da renda (que na renda per capita sobe ininterruptamente entre os décimos e centésimos populacionais), pode fazer parecer que vivemos em uma sociedade hiper-meritocrática (topo da hierarquia dominado

pelas rendas oriundas do esforço e dedicação individual). Entretanto, uma vez que apesar de poucos serem aqueles que vivem principalmente do capital (e menos ainda aqueles que vivem exclusivamente dele), essa parcela da população existe. Assim sendo, nos foi possível concluir que o Brasil é hoje uma sociedade de rentistas moderados.

4.8 POBREZA

A pobreza impede indivíduos de obterem bens e serviços necessários (como o acesso à educação e à saúde), além de terem direitos políticos e civis respeitados, podendo assim ser definida como uma situação de carência e privação de capacidades, envolvendo múltiplas dimensões e não se restringindo à questão monetária (SEN, 1992).

GRÁFICO 55: Evolução Mundial da Extrema Pobreza

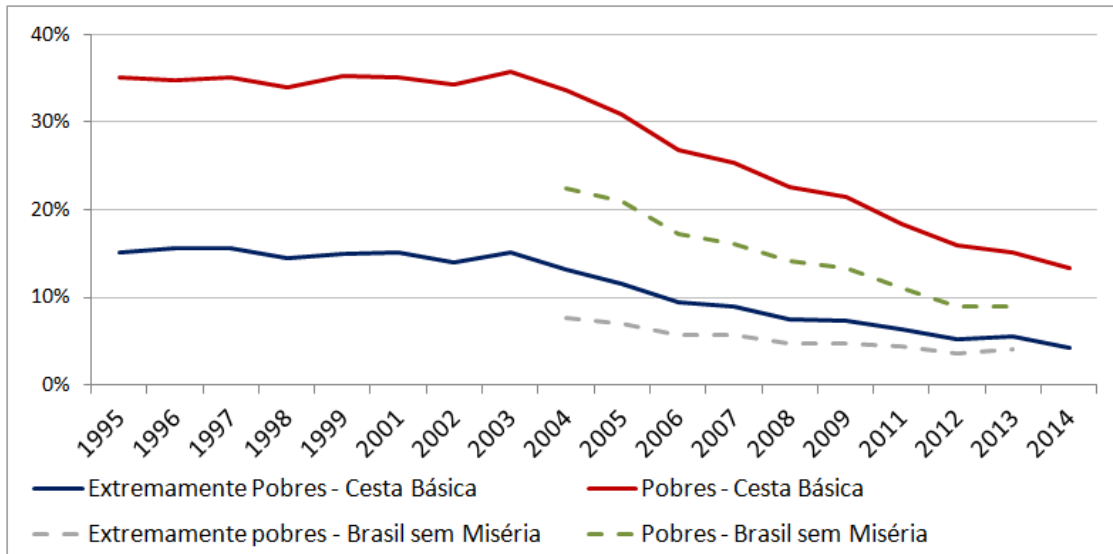


Fonte: OUR-WORLD-IN-DATA, (2017)

Como vimos ao longo deste estudo a ascensão do capitalismo possibilitou o crescimento a taxas exponenciais da riqueza mundial. O gráfico 55 apresenta a divisão da população mundial desde 1820 entre aqueles que vivem e os que não vivem em condições de extrema pobreza. A metodologia adotada definiu a extrema pobreza como sendo um nível de consumo diário abaixo de U\$1,90 por dia e corrigiu o dólar ao poder de compra da moeda corrente em cada país e à inflação. Nele, podemos observar que apesar do número absoluto de pessoas vivendo na extrema pobreza ter reduzido apenas após meados do século XX, o percentual de pessoas nestas condições foi sendo reduzido continuamente ao longo de todo o período anali-

sado, passando de 95% em 1820 para pouco menos de 10% em 2015. A ONU (2017) tem como objetivo principal erradicar a pobreza extrema mundial até 2030. Porém, quão realista é esta meta? A perspectiva do Our World In Data (2017) para o futuro é pelo aumento da tendência observada no último meio século, com a extrema pobreza mantendo sua trajetória de queda significativa. Todavia, eles não acreditam que o objetivo da ONU será alcançado, estimando em 4,2% o percentual da população mundial extremamente pobre em 2030.

Talvez seja justamente o aumento da renda da camada mais pobre, dividida em pobres e extremamente pobres a questão mais relevante acerca da redução da desigualdade de renda observada no Brasil ao longo dos últimos vinte anos. Ao longo deste período houve dois conceitos utilizados no país para esta classificação, ambos se baseando na renda domiciliar per capita: a primeira considerava uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura); já a segunda estipulava através do Decreto 7492 - Brasil sem Miséria, um valor monetário de R\$70 em valores de 2011 como a linha de pobreza extrema. Nos dois casos, quando a renda domiciliar per capita fica abaixo deste valor, o indivíduo é classificado como extremamente pobre e, se fica entre este valor e o dobro dele o indivíduo é classificado como pobre (SALES, 2015). No gráfico 56 observamos o percentual de pobres e extremamente pobres no Brasil desde 1995 até 2014 através dos dois critérios acima mencionados, cujos dados para o segundo caso dispomos apenas a partir de 2004. Assim, observamos dois cenários distintos, não por coincidência semelhante àquele observado na análise de renda por percentis, um de 1995 até 2003 com a quantidade de indivíduos na condição de pobreza se mantendo na faixa de metade da população total, enquanto de 2003 em diante houve forte redução deste do percentual da sociedade brasileira nessas condições, cenário só alterado no ano de 2013. No caso da classificação por cesta básica, a pobreza extrema caiu em média 12% e a pobreza 9% ao ano, enquanto pela classificação do Brasil sem Miséria, a queda foi menos acentuada, mas ainda assim significativa, sendo de 7% em médio ao ano aos extremamente pobres e de 11% aos pobres.

GRÁFICO 56: Evolução do Percentual da População Brasileira Pobre e Extremamente Pobre

Fonte: Elaboração Própria com base em IPEADATA, (2017)

Conforme dito, a pobreza não consiste apenas na insuficiência de renda. Para enriquecer o detalhamento e expandir o debate acerca do cenário da pobreza no Brasil, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) elaborou o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) que busca justamente analisar a pobreza do ponto de vista de exclusão e vulnerabilidade, uma vez que a impossibilidade de acesso a bens e serviços tem efeito direto sobre o bem estar. Ele é um indicador sintético que vai de 0 a 1 e, quanto maior, mais elevada é a vulnerabilidade social, sendo até 0,2 muito baixo, de 0,2 a 0,3 baixo, de 0,3 a 0,4 médio, de 0,4 a 0,5 alto e acima disso muito alto.

A análise do IVS consiste em: Infraestrutura Urbana, procurando refletir as condições de acesso da população ao saneamento básico e mobilidade urbana; Capital Humano, através do acesso à saúde e educação, analisando no período atual e as perspectivas futuras; Renda e Trabalho, com a renda domiciliar per capita inferior ou igual a meio salário mínimo de 2010, indo ainda além da falta de recursos e abrangendo a insegurança quanto à ocupação futura e ao trabalho infantil. Este estudo foi divulgado em 2000 e 2010 e mostrou uma redução de 27% na vulnerabilidade social dos brasileiros, caindo de 0,446 em 2000 para 0,326 em 2010, com a dimensão que apresentou mais importância nesta queda sendo o IVS Renda e Trabalho que reduziu 34% passando de 0,485 para 0,320, devido à redução da informalidade, do trabalho infantil e aumento no nível de emprego. Quanto ao IVS Capital Humano, a queda observada foi de 28%, destacando-se o aumento da frequência escolar de crianças e a redução da mortalidade infantil e no IVS Infraestrutura urbana a queda foi de 16% (IPEA, 2017).

O Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e, alcançou esse feito mais rápido que seus vizinhos, sendo, portanto, um dos exemplos mais brilhantes de redução de pobreza na última década. Todavia, o desafio não foi finalizado, uma vez que ainda há muitos brasileiros vivendo na linha da pobreza e muitos logo acima desta faixa, mantendo-se economicamente vulneráveis (CERATTI, 2015). Conforme já estudamos, as principais causas para isso são o crescimento econômico do país, a redução do desemprego e o aumento real do salário mínimo. Além delas, ressaltamos a importância das políticas públicas de redistribuição de renda que atendem prioritariamente as camadas mais baixas da população, visando à proteção social destes através da retirada dos indivíduos da pobreza e da erradicação desta condição. Estas políticas foram responsáveis por cerca de um terço da queda na desigualdade social (SOARES, 2011), sendo uma das principais responsáveis pela saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome em 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão que pudemos constatar com este trabalho foi que o grande crescimento do PIB no país ao longo das décadas não foi verificado no PIB per capita, o que evidencia que foi o crescimento populacional, e não a produtividade, o principal responsável pelo aumento do PIB. Isto ocorre devido a características intrínsecas do Brasil. No período anterior ao Plano Real em 1994 (recorte histórico feito no estudo), se destacavam negativamente a alta inflação (chegando a períodos de hiperinflação) e a alta taxa de juros da economia, o que dificultava a poupança e os investimentos internos (devido a falta de capital) e externos (devido a falta de confiança na economia), resultando em baixa geração de empregos. Ainda que tanto a inflação quanto a taxa de juros tenham se reduzido após o Plano Real, eles permaneceram elevados, mantendo os índices de poupança e investimento baixos ao longo de todo o período. Quanto ao desemprego, ainda que haja diferentes metodologias para seu cálculo no Brasil, verificamos que ele permaneceu elevado desde 1994, ainda que com uma redução significativa no início da década de 2010. Uma vez que o aumento populacional é uma importante variável na criação de riqueza, quanto maior o índice de desemprego maior é a população em idade ativa desocupada, não estando, portanto, uma parcela significativa da população gerando riquezas ao país. Deste modo, o desemprego é um inibidor do crescimento econômico.

Na sequência averiguamos que apesar da queda recente na desigualdade de renda, o Brasil continua sendo um país extremamente desigual. Ainda que nos pareça razoável supor que a disparidade entre rendas sempre existirá, o debate acerca da desigualdade não deve cessar. Charles Dunoyer afirmava que “o efeito do regime industrial é destruir toda a desigualdade artificial; o que deixa em evidência a desigualdade natural”, sendo, para ele, a desigualdade natural aquela que advém das diferentes capacidades intelectuais e produtivas de cada um. “As habilidades superiores são a fonte de tudo o que há de grandioso e útil. Reduza tudo à igualdade e verá tudo reduzido à inação” (DUNOYER, 1845). Este argumento está baseado na meritocracia, na qual o sucesso individual se deve apenas ao esforço de cada um, o que legitimaria toda e qualquer desigualdade. Todavia, isto em muito difere da nossa análise. Verificamos que as oportunidades ao desenvolvimento pessoal e profissional são extremamente desiguais, variando de acordo com a hierarquia social ao qual se é inserido ao nascer. Aqui, entendemos a importância da herança nesta discussão, uma vez que os herdeiros são beneficiados pelo sucesso dos

seus progenitores, proporcionando-lhes, além das oportunidades acima destacadas, o acesso ao capital, que por si só já lhes garante rentabilidade elevada e reduz o esforço necessário ao longo da vida. Estes fatores refutam a possibilidade de sucesso baseada apenas no mérito individual e evidencia que o bem estar é alcançado de modo nem sempre justo. Isto resulta no fato de que os indivíduos pertencentes às classes mais elevadas obtêm oportunidades de acesso à educação, cultura e saúde muito mais elevadas do que aquelas propiciadas às classes mais baixas.

Uma vez que a renda individual é formada pelos ganhos do trabalho e do capital e os ganhos do capital se mostraram extremamente desiguais, ainda que a disparidade entre as rendas do trabalho tampouco sejam pequenas, consideramos essencial reduzir a quantidade de capital detido pelas camadas mais ricas da população. Uma das soluções possíveis para reduzir tanto a discrepância de oportunidades quanto a concentração do capital é a realização de uma reforma tributária que tire o foco da arrecadação no consumo e aumente a taxa sobre a renda, riqueza e herança, aumentando a progressividade do imposto brasileiro. Esta arrecadação deve ser direcionada à retirada das pessoas da condição de pobreza e pobreza extrema, considerada pelo autor como sendo o problema mais urgente a ser sanado. O fato da pobreza ser endêmica no Brasil não apenas priva uma parcela significativa da população de direitos e oportunidades, mas também afeta a sociedade e a economia. As oportunidades educacionais conferidas à população menos favorecida economicamente são escassas ou insuficientes à produção, o que a impede de produzir e consumir bens e serviços e inibe o crescimento econômico. Ademais, a pobreza afeta o bem estar geral na medida em que resulta na ocorrência de problemas espaciais como o aumento de residências em ocupações irregulares e da violência urbana, ainda que as atividades ilícitas não estejam de modo algum limitadas aos indivíduos nesta condição.

Para melhorar as condições de vida da população devemos buscar conjuntamente não apenas a redução das desigualdades existentes, mas também o crescimento econômico. Para este, devemos objetivar a redução da inflação e dos juros e o aumento dos investimentos, primando pela otimização dos impostos arrecadados e pela austeridade fiscal. Esta não deve ser realizada de modo a cortar benefícios sociais relevantes que não apenas aumentam a justiça distributiva como ainda auxiliam direta e indiretamente no crescimento econômico. Esta austeridade também não deve vir dos gastos em educação que, além de propiciar melhor remuneração, também reduz o desemprego, sendo, portanto, não um gasto, mas sim um investimento, no qual a baixa atenção governamental e reduzida importância que lhe atribuem é crônica no Brasil. Tampouco devem ser sacrificados os gastos com saúde e infraestrutura urbana.

A questão da desigualdade de renda não deve ser exclusiva ao ambiente acadêmico, uma vez que é de interesse comum e cada um deve analisar as condições de vida, poder e do-

minação ao qual está submetido, elaborando sua própria concepção do que é justo e razoável. A profunda transformação do cenário da pobreza mundial observada foi possível devido ao aumento do acesso a serviços e bens de consumo (principalmente alimentos, roupas e abrigos) atingindo níveis impensáveis até poucas décadas atrás. A principal mudança na estrutura socioeconômica do país ao longo do período abrangido pelo estudo foi a redução da desigualdade de renda e da pobreza, obtida através do crescimento econômico em larga escala voltado a toda população (favorecendo mais proporcionalmente as camadas mais baixas), valendo salientar a importância das políticas públicas e dos benefícios sociais. A transformação recente do cenário brasileiro é sólida, mas insuficiente. Ainda hoje somos não um país pobre, mas um país com muitos pobres. O caminho para uma mudança efetiva é uma profunda e consistente redução da desigualdade de renda no país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. **Um Estudo da População de Altos Rendimentos no Brasil nos Anos Recentes**. 312 P.: IPEA, 1994.

ARRETCHE, M. **Trajetórias das Desigualdades**. 490 P.: UNESP, 2015.

AURELIANO L.; DRAIBE, S. **A Especificidade do Welfare State Brasileiro**. 246 P.: Cepal, 1989.

AZEVEDO, J. **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 553 P.: IPEA, 2007.

BANCO-CENTRAL. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/!/home>>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

BANCO-MUNDIAL. 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 12 de Junho de 2017.

BOURROUL M.; FERREIRA, M. **20 Anos do Plano Real**. 2014. Disponível em: <<http://20anosdoreal.epocanegocios.globo.com>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2017.

BÖHM-BAWERK, E. v. **The Positive Theory of Capital and Its Critics**. 19 P.: Oxford University Press, 1895.

CARDEAL, R. **Fim do padrão ouro para o dólar completa 40 anos**. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fim-do-padrao-ouro-para-o-dolar-completa-40-anos,80236e>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2017.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. 423 P.: Unicamp, 2002.

CARVALHO, P. **As discussões sobre a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas: a situação no Brasil e a experiência internacional**. 50 P.: IPEA, 2011.

CASTOLDI, A. **A Inflação e suas Explicações**. 13 P.: Unijuí, 2009.

CERATTI, M. **Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe**. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/04/relatorio-do-banco-mundial-aponta-que-pais-praticamente-erradicou-pobreza-extrema>>. Acesso em: 12 de Agosto de 2017.

CNI. 2017. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPe>>. Acesso em: 11 de abril de 2017.

CONSULTORIA-EY. 2017. Disponível em: <<http://www.ey.com/br/pt/services/advisory>>.

DESENVOLVIMENTO Humano e IDH. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2017.

DIEESE. **SISTEMA PED**. 77 P.: DIEESE, 2010.

DIEESE. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

DUNOYER, C. **De la liberté du travail**. 511 P.: Journal des Économistes, 1845.

ECONOMIABR. **Dicionário de Economia**. 2017. Disponível em: <<http://economiabr.net/dicionario/>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2017.

EROSA A.; VENTURA, G. **On inflation as a regressive consumption tax**. P. 761 - 795: Journal of Monetary Economics, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. 264 P.: Princeton, 1990.

FIGUEIREDO, A. **Brasil: uma visão geográfica e ambiental do início do século XXI**. 435 P.: IBGE, 2016.

FILGUEIRA, C. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes**. Seminario Vulnerabilidad: CEPAL, 2001.

FRIEDMAN, M. **Created Equal, the last of the Free to Choose television series**. volume 5: Friedman, 1990.

FULGENCIO, P. **Glossário Vade Mecum**. 680 P.: Mauad X, 2007.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. [S.l.]: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1969.

GASPARIN, G. **Veja diferenças entre definições de classes sociais no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 de Setembro de 2017.

GOBETTI S.; ALMEIDA, V. **Uma radiografia do gasto público federal entre 2001 e 2015**. 68 P.: IPEA, 2016.

GOBETTI S. W.; ORAIR, R. **Tributação e distribuição de renda no Brasil**. 136 P.: Ipea, 2016.

GONÇALVES, R. **Finalidades da Tributação do Rendimento, Imposto Progressivo por Escalões e Flat Tax - Será esta uma alternativa viável?** 116 P.: UC, 2015.

HAYEK, F. A. **Desemprego e Política Monetária**. 68 P.: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 1985.

HOBSBAWM, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 364 P.: Forense Universitária, 2011.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 2003. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 47 P.: IBGE, 2014.

IBGE. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>>. Acesso em: 15 de Julho de 2017.

IBPT. Estudo sobre Carga Tributária/PIB X IDH. 30 P.: IBPT, 2010.

INESC. Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo. 2006. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/agosto-2007/uma-revolucao-silenciosa-muda-a-vida-de-milhoes-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2017.

IPEA. Índice de Vulnerabilidade Social. 2017. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 04 de Setembro de 2017.

IPEADATA. 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 17 de Julho de 2017.

KANG, T. Justiça e Desenvolvimento no Pensamento de Amartya Sen. 18 P.: Revista de Economia Política, 2011.

KERSTENETZKY, C. O Brasil, a Pobreza e o Século XXI. 24 P.: CEDE, 2011.

KUZNETS, S. Crescimento Econômico Moderno. 336 P.: Abril, 1983.

LEITE, P. Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais. 184 P.: Ufc - Proed, 1983.

MALTHUS, T. Ensaio sobre o Princípio da População. 252 P.: Europa-América PT, 1999.

MARTELLO, A. Menos de 15% dos brasileiros declaram Imposto de Renda. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2014/noticia/2014/04/menos-de-15-dos-brasileiros-declaram-imposto-de-renda.html>>. Acesso em: 22 de Outubro de 2017.

MARTINS, M. A injustiça do sistema - Sistema tributário injusto. 4 P.: IPEA, 2009.

MARX, K. O Capital: Livro 1 - o Processo De Produção Do Capital - Vol. 1. 208 P.: Veneta, 2014.

NAKAGAWA, F. Brasil tem maior carga tributária da América Latina. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina/>>. Acesso em: 16 de Setembro de 2017.

NERI, M. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. 121 P.: FGV, 2010.

OCDE. 2017. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 22 de Julho de 2017.

OIT. Relatório Global sobre os Salários 2016/17 - Desigualdade salarial no local de trabalho. 135 P.: OIT, 2017.

OLIVEIRA B.; SOARES, S. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. 36 P.: IPEA, 2012.

OLIVEIRA G.; TUROLLA, F. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. 13 P.: Tempo Social, 2003.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 01 de Outubro de 2017.

ONU-BR. **Dívida pública bruta do Brasil chega a 70,5% do PIB, maior índice da América Latina**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/divida-publica-bruta-do-brasil-chega-a-705-do-pib-maior-indice-da-america-latina/>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2017.

OUR-WORLD-IN-DATA. 2017. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/>>. Acesso em: 30 de Julho de 2017.

PBF. **Quem tem direito ao bolsa família 2018?** 2017. Disponível em: <<http://calendariobolsafamilia2018.net.br/quem-tem-direito-ao-bolsa-familia-2018/>>. Acesso em: 28 de Março de 2017.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. 480 P.: Intrínseca, 2014.

PME. **Tabela 14 – Taxa de desemprego aberto – 30 dias**. 2002. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/14>>. Acesso em: 09 de Agosto de 2017.

PME. **Taxa de desocupação na semana de referência, das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2176>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2017.

PORTAL-BRASIL. **Bolsa Família auxilia na redução do déficit educacional**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/bolsa-familia-impacta-na-reducao-do-deficit-educacional-no-pais>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. 224 P.: Cambridge, 1971.

RECEITA-FEDERAL. 2017. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil>>. Acesso em: 07 de Junho de 2017.

RECEITA-FEDERAL. 2017. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/tabelas-gn-irpf-ac-2015-excel.xlsx/view>>. Acesso em: 12 de Junho de 2017.

RIBAS, E. **Tributação de heranças, um comparativo**. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/tributacao-de-herancas-um-comparativo-03zp4j2zvpuwbtgyklr92xnqi>>.

RICARDO, D. **Principios de Economia Política e Tributação**. 288 P.: Nova Cultural, 1982.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que Se Trata?** 244 P.: FGV, 2006.

ROSER M.; ORTIZ-OSPINA, E. **Global Extreme Poverty**. 2017. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/extreme-poverty/>>. Acesso em: 01 de Outubro de 2017.

ROTHBARD, M. **A Grande Depressão Americana**. [S.l.]: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 1975.

- SAFATLE, C. **A Experiência Amarga do Cruzado**. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/especial/planocruzado>>. Acesso em: 02 de Setembro de 2017.
- SALAMA P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza - Economia Política de Distribuição de Renda**. 128 P.: Garamond, 2004.
- SALES, T. **O Estado, a Pobreza e o Programa Bolsa Família**. 299 P.: Prismas, 2015.
- SAMPAIO L.; CAMINO, C. R. A. **Justiça Distributiva: Uma Revisão da Literatura Psicosocial e Desenvolvimentista**. 10 P.: Psicologia em Estudo, 2009.
- SAMUELSON, P. **Introdução à Análise Econômica**. 996 P.: Agir, 1975.
- SCHULTZ, T. **Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios**. 108 P.: IPEA, 2006.
- SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle**. 255 P.: Harvard University Press, 1934.
- SEN, A. **Inequality Reexamined**. [S.l.]: Oxford, 1992.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 409 P.: Companhia das Letras, 2000.
- SEN A.; FOSTER, J. **On Economic Inequality**. [S.l.]: Oxford, 1973.
- SILVA, M. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. 9 P.: UFMA, 2010.
- SILVEIRA, F. et al. **Equidade fiscal no Brasil : impactos distributivos da tributação e do gasto social**. 24 P.: IPEA, 2011.
- SOARES, S. **O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?** 17 P.: Revista de Economia Política, 2010.
- SOARES, S. **A Desigualdade de Renda de 1995 a 2009 e Tendências Recentes**. 14 P.: IPEA, 2011.
- SOUZA, N. de Jesus de. **Globalização, crescimento e pobreza. A visão do banco mundial sobre os efeitos da globalização**. 224 P.: Futura, 2004.
- STIGLITZ, J. **O Grande Abismo. Sociedades Desiguais e o que Podemos Fazer Sobre Isso**. 416 P.: Alta Books, 2015.
- TAVARES, P. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a Oferta de Trabalho das Mães**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/08.pdf>>. Acesso em: 21 de Julho de 2017.
- TITMUSS, R. **Essays on the Welfare State**. [S.l.]: Unwin Brothers, 1963.
- TRUFFI, R. **Imposto sobre grandes fortunas renderia 100 bilhões por ano**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/imposto-sobre-grandes-fortunas-renderia-100-bilhoes-por-ano-1096.html>>. Acesso em: 03 de março de 2015.
- UNDP. 2017. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 05 de Julho de 2017.

VAZQUEZ, D. **Modelos de Classificação do Welfare State: as Tipologias de Titmuss e Esping-Andersen**. 18 P.: Pensamento Realidade, 2007.

VIANELLO, L. **Apostila de Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 120 P.: EAD, 2011.

WID-WORLD. 2017. Disponível em: <<http://wid.world/country/argentina/>>. Acesso em: 30 de Setembro de 2017.